



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

NADIA FICHT

**A INFORMAÇÃO E SUA REPRESENTAÇÃO CONCEITUAL
NO DOMÍNIO DA ARQUIVOLOGIA E DA
BIBLIOTECONOMIA NO BRASIL**

Londrina
2020

NADIA FICHT

**A INFORMAÇÃO E SUA REPRESENTAÇÃO CONCEITUAL
NO DOMÍNIO DA ARQUIVOLOGIA E DA
BIBLIOTECONOMIA NO BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, da Universidade Estadual de Londrina, como requisito para obtenção do título de mestre em Ciência da Informação. Linha de Pesquisa: Organização e Representação da Informação e do Conhecimento.

Orientadora: Prof. Dra. Rosane Suely Alvares Lunardelli

Londrina
2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

F445i Ficht, Nadia.
A informação e sua representação conceitual no domínio da arquivologia e da biblioteconomia no Brasil / Nadia Ficht. - Londrina, 2019.
106 f. : il.

Orientador: Rosane Suely Álvares Lunardelli.
Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Educação Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2019.
Inclui bibliografia.

1. Ciência da informação - Tese. 2. Informação - Tese. 3. Arquivologia - Tese. 4. Biblioteconomia - Tese. I. Lunardelli, Rosane Suely Álvares . II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Educação Comunicação e Artes. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. III. Título.

CDU 02

NADIA FICHT

**A INFORMAÇÃO E SUA REPRESENTAÇÃO CONCEITUAL NO
DOMÍNIO DA ARQUIVOLOGIA E DA BIBLIOTECONOMIA NO
BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, da Universidade Estadual de Londrina, como requisito para obtenção do título de mestre em Ciência da Informação. Linha de Pesquisa: Organização e Representação da Informação e do Conhecimento.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Profa. Dra. Rosane Suely Alvares
Lunardelli
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Profa. Dra. Ana Cristina Albuquerque
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Profa. Dra. Nádina Aparecida Moreno
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Londrina, 21 de janeiro de 2020.

*Ao meu pai (in memorium), que me ensinou a pescar
e não simplesmente meu deu o “peixe.”
Que apesar das barreiras do dia a dia, das lutas,
nunca desistiu de viver!*

AGRADECIMENTOS

Deus, que me mostrou por meio de um anjo que eu era capaz! Deus que me deu força, coragem e resistência em começar, continuar e concluir.

Giovanna Ficht Richardt, minha filha, minha razão de ser, por ter paciência, por saber esperar o tempo da mamãe e sempre me apoiar com um abraço e um sorriso.

Mauricio Corsini Recco, meu companheiro, meu marido, sempre disposto a me ajudar, a me acalmar e nos momentos mais difíceis me incentivar dizendo, “eu sei que você consegue”.

Andréia Del Conte Paiva, o “anjo” que abriu meus olhos quanto a minha capacidade, que me encorajou e incentivou a encarar o desafio do mestrado.

Minha orientadora, mais que “top” professora, mulher, mãe, amiga, conselheira, por todo esse período muito coerente em suas falas, suas dicas, sempre humana e compreensível com minhas dificuldades, só tenho a agradecer imensamente cada minuto que dedicou a minha pessoa, essa etapa foi concretizada graças a você!

Minha família, que mesmo sem entender minhas escolhas, me apoiaram, me incentivaram.

À PUCPR Campus Londrina, em especial Nadina Aparecida Moreno, que me permitiu conciliar meus estudos e trabalho.

Aos colegas da Biblioteca PUCPR Londrina, por aturarem dias de estresses, algumas ausências por conta das atividades, e principalmente pelo carinho, compreensão de todos os dias!

As amigas Erica, Carol, Lucyana e Nathalia que muitas vezes tive que deixar em segundo plano, para conseguir concluir as atividades, sei dos dias que as “abandonei”, mas era por um motivo importante para minha realização.

FICHT, Nadia. **A informação e sua representação conceitual no domínio da Arquivologia e da Biblioteconomia no Brasil**. 2019. 106 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2019.

RESUMO

A informação registrada, objeto de estudo da Ciência da Informação desperta o olhar de pesquisadores que buscam a conceituação desta expressão. A inexistência de consenso relacionado à sua diversidade conceitual pode favorecer a presença de ruídos entre pesquisadores interessados na temática. A informação quando caracterizada oportuniza e fortalece sua aplicabilidade; portanto a identificação e reconhecimento de suas definições são relevantes para as áreas que atuam diretamente com esse objeto, como o caso da Biblioteconomia e Arquivologia. Baseando-se nas premissas apontadas, indagou-se a respeito do significado dado por autores fundacionais a respeito da lexia informação e quais os conceitos mais abordados e apresentados aos alunos de graduação de Arquivologia e Biblioteconomia no Brasil. Para orientar a busca por respostas constituiu-se como objetivo geral apresentar as concepções acerca da palavra informação no contexto dos cursos de graduação em Arquivologia e Biblioteconomia no território brasileiro. O percurso metodológico constituiu-se por meio de pesquisa exploratória-descritiva, com procedimentos bibliográfico-documental, a técnica de análise documental e abordagem qualiquantitativa, utilizou-se de triangulação metodológica para conferir mais credibilidade aos resultados. Em linhas gerais percebeu-se que poucas IES possuem seus projetos pedagógicos de curso disponíveis em seus sites, o que reduziu o universo da pesquisa. A identificação de bases conceituais foi realizada nos primeiros itens do trabalho e com o estudo ficou claro os conceitos adotados pelos cursos estudados. Assim sendo, constatou-se que as Instituições de Ensino Superior investigadas adotaram diferentes obras e autores para conceituar informação em seus planos de ensino, fundamentando-se em autores tradicionais e contemporâneos no âmbito da Ciência da Informação.

Palavras-chave: Informação. Conceito. Arquivologia. Biblioteconomia. Plano de Ensino.

FICHT, Nadia. **A informação e sua representação conceitual no domínio da Arquivologia e da Biblioteconomia no Brasil**. 2019. 106 p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2019.

ABSTRACT

Registered information is subject of study of Information Science. It sharpens the eyes of researchers who are pursuing conceptualization of this expression. The lack of consensus related to its conceptual diversity which may promote the noise among researchers who are interested in this topic. Characterized information enable and strengthen its applicability; therefore, the identification and recognition of its definitions are relevant to fields such as Archival Studies and Library Science, which direct operate this subject. Grounded on the pointed propositions, it was inquired about the meaning founder authors have regarding information lexicon and, the most addressed and presented concepts presented to the students. In order to orientate the search for answers, it was constituted as general objective, present conceptions regarding to the word 'information' in the context of Archival Studies and Library Science undergraduate courses in Brazil. The methodology was constituted by means of descriptive exploratory research. Its proceedings are bibliographical and documentary, the data was analyzed by means of qualitative and quantitative approaches. In order to verify the credibility of the results, it was used triangulation methodology. In general terms, it was noticed that few Higher Education Institutions have uploaded their pedagogical course plan to their websites, which corroborate to the reduction of this research universe. The identification of conceptual bases has been done in the first items of the dissertation and throughout the study, it was possible to clarify the concepts adopted by the studied courses. Therefore, it was confirmed that the investigated Higher Education Institutions had adopted different books and authors to conceptualize information in their teaching plan, which had their foundation in traditional authors and contemporaries in the scope of Information Science.

Keywords: Information. Concept. Archival Studies. Library Science. Teaching Plan.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Conceito e Definição	15
Figura 2	Métodos adotados quanto aos objetivos, procedimentos, técnica e abordagens	58
Figura 3	Passo a passo para realização da pesquisa	64
Figura 4	Detalhamento da busca pelos dados da pesquisa	65
Figura 5	Pesquisa no site do MEC	66
Figura 6	UNB - o que ensina como informação.....	89
Figura 7	UNIRIO - o que ensina como informação.....	90

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Áreas do Conhecimento – Capes	11
Quadro 2	Manifestações conceituais de informação na trajetória da Ciência da Informação	27
Quadro 3	Cursos de Arquivologia no Brasil – 2018	47
Quadro 4	Cursos de Biblioteconomia no Brasil – 2018.....	54
Quadro 5	14 Instituições que possuem tanto Arquivologia como a Biblioteconomia.....	69
Quadro 6	Instituições que apresentam o PPC e/ou Grade curricular nos sites (on line).....	70
Quadro 7	Cursos de Arquivologia que possuem uma disciplina que aborde conceito de informação	72
Quadro 8	Cursos de Biblioteconomia que possuem uma disciplina que aborde conceito de informação	73
Quadro 9	IES, curso, disciplina e bibliografias on line	75
Quadro 10	UNB – Arquivologia e Biblioteconomia – Informações da Disciplina.....	76
Quadro 11	UNIRIO – Arquivologia – Informações da Disciplina	78
Quadro 12	Obras utilizadas pela Arquivologia e Biblioteconomia para conceituar informação – UNB	80
Quadro 13	Obras utilizadas pela Arquivologia para conceituar informação – UNIRIO.....	81
Quadro 14	Identificação das disciplinas e autores utilizados pelos cursos de Arquivologia e Biblioteconomia no Brasil	82
Quadro 15	Conceitos de informações apontados no estudo (ordem alfabética).....	83
Quadro 16	Comparativo entre os dois cursos.....	91

LISTA DE ABREVIATURAS

CI	Ciência da Informação
FURG	Universidade Federal do Rio Grande
IES	Instituições de Ensino Superior
MEC	Ministério da Educação
PPC	Projeto Pedagógico de Curso
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande Do Sul
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNB	Universidade de Brasília
UNESP	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio De Janeiro

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO.....	18
3	INFORMAÇÃO E SEUS CONCEITOS.....	22
4	ENSINO SUPERIOR NO BRASIL.....	37
4.1	ARQUIVOLOGIA E BIBLIOTECONOMIA.....	42
4.1.1	Arquivologia	43
4.1.2	Biblioteconomia	48
5	PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS.....	57
5.1	O PROCESSO CIENTÍFICO DA PESQUISA	57
6	RESULTADOS	69
6.1	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS	76
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	92
	REFERÊNCIAS	98

1 INTRODUÇÃO

A informação, desde os primórdios da civilização, é condição fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade. O ato de informar, nessa perspectiva, é recorrente na história a partir da existência do indivíduo. *A priori*, por meio dos sentidos (audição, fala, visão), é na era pré-histórica que a informação passa a ser registrada, nas paredes internas das cavernas onde são indicadas por intermédio de desenhos, de maneira a salvar os dados para as gerações futuras.

O progresso do homem e o nascimento da escrita foram essenciais para o desenvolvimento da sociedade e conseqüentemente a evolução da informação. Com a invenção do alfabeto simplificou-se a arte da escrita, o papel já era conhecido por civilizações da China e Europa, mas a reprodução e distribuição da informação deu-se com a invenção da imprensa com Johann Gutenberg no século XV.

Durante muito tempo a escrita e a informação eram restritas a pequenos grupos de pessoas como os escribas por exemplo, entretanto, com a invenção da imprensa iniciou-se a propagação de livros e outros documentos. Com estes eventos o desejo e o acesso à informação tornaram-se recorrentes, nos mais variados contextos.

A relevância e ansiedade informacional crescem com a segunda guerra mundial e com o advento das tecnologias na década de 1950, “a informação tem como objetivos fundamentais agregar valores, atribuir qualidade, garantir bom desempenho e produtividade na vida moderna.” (DURIGAN, MORENO, 2013, p.90).

A informação registrada, objeto de estudo da Ciência da Informação - CI, desperta o olhar de pesquisadores que buscam a conceituação desta expressão. Na perspectiva de Wurman (2002, p.42)

A palavra ‘informação’ sempre foi ambígua e liberalmente empregada para definir diversos conceitos. Os dicionários registram que a palavra tem sua raiz no latim *informare*, que significa ‘ação de formar matéria, tal como pedra, madeira, couro etc.’ [...] A definição mais comum é a ação de informar; formação ou moldagem da mente ou do caráter, treinamento, instrução, ensinamento, comunicação de conhecimento instrutivo.

Para Wurman (2002), a informação é polissêmica e sua multiplicidade de significados desperta a busca por uma definição mais apropriada ao seu uso em determinadas áreas. A inexistência de consenso relacionado à sua diversidade

conceitual pode favorecer a presença de ruídos entre pesquisadores e estudiosos, acarretando falhas na comunicação científica.

No contexto mundial, distintos cursos de graduação e pós-graduação realizam estudos acerca do tratamento e disseminação da informação, os quais recebem ao longo do tempo novas influências de aprendizagem em busca do entendimento do termo supracitado.

A Biblioteconomia e a Arquivologia, dois campos do conhecimento que trabalham com a organização da informação, são aqui consideradas como subáreas da CI, baseando-se nas premissas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes, a qual apresenta a hierarquização das áreas do conhecimento. Como base para as Instituições de ensino no Brasil, sugere uma tabela de classificação organizada em quatro níveis (quadro 1).

Quadro 1: Áreas do Conhecimento - Capes

60700009	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
60701005	TEORIA DA INFORMAÇÃO
60701013	TEORIA GERAL DA INFORMAÇÃO
60701021	PROCESSOS DA COMUNICAÇÃO
60701030	REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO
60702001	BIBLIOTECONOMIA
60702010	TEORIA DA CLASSIFICAÇÃO
60702028	MÉTODOS QUANTITATIVOS, BIBLIOMETRIA
60702036	TÉCNICAS DE RECUPERAÇÃO DE INFORMAÇÃO
60702044	PROCESSOS DE DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO
60703008	ARQUIVOLOGIA
60703016	ORGANIZAÇÃO DE ARQUIVOS

Fonte: Capes (2018, grifo nosso)

O primeiro nível tange a grande área (que aglomera outras com semelhantes afinidades), o segundo refere-se a área básica (inter-relações de conhecimentos), o terceiro uma subárea (segmento da anterior) e o quarto a especialidade temática. Assim esclarecido o funcionamento da tabela da Capes, aplica-se a corrente de pesquisa do presente estudo.

A classificação das Áreas do Conhecimento tem finalidade eminentemente prática, objetivando proporcionar às Instituições de ensino, pesquisa e

inovação uma maneira ágil e funcional de sistematizar e prestar informações concernentes a projetos de pesquisa e recursos humanos aos órgãos gestores da área de ciência e tecnologia. (CAPES, 2018)

Para a Capes e sua tabela de áreas de conhecimento, tem-se a Ciência da Informação como grande área, na qual se instituem a Biblioteconomia e Arquivologia como suas subáreas e é neste cenário de categorização que segue a pesquisa em questão.

A Arquivologia e a Biblioteconomia, no início de sua história, possuíam uma característica renascentista, ou seja, revestiam-se de caráter mais tradicional, voltadas principalmente à preservação; no que se refere ao trato da informação, o foco era voltado para classificar, armazenar, preservar, tanto livros como documentos, onde seu acesso era restrito aos profissionais da área. De uma ótica mais abrangente, importa ressaltar que tanto a Biblioteconomia como a Arquivologia possuem relevantes atuações no contexto social. São responsáveis por auxiliar o acesso aos mais diversos objetos informacionais, preservar a memória documentária de todos os tempos, além de oferecer subsídios para novas pesquisas, permitindo a disseminação e aquisição de novos conhecimentos.

Até meados do século XIX, tanto a Arquivologia (voltada mais a documentos jurídicos e administrativos) como a Biblioteconomia (coleções livros, pergaminhos e outros) possuíam uma concepção de preservação da história por intermédio das informações contidas nesses materiais (ARAÚJO, 2014a). Neste cenário foram fundadas algumas instituições direcionadas ao armazenamento de conteúdo e obras, como a *Library of Congress* em 1790 e a criação dos *Archives Nationales* na França, ambos voltados à preservação e cuidados com as relíquias informacionais que existiam e/ou viriam a surgir.

Apenas no final do sec. XIX surgem alguns movimentos e iniciativas que reivindicavam mudanças nessas instituições, “por meio de expressões como ‘arquivo efetivamente útil’, ‘biblioteca viva’ [...]. Criticava-se o fato de estas instituições estarem voltadas apenas para seus acervos e suas técnicas [...]” (ARAÚJO, 2014a, p. 19), no momento em que solicitavam uma atuação social no ambiente que estavam inseridas, e assim o acesso informacional. “A informação, que era tida como estoque a ser preservado e tinha seus estudos calcados unicamente nas formas de registro [...] é tomada agora no seu sentido dinâmico” (KOBASHI, TÁLAMO, 2003, p.11). Com as novas necessidades informacionais, restringir-se a guardar e preservar documentos e

livros não é mais a prioridade, e sim perceber o conteúdo que o compõe, além de formas de disponibilizá-lo e acessá-lo.

A partir dos movimentos aludidos, o desenvolvimento da Arquivologia e da Biblioteconomia no contexto mundial e nacional, juntamente com a explosão informacional ocorrida na segunda guerra, o termo informação passa a ser investigado. Desta forma, os estudos em torno da palavra informação aprofundam-se no que fere a identificação conceitual, aplicabilidade e uso, e, em consequência, a atuação do profissional bibliotecário e arquivista.

Ao refletir acerca da palavra no âmbito da ciência, vários autores dedicam-se a sistematizar o conceito de informação. Entre esses apontamos: Borko (1968), Brookes (1980), Belkin (1978), Buckland (1991, 1997), Le Coadic (2004), Bellotto (2002), Capurro (1996), Hjørland (2002), Frohmann (2004, 2006, 2007), Nunberg (1996), Bates (2005, 2006), que buscaram evidenciar definições, origens e compreensão do termo. A informação deixa de ser “uma questão individual, é um problema social.” (KOBASHI, TÁLAMO, 2003, p.11).

McGarry (1999, p.5) discorre que a busca em conceituar o termo ocorre pelo fato de “não gostarmos de incertezas [...] e tentamos reduzi-la sempre que possível”, o autor ainda assegura que “a informação deve ser ordenada, estruturada ou contida de alguma forma, senão permanecerá amorfa e inutilizável.”

Em torno à afirmação de McGarry (1999) encaixam-se as atividades da Biblioteconomia e Arquivologia, que são áreas que atuam diretamente com esse objetivo, cada uma com sua particularidade.

As duas áreas em questão atuam diretamente com a informação; mesmo distintas, possuem técnicas semelhantes no estilo de organizar, tratar e representar a informação; dependendo do cenário, a incompreensão conceitual pode induzir significados que distorcem o entendimento e aumentam a probabilidade de inadequação em seu uso. Kobashi e Tálamo (2003, p.9) afirmam que “o passo fundamental para propiciar compreensão é o de explorar os traços característicos da informação na contemporaneidade.”

Baseando-se nas premissas indaga-se qual é o significado dado por estudiosos a respeito da lexia informação e quais os conceitos mais abordados e apresentados aos alunos de graduação de Arquivologia e Biblioteconomia no Brasil.

A falta de compreensão do seu conceito pode dificultar no processo de aquisição do conhecimento. Neste sentido, resgatar estudos, pesquisas acerca do

termo em questão auxilia estudantes e profissionais da área de Arquivologia e Biblioteconomia a identificar as diferenças conceituais nas suas áreas de atuação, bem como buscar o entendimento e a abrangência semântica desta palavra¹.

Anteriormente às questões conceituais da palavra informação que serão descritas no item 3 desta pesquisa é relevante pontuar brevemente o que vem a ser “conceito”, para melhor compreensão do estudo que se inicia.

CONCEITO: 1. (Filosofia) Ideia mental, abstrata e generalizada de um objeto; concepção abstrata e geral; 2. Entendimento que um indivíduo possui de um vocábulo, que pode implicar um aglomerado de características e atributos de um objeto ou de um conjunto de objetos; concepção, definição, ideia ou noção; 3. Apreciação, convicção, entendimento ou juízo que uma pessoa faz de algo; 4. Perspectiva, ponto de vista ou opinião de alguém; 5. Fama ou reputação que um indivíduo possui no grupo social em que se enquadra; crédito ou imagem; 6. Expressão ou dito que transmite um princípio moral; adágio, máxima ou ditado; [...](LÉXICO, 2019)

Na concepção de Abbagnanno (2000, p.14) um mesmo objeto ou termo pode possuir diversos conceitos; o autor menciona que a noção de conceito dá origem a dois problemas fundamentais: “um sobre a natureza do conceito e outro sobre a função do mesmo”. Percebe-se que a afirmação de Abbagnanno remete ao estudo em foco, pois como resgatar, tratar, recuperar a “informação”, sem ter a compreensão do seu significado ou aplicabilidade? O autor ainda completa que conceito é:

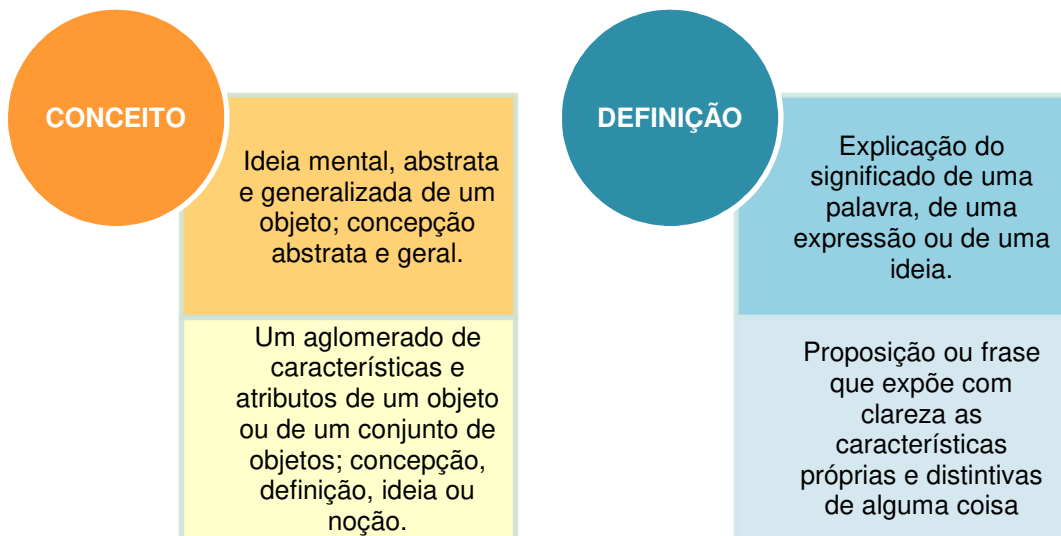
todo processo que torne possível a descrição, a classificação e a previsão dos objetos cognoscíveis. [...] Esse termo tem significado generalíssimo e pode incluir qualquer espécie de sinal ou procedimento semântico, seja qual for o objeto a que se refere, abstrato ou concreto, próximo ou distante, universal ou individual. (ABBAGNANNO, 2000, p.164)

Os conceitos são formados por um universo de categorias, norteiam a representação do conhecimento e auxiliam na compreensão das palavras diferentemente da definição.

A definição “é a explicação do significado de uma palavra” (LÉXICO, 2019), baseando-se nessas pontuações torna-se relevante destacar as diferenças entre conceito e definição.

¹ No estudo em pauta, as lexias palavra, termo e expressão serão empregadas como sinônimas

Figura 1: Conceito e Definição



Fonte: Adaptado de Abbagnanno (2000, p.164) e Léxico (2019)

Ainda que em muitas situações conceito e definição sejam tratados como expressões sinônimas, percebe-se que existem diferenças entre eles (figura 1). O conceito possui uma complexidade subjetiva de entendimento, busca compreender, descrever e classificar enquanto a definição é objetiva e clara. Completando o entendimento de conceito Brugger (1969, p.93) discorre que

o conceito é a forma mais simples do pensamento, em oposição ao juízo e ao raciocínio [...]. Ao passo que o juízo exprime um objeto como existente, o conceito é uma expressão mental, isto é abstrativo-intelectual, [...] ele apreende um objeto, representa 'o que' esse objeto é sem se pronunciar sobre ele.

De acordo com esse panorama vale ressaltar que a abordagem deste estudo está no conceito.

Após o delineamento de duas situações “conceito” e “informação”, buscou-se, com uma investigação nos cursos de graduação em Arquivologia e Biblioteconomia no Brasil, identificar os conceitos apresentados aos acadêmicos em torno da palavra informação.

Nesta premissa o objetivo geral foi apresentar as concepções acerca da palavra informação no contexto dos cursos de graduação em Arquivologia e Biblioteconomia no território brasileiro. No que toca aos objetivos específicos buscou-se:

- Identificar nas disciplinas introdutórias da organização da informação e do conhecimento os autores mais citados nas bibliografias básicas;
- expor as concepções, os conceitos acerca da palavra informação apontado por estes autores;
- estabelecer relações entre os conceitos apresentados nas duas áreas.

O percurso metodológico foi constituído de uma pesquisa exploratória-descritiva, com procedimentos bibliográfico-documental, e técnica de análise documentária, a abordagem foi a quali-quantitativa, optou-se em utilizar a triangulação metodológica para conferir mais credibilidade aos resultados. Desta forma foi possível mapear, por intermédio da bibliografia utilizada, dos documentos investigados, como os futuros profissionais estão sendo orientados no contexto acadêmico-científico nacional.

Com os dados recuperados, tornou-se aparente as visões, concepções e correntes teóricas mais utilizadas nos dois cursos, além de averiguar se as duas áreas atuam de forma semelhante ou diferente, no que tange ao entendimento da palavra informação. Com a identificação conceitual de cada área, o mapeamento dos autores mais abordados e apresentados aos acadêmicos, pode-se oferecer aos futuros profissionais e pesquisadores uma base parametrizada das semelhanças e diferenças em torno da palavra informação para Arquivologia e Biblioteconomia brasileira.

O presente estudo pode ser útil na formação de projetos pedagógicos de curso de ambas as áreas em todo contexto nacional, o esclarecimento do termo, os autores mais utilizados na contemporaneidade são dados relevantes tanto para este fim, como para pesquisadores e estudantes de diversificadas áreas que abrangem a CI. Fortalecendo essas pontuações Wurman (2002, p.36) afirma que “informação não é conhecimento. Você pode produzir dados primários em massa e incríveis quantidades de fatos e números. Mas não pode fazer produção em massa de conhecimento [...]”. Baseando-se nesta afirmação, justifica-se a importância do estudo, onde faz-se necessário trazer novos dados e informação para assim produzir conhecimento, ou seja, um estudo concreto baseado em evidências do que é estudado e oferecido aos acadêmicos de Arquivologia e Biblioteconomia no Brasil.

Com relação à estrutura do trabalho, pretende-se, primeiramente no item dois, identificar a Ciência da Informação, um breve relato sobre seu panorama histórico, atuação e desenvolvimento.

O tópico três refere-se em conceituar a informação, de acordo com autores fundacionais², apontar suas concepções, os estudos e teorias criadas ao longo dos tempos, de forma a compreender as diferentes maneiras de entender a palavra.

Segue o estudo no item quatro identificando a Arquivologia e Biblioteconomia, um pouco de seu surgimento no Brasil, seu crescimento, as primeiras universidades a oferecerem os cursos de graduação e seu envolvimento no contexto social.

Os procedimentos metodológicos são detalhados no tópico cinco, desde a fundamentação destes bem como o passo a passo de sua aplicação no estudo. Seguindo para o item seis com os resultados quantitativos adquiridos por meio das buscas *on line* e a observação destes de maneira qualitativa.

No item sete são efetuadas as considerações finais da dissertação, apontamentos, descrição de fatos descobertos bem como sugestões para futuras pesquisas.

² São considerados autores fundacionais autores que explicitaram princípios teóricos [...], muitos dos quais aplicados ainda hoje, com forte influência na construção teórica da área de Organização do Conhecimento. (MORAES, p.23).

2 A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

O item que se inicia trata brevemente do panorama da CI, de forma sucinta buscou identificar seu surgimento e acontecimentos mais marcantes para sua solidificação na sociedade, o tópico é introdutório à questão da informação, pois esta torna-se mais ambicionada a partir do nascimento da CI e é o objeto de estudo da presente pesquisa.

É partir das revoluções científicas dos sécs. XVII e XIX que surgem apontamentos para o surgimento da Ciência da Informação, baseando-se na literatura a área interdisciplinar³ se constituiu e se consolidou com fortes laços na documentação⁴ (ORTEGA, 2009; NOGUEIRA; JOVANOVIČ; ALBUQUERQUE, 2015). Foi neste contexto que Paul Otlet (1868-1944) e Henri La Fontaine (1854-1943) criaram na Bélgica em 1985 o Instituto Internacional de Bibliografia e o Repertório Bibliográfico Universal (RBU), no entanto o termo Ciência da Informação ainda não havia sido empregado e sim palavras como bibliografia e documentação.

Entre 1905 e 1917 Otlet (1868-1944) “passa a usar o termo documentação e informação, abandonando o termo bibliografia”, (NOGUEIRA; JOVANOVIČ; ALBUQUERQUE, 2015). Le Coadic (1996, p.21), menciona que a documentação surgiu com a necessidade de organizar, analisar e descrever documentos e que a CI com a “preocupação de esclarecer um problema social concreto, o da informação.”

Reforçando a perspectiva que a CI teve origens na documentação, Wersig e Neveling (1975) discorrem que:

A ciência da informação não se desenvolveu a partir de um outro campo de estudo (como a psicologia), nem da intersecção de dois campos (como a bioquímica), mas a partir das exigências de uma área de trabalho prático, denominada ‘documentação’ ou ‘recuperação da informação’.

Os autores seguem sua percepção descrevendo que a CI se desenvolveu historicamente porque as questões informacionais modificaram sua importância social, para os autores “[...] transmitir o conhecimento para aqueles que dele

³ Pode ser entendida como um conjunto de princípios que defende a articulação entre saberes, teorias e ciências, em prol de uma visão mais integrada e contextualizada de sociedade e ser humano. (FEISTEL, MAESTRELLI, 2000).

⁴ Corrente teórica e prática profícua proposta no final do século XIX e crescentemente considerada como uma das origens da Ciência da Informação (ORTEGA, 2009).

necessitam é uma responsabilidade social, e essa responsabilidade social parece ser o verdadeiro fundamento da CI.” (WERSIG; NEVELING, 1975).

Seguindo com o nascimento da CI Pinheiro (2002) aponta como marcos: a criação do Instituto Internacional de Bibliografia (IIB), em 1895; a transformação do IIB em Instituto Internacional de Documentação (IID), em 1931; a publicação da obra *Traité de Documentation: le Livre sur le Livre: Théorie et Pratique*, de Otlet em 1935; fundação do American Documentation Institute em 1937 e a transformação do IID em Federação Internacional de Documentação (FID), que desenvolveu pesquisas teóricas que foram as bases científicas da CI.

Ainda Pinheiro (2002) assinala que o aparecimento da CI vem com a “explosão da informação”, decorrente do avanço científico e tecnológico demandado pela Segunda Guerra Mundial; da necessidade de registro e transmissão de informação; do surgimento de novas tecnologias, sobretudo o computador.”

Percebe-se que em meio a incertezas da sociedade pós-moderna, especialmente no que tange às questões informacionais, a CI se consolida por meio da necessidade informacional e seu papel social cooperativo no que tange à disseminação, organização, representação e recuperação de informação.

Permanecendo no cenário do surgimento da CI, Saracevic (1996, p. 43) alude que “problemas informacionais existem há longo tempo, sempre estiveram mais ou menos presentes, mas sua importância real ou percebida mudou e essa mudança foi responsável pelo surgimento da CI”. Saracevic (1996, p.43) descreve que “a evolução da CI nos vários países ou regiões acompanhou diferentes acontecimentos ou prioridades distintas, mas a justificativa e os conceitos básicos são os mesmos globalmente. O despertar da CI foi o mesmo em todo o mundo.” O autor ainda menciona que a CI surge na década de 60, com a demanda sobre como recuperar documentos, assim ocorre um desenvolvimento de bases documentais e acesso *on line*, serviços desenvolvidos para facilitar o acesso à informação.

Observando os fatos decorrentes na história pode se dizer que a necessidade pela informação contribuiu para o crescimento e desenvolvimento da CI, sob a influência de diversas áreas. Neste contexto Borko (1968, p. 3), menciona que:

CI é a disciplina que investiga as propriedades e o comportamento da informação, as forças que governam seu fluxo, e os meios de processá-la para otimizar sua acessibilidade e uso. A CI está ligada ao corpo de conhecimentos relativos à origem, coleta, organização, estocagem, recuperação, interpretação, transmissão, transformação e uso da informação.

Ela tem tanto um componente de ciência pura, através da pesquisa dos fundamentos, sem atentar para sua aplicação, quanto um componente de ciência aplicada, ao desenvolver produtos e serviços. (tradução nossa).

A partir da menção de Borko (1968) a CI é percebida de diferentes maneiras, Kobashi e Tálamo (2003, p.13) acrescentam que essa ciência “preocupa-se com a pesquisa científica e a prática profissional relativas à comunicação, necessidades e uso da informação em contextos sociais, institucionais e individuais.”

Ao longo dos anos a CI é caracterizada por diversas percepções, fundamentar esta área não é uma tarefa fácil, pois “seu objeto de estudo, a informação, é um fenômeno que não se prende facilmente a conceitos e teorias gerais, estando relacionado a todas as áreas do conhecimento e se moldando aos interesses de cada uma delas”. (FREIRE, A.; FREIRE, 2010, p.9).

Na percepção de Freire, A., Freire (2010), Borko (1968) Saracevic (1996) a interdisciplinaridade da CI é apontada ao longo de seu desenvolvimento, Pinheiro (2002) ainda reforça que “a própria origem da Ciência da Informação, estreita e profundamente relacionada à sua natureza interdisciplinar e complexidade de seu objeto (informação), é questão arduamente debatida na literatura estrangeira e comporta múltiplos enfoques.”

A interdisciplinaridade mencionada na CI, “é relacionada a intensidade de trocas entre especialistas e pelo grau de integração das disciplinas, [...] aparece como um novo modo de reorganização [...] e de reformulação de suas estruturas.” (FEISTEL, MAESTRELLI, 2000). Neste cenário Saracevic (1996, p. 43) afirma que a CI “é por natureza interdisciplinar, embora suas relações com outras áreas estejam mudando. A evolução interdisciplinar está longe de ser completada.”

No que se refere a trajetória da CI, Pinheiro (2005), defende a existência de três fases sendo: de 1961-1969 uma fase de reconhecimento, discussões iniciais, origens de termos, denominação de conceitos; de 1970-1989 a segunda, onde surgem teorias, ocorre a busca por princípios e a terceira e última fase de 1990 até os dias de hoje, onde a autora menciona ser a consolidação de teorias e métodos.

Nas três fases apontadas por Pinheiro (2005) ocorreram conceituações e formas de identificar a CI, algumas com características semelhantes, outras enfocando diferentes percepções, no entanto a maioria voltada à informação, entre essas menções já foram apontadas Borko (1968), Wersig e Neveling (1975), Saracevic (1996) acrescentando essas conceituações, Freire e Silva (2012, p.162),

acrescentam “a Ciência da Informação é uma ciência recente na longa história do conhecimento científico”, o que leva a se considerar que ainda está em fase de construção de teorias para aplicação acadêmica e metodológica.

Ainda neste sentido Nogueira, Jovanovich e Albuquerque (2015):

a Ciência da Informação tem relação com várias outras atividades profissionais, competências técnicas, tipologias documentais e características informacionais, abrangendo todo o conjunto de atividades, especialistas, organizações, tecnologias, produtos e linguagens que se encontram ilimitado nesse espaço paradigmático cujo ponto central é a informação.

Observando a trajetória histórica, os autores supracitados neste item e a literatura da área, pode-se afirmar que, desde seu surgimento até o presente, a CI foi definida e elaborada em torno de um objeto principal, a informação e, portanto, conhecer e compreender a palavra, seus conceitos e aplicabilidades são essenciais para o entendimento desta área interdisciplinar. De tal modo menciona Ingwersen (1992) que não se procura uma definição para informação, mas uma compreensão e uso de um conceito que possa servir e não contradiga outras disciplinas relacionadas.

Neste panorama, e com o entendimento da CI, procurou-se no tópico seguinte apresentar a informação nos mais diversos contextos e em uma perspectiva diacrônica.

3 A INFORMAÇÃO E SEUS CONCEITOS

Antecedendo à temática da representação conceitual de informação abordada no tópico, foi sucintamente apontado alguns esclarecimentos no que se refere a CI, seu surgimento e relação com a informação.

No decorrer desta pesquisa observou-se que inúmeros autores se dedicaram a sistematizar o conceito de informação em diferentes períodos, em diversas áreas, influenciados por questões sociais e científicas ou necessidades de contextualização para suas áreas de atuação. Não serão elencados todos os conceitos ou todos os autores e sim um panorama, restringindo a discussão com diversificadas percepções conceituais com preferência a autores relevantes à CI, mais especificamente, Arquivologia e Biblioteconomia de forma a proporcionar uma base teórica para a análise e apontamentos dos resultados encontrados.

Percebeu-se que existe consenso em algumas citações e ideias no que se refere ao conceito de informação, ainda que já mencionado, cabe lembrar que conceito é algo distinto de definição como apontado na introdução, este é subjetivo, complexo e multidisciplinar⁵:

o conceito é a forma mais simples do pensamento, em oposição ao juízo e ao raciocínio [...]. Ao passo que o juízo exprime um objeto como existente, o conceito é uma expressão mental, isto é abstrativo-intelectual, [...] ele apreende um objeto, representa 'o que' esse objeto é sem se pronunciar sobre ele (BRUGGER, 1969, p.63).

Belkin (1978) ressalta que o conceito é uma maneira de ver ou interpretar o fenômeno, o autor menciona que existem alguns tipos de conceitos para o termo, variando da particularidade de cada autor ou grupo, ressalta que não se deve julgar ou avaliar esse conceito, antes de verificar a “proposta de raciocínio por trás da palavra e suas possíveis consequências.” (BELKIN, 1978, tradução nossa).

Seguindo a linha de Belkin (1978), não se busca nesta abordagem em particular avaliar ou analisar os conceitos existentes em torno da palavra informação, e sim apresentar pensamentos teóricos que julgamos relevantes para a contextualização do termo no âmbito da CI, principalmente Arquivologia e Biblioteconomia. Desta forma

⁵ “Adjetivo masculino e feminino. Que possui, abarca ou se divide por muitas disciplinas e/ou pesquisas; pluridisciplinar; palestra multidisciplinar. Etimologia (origem da palavra *multidisciplinar*). Mult(i) + disciplinar.” (LÉXICO, 2019)

pôde-se observar que os conceitos, de modo geral, ajudam a organizar aquilo que se pretende examinar, uma vez que categorizam os termos e palavras.

A título de esclarecimento cabe mencionar que abordou-se a informação para a Arquivologia e não a informação arquivística⁶. A informação tratada neste estudo refere-se ao objeto de estudo da Arquivologia e da Biblioteconomia, também abordado na CI e outras áreas afins e não a informação arquivística, que “oferece suporte a processos administrativos, legais, fiscais, contábeis de qualquer organização.” (MORENO, 2006, p.79).

A diferença da informação arquivística em relação às informações de outra natureza está diretamente relacionada ao organismo produtor. Ou seja, ela é produzida dentro do contexto do exercício das funções/objetivos a que se propõem as entidades. (MORENO, 2006, p.79).

Desta forma, buscou-se conceituar uma informação como objeto, fenômeno, matéria, orientada por fins, por tecnologia, por mensagem, por efeitos (WERSIG, NEVELING, 1975; FROHMANN, 2004, 2006; BELKIN, 1978; LE COADIC, 1996; ARAÚJO, 2014).

As várias concepções em torno da palavra informação despertaram, ao longo da história, diversificadas investigações relacionadas às suas significações, função social e científica, entre outros aspectos. O objeto de estudo da CI e suas áreas de atuação como, por exemplo, Arquivologia e Biblioteconomia, passa a ser discutido com maior ênfase no século XX, porém com maior abrangência na segunda fase da CI (1970-1989), como mencionado por Pinheiro (2005).

Nesta fase pode-se mencionar Wersig e Neveling (1975), que exploram o termo informação e afirmam que diferentes disciplinas se concentram no estudo da palavra, destacam “psicologia, sociologia, economia, ciência política e tecnologia,” para os autores esses estudos são destinados a redução de incertezas e um “conjunto completo de esforços para estudar a informação.” (WERSIG, NEVELING, 1975, p.137).

Como visto em algumas leituras a informação em seu universo conceitual é caracterizada de variadas maneiras, pesquisadores e estudiosos apresentam

⁶ A informação arquivística é produzida dentro do exercício das funções/objetivos a que se propõem as entidades e tem papel fundamental, pois faz parte dos recursos informacionais que, ao lado dos recursos humanos, financeiros e materiais, toda organização utiliza para seu funcionamento (GARON, 1984 *apud* MORENO, 2006, p.76).

diferentes explicações a respeito da palavra, alguns abordam sua materialidade, outros tratam da significação, função social, tecnológica até cognitiva, reforçando assim a relevância de mapear os variados olhares sob o termo, buscando a identificação das preferências arquivistas e biblioteconômicas no contexto nacional.

Como já mencionado, os vários entendimentos relativos à palavra informação, tem gerado uma abundância de significados. A compreensão do termo e a definição de terminologia representam algumas das dificuldades dos novos tempos e explicar seu significado, por meio da gramática, não é suficiente para elucidar a riqueza de seu universo conceitual.

No âmbito da filosofia Abbagnano (2000, p. 565) sugere que “informação [...] é constituída essencialmente por três elementos: a mensagem emitida, a transmissão e a mensagem recebida”, indica também que o termo é parte da cibernética e seu papel é restrito a emitir, transmitir e receber dados.

Por meio da menção de Abbagnano (2000), percebe-se que a palavra é complicada de ser descrita. A variedade e a complexidade de conceitos voltados ao termo “informação”, no âmbito técnico-científico, tem provido uma diversidade de significados que podem causar polissemia na prática acadêmica/profissional. A compreensão de termos/palavras e a definição de terminologias são algumas das dificuldades em diversas áreas do conhecimento. Ter a compreensão de que é ou do que se trata a informação pode alterar o processo de representá-la. A falta de entendimento de algum conceito pode gerar inconsistência em sua significação, falha na comunicação, até interferir na legitimidade científica.

Alguns pesquisadores, como Lalande (1999), utilizam-se da etimologia para formar seu conceito da palavra. Nesse sentido o autor refere-se à informação apenas como informar, e atribui-lhe o significado de “dar uma forma a uma matéria”. (LALANDE, 1999, p.569).

Essa percepção difere de autores como Frohmann (2004, 2006, 2007), por exemplo, que trata o “efeito da informação”. O autor baseia-se em Otlet (1934) e Briet (1951) ao ressaltar a informação sob a ótica da materialidade.

Robredo (2003) lista uma série de definições e conceitos para o termo informação, essas descritas desde a década de 80 até os dias de hoje. Para o autor faz-se necessário entender as definições para optar pela mais pertinente ao propósito que será utilizado.

Fontes como *Oxford Dictionaries* (2018) tratam a palavra no sentido de sua formação e raízes, onde aponta informação como “formação da mente, ensino [...], o que é transmitido ou representado por um arranjo particular ou sequência de coisas [...] fatos fornecidos ou aprendidos sobre algo ou alguém” (tradução nossa). Nota-se que mesmo se tratando de uma explicação objetiva e simples, como de fato ocorre em dicionários é muito semelhante às definições apontadas por pesquisadores da área. Ao mencionar “transmitido e representado”, retorna aos axiomas apontados por Belkin (1978) e Robertson (1979). A informação em sua essência mantém conceitos semelhantes, porém com focos e raízes vistas de formas variadas, dependendo do pesquisador em questão.

Assim pode-se afirmar que o conceito de informação é formulado em variados ambientes, além de envolver diferentes campos do saber. “A informação vem a ser a absorção de quaisquer conhecimentos, oriundos dos mais variados meios informativos” (BARROS, MARTINS, 2015, p.137). Vários fenômenos cercam noção de informação e é complexo apresentar uma definição unificada, até porque os termos têm variações de significados dependendo do ambiente. Entretanto, existe consenso conceitual no que tange a áreas semelhantes de atuação.

Para Araújo (1995, p.57) “informação não é, na verdade, um conceito único, singular, mas, sim, uma série de conceitos conectados por relações complexas” desde que não estejam em áreas específicas, ainda neste cenário, Le Coadic (2004, p.13) acrescenta que a informação “é um produto, uma substância, uma matéria.” Novamente autores assinalam não apenas a significação simples de um termo, mas referem-se a este como algo mais amplo e multidisciplinar. Le Coadic (2004) menciona à matéria algo já abordado no século XIX, enquanto Araújo (1995) aponta a variação de conceitos aglomerados em torno da mesma palavra, ambos autores confirmam as suposições anteriormente descritas.

Antecedendo Araújo (1995) e Le Coadic (2004), Belkin (1978) realizou um mapeamento onde aponta algumas visões a respeito do termo informação, apresenta e relaciona autores e suas diferentes ideias e acepções. Em seu estudo assinala dados relativos ao uso, função até definição do termo, buscando um conceito adequado de informação dentro da CI. Belkin (1978), em sua pesquisa, indica as divergentes ideias de autores que já examinaram o termo informação, entre esses menciona Goffman (1970), o qual, assim como Araújo (1995) e Le Coadic (2004),

alega que o termo não pode ter apenas um significado. O autor ressalta que limitar e evidenciar sua estrutura auxilia no processo de identificação e compreensão deste.

Nunberg (1996, tradução nossa) menciona que informação é um termo que incorpora suposições de nobreza⁷ e transferibilidade⁸ em seu significado, de modo que seu conteúdo será preservado intacto quando seus suportes materiais e sociais são extraídos.

É possível observar na literatura a existência de várias concepções ou conceitos para o termo em questão. Dentro dessa perspectiva, estudos são realizados buscando um entendimento a esse respeito. Observando os relatos de Araújo (1995), Le Coadic (2004), Belkin (1978), Borko (1968), Capurro (2004) e outros, pode-se afirmar que os estudos em torno da palavra informação atingem diferentes áreas. As primeiras conceituações são oriundas da Matemática, Cibernética e Informática, atingindo a CI, Arquivologia e Biblioteconomia.

Capurro e Hjørland (2007) esclarecem que conceitos “não são verdadeiros ou falsos”, mas questionam a produtividade e funcionalidade desses enfoques. Diversos profissionais conceituam o termo das mais variadas maneiras, uma vez que os relacionam à sua área de atuação, como por exemplo, Shannon (1948), que aborda o conceito, sob a ótica da matemática. Capurro (2007) tem a tendência epistemológica e aborda o cognitivo junto com Hjørland (2007), Frohmann (2006) trata a materialidade. Do mesmo modo, Belkin (1978) e Silva (2017) realizam um estudo voltado às relações conceituais de informação. Silva (2017) apresenta autores advindos da Ciência da Informação e de outras áreas, no entanto o objetivo do autor foi apresentar as diferenças conceituais. A literatura especializada aponta estudiosos utilizados para fins acadêmicos como relevantes tanto para ciência da informação como para Biblioteconomia e Arquivologia.

Silva (2017) demonstra em um quadro a evolução conceitual do termo de 1945 – 2013, como é possível observar a seguir.

⁷ O autor refere-se à qualidade, algo nobre.

⁸ O autor refere-se a transferir, a informação mantendo sua qualidade, transferir com qualidade.

Quadro 2: Manifestações conceituais de informação na trajetória da Ciência da Informação

Autor/ Instituição	Conceito	Ano
Vannevar Bush	Quando os dados de qualquer tipo são colocados em armazenamento, eles são arquivados alfabeticamente ou numericamente, e as informações são encontradas (quando é), rastreando-a da subclasse para a subclasse. A informação como fenômeno transmitido ao cérebro por meio de vibrações elétricas no canal do nervo óptico.	1945
John D. Bernal	Perspectivas e motivações para obtenção da informação (e suas formas de uso) pelos cientistas.	1948
Donald Urquhart	A informação como fenômeno de distribuição e uso no contexto científico e tecnológico.	1948
Alexander I. Mikhailov	A informação científica representada pela <i>Informatika</i> que busca estudar a estrutura e propriedades da informação científica, bem como as regularidades das atividades de informação científica, sua teoria, história, métodos e organização.	1967
Harold Borko	A informação inserida no conceito de Ciência da Informação, sendo a informação compreendida, por um lado, no sentido de suas propriedades, comportamentos, fluxos e, por outro lado, por processos de conhecimentos relacionados à origem, coleção, organização, armazenamento, recuperação, interpretação, transmissão, transformação, e utilização da informação.	1968
Jesse Shera	A informação é baseada na trindade do atomismo, significando a operação tecnológica, do conteúdo, sendo aquilo que é transmitido, e do contexto, como o ambiente social e cultural, que define as características dos dois primeiros aspectos.	1971
Gernot Wersig e Ulrich Neveling	A abordagem estrutural (voltada para a matéria); a abordagem do conhecimento; a abordagem da mensagem; a abordagem do significado (característica da abordagem orientada para a mensagem); a abordagem do efeito (orientada para o receptor); a abordagem do processo.	1975
Nicholas Belkin e Stephen Robertson	Informação é aquilo que é capaz de alterar uma estrutura	1976
Jason Farradane	É definida como o substituto físico do conhecimento	1980
Bertram Brookes	A informação é um elemento que promove transformações nas estruturas do indivíduo, sendo essas estruturas de caráter subjetivo ou objetivo.	1980
Robert Saxton Taylor	A informação como processo de valor agregado através da organização, a análise, a síntese e o julgamento.	1986
Robert Hayes	É uma propriedade dos dados resultante de ou produzida por um processo realizado sobre os dados. O processo pode ser simplesmente a transmissão de dados (em cujo caso são aplicáveis a definição e a medida utilizadas na Teoria da Comunicação); pode ser a seleção de dados; pode ser a organização de dados; pode ser a análise de dados.	1986
Tefko Saracevic e Judith Wood	Informação consolidada – conjunto de mensagens; sentido atribuído aos dados; é um texto estruturado; adquire naturalmente valor na tomada de decisões	1986
Harrold's Librarian's Glossary	Um conjunto de dados organizados de forma compreensível registrado em papel ou em outro meio e suscetível de ser comunicado.	1989

Michel Buckland	Informação como processo (“informação” é “o ato de informar...”; comunicação do conhecimento ou “novidade” de algum fato ou ocorrência), informação como conhecimento (o conhecimento comunicado referente a algum fato particular, assunto, ou evento; aquilo que é transmitido, inteligência, notícias) e informação como coisa (atribuído para objetos, assim como dados para documentos, que são considerados como “informação“, porque são relacionados como sendo informativos, tendo a qualidade de conhecimento comunicado ou comunicação, informação, algo informativo).	1991
Gernot Wersig	Informação é conhecimento em ação	1993
Pedro C. Marijuán	A informação tem sido envolvida com: a formulação da segunda lei da termodinâmica] e o conceito de entropia; a medida na Teoria Quântica; a Teoria da Informação de Shannon; a dinâmica não linear e os sistemas em estado de não equilíbrio e; o DNA celular e os processos enzimáticos; a evolução dos seres vivos e o Darwinismo; a diversidade ecológica; as origens e a evolução dos sistemas nervosos; o funcionamento do cérebro; a natureza da inteligência; a inteligência artificial; a lógica (profundidade lógica, complexidade algorítmica); a linguística (significado, semântica); os fundamentos da epistemologia e da ontologia; a "eletrônica" e a engenharia de hardware software; a mídia de massa e as novas tecnologias da comunicação; as reivindicações teóricas da Biblioteconomia e da gestão de documentos; os postulados básicos da economia e das ciências sociais; a filosofia política.	1994
Yves-François Le Coadic	É um conhecimento inscrito (gravado) sob a forma escrita (impressa ou digital), oral ou audiovisual.	1994
Kevin McGarry	A informação pode ser: considerada como um quase-sinônimo do termo fato; um reforço do que já se conhece; a liberdade de escolha ao selecionar uma mensagem; a matéria-prima da qual se extrai o conhecimento; aquilo que é permutado com o mundo exterior e não apenas recebido passivamente; definida em termos de seus efeitos no receptor; algo que reduz a incerteza em determinada solução.	1999
Maria Nélide González de Gómez	A informação, como objeto cultural, se constitui na articulação de vários estratos (linguagem, sistemas sociais e sujeitos/instituições) em contextos concretos de ação que se evidencia como uma ação de informação que articula esses estratos em três dimensões principais: uma, semântico-discursiva , enquanto a informação responde às condições daquilo sobre o que informa, estabelecendo relações com um universo prático-discursivo ao qual remetem sua semântica ou conteúdos; outra, meta-informacional , onde se estabelecem as regras de sua interpretação e de distribuição, especificando o contexto em que uma informação tem sentido; a terceira, uma dimensão infra estrutural , reunindo tudo aquilo que como mediação disponibiliza e deixa disponível um valor ou conteúdo de informação, através de sua inscrição, tratamento, armazenagem e transmissão.	2000
Dictionnaire Encyclopédique de l'Information Documentation	É o registro de conhecimentos para sua transmissão. Essa finalidade implica que os conhecimentos sejam inscritos num suporte, objetivando sua conservação, e codificados, toda representação sendo simbólica por natureza.	2001
Armando M. da Silva e Fernanda Ribeiro	Conjunto estruturado de representações mentais codificadas (símbolos significantes) socialmente contextualizadas e passíveis de serem registradas num qualquer suporte material (papel, filme, banda magnética, disco compacto etc.) e, portanto, comunicadas de forma assíncrona e multidirecionada.	2002
Birger Hjørland	Conceito social de informação no âmbito da análise de domínio e comunidades discursivas.	2002

Aldo de Albuquerque Barreto	Estruturas simbolicamente significantes com a competência e a intenção de gerar conhecimento no indivíduo, em seu grupo e na sociedade.	2002
Rafael Capurro	Os paradigmas da Ciência da Informação/Hermenêutica da informação.	2003
Jaime Robredo	A informação enquanto entidade, fenômeno e processo universais que somente pode ser apreendida em todos os aspectos quando acompanhada de um qualificativo (informação codificada, informação armazenada, informação médica etc.).	2003
Chun Wei Choo	A informação como recurso em organizações; a informação como o resultado de pessoas construindo significado a partir de mensagens e insinuações.	2004
Miguel Angel Rendón-Rojas	A informação como ente ideal (abstrato), construído baseado em características secundárias dos signos.	2005
Luciano Floridi	Informação semântica definida em quatro etapas: D.1.A Informação (λ) é constituída por n dados (d), sendo $n \geq 1$; D.2. Os dados são bem formados (wfd); D.3. Os wfd são significativos, ou seja, possuem um significado ($mwfd = \delta$); F.4. Os δ são verdadeiros.	2005
Bernd Frohmann	A informação materializada através da investigação do papel da documentação na criação de tipos ou categorias; informação materializada por meios institucionais e tecnológicos.	2008
Oswaldo Francisco de Almeida Júnior	A informação, contrariando o conceito aceito majoritariamente na área, está sendo empregada como criadora de conflitos, pois só estes viabilizam a transformação do conhecimento. A informação não dirime as dúvidas ou elimina incertezas. Ela exige a reconstrução do conhecimento na medida em que destrói certezas.	2008
Jonathas Luiz Carvalho Silva e Henriette Ferreira Gomes	A informação pelo viés da alteridade. A informação como negação alteritária no contexto da unilateralidade e/ou arbitrariedade transferencial. A informação no âmbito da diferença alteritária na perspectiva da reciprocidade. A informação como fundamento da afirmação alteritária na concepção da transação e da partilha	2013
Estela Morales Campos	A informação como insumo natural e imprescindível da educação e do conhecimento (reconhecidos como bens comuns e sociais).	2013

Fonte: Silva (2017)

No quadro organizado por Silva (2017) ficaram evidentes as mudanças conceituais pelas quais passou o termo informação; as primeiras visões buscam objetividade e a preocupação em armazenar a informação de forma que possa ser recuperada no futuro. (BUSH, 1945; BERNAL, 1948; URQUHART, 1948; MIKHAILOV, 1967). Neste primeiro período, a informação é tratada como produto, que deve ser estocada, armazenada e distribuída quando solicitada, percebe-se os autores acenados, referem-se ao termo buscando fundamentação para área de interesse, como o caso de Mikhailov (1967) e a informática. No mesmo raciocínio Shannon (1964) onde a preocupação central está em quantificar a informação, pois busca conceituar o termo dentro da matemática e sua área de atuação, para o autor a

informação era vista como sinônimo de comunicação, tratada entre um emissor e receptor. Para o autor (1964, p.8), “A informação se relaciona não ao que você realmente diz, mas ao que eu poderia dizer. É a medida da liberdade de escolha quando se seleciona uma mensagem.” Nota-se a intenção de medir e comunicar, quantificar o que será repassado com a intenção de informar o receptor, uma semelhança na descrição simplificada dos dicionários como no caso do Léxico (2019)⁹ que assinala também o emissor e receptor.

É a partir das considerações de Borko (1968) que outro enfoque é ressaltado. Nessa perspectiva, a subjetividade alia-se à percepção e valorização do usuário final. A simples definição se torna mais complexa, a informação passa a ter “função”, dentro de seu conceito. Ao mencionar os objetivos da informação em sua citação acerca da CI, registra e perpetua a nova visão a seu respeito e sua relevância para a área estudada.

Nesse mesmo contexto, Borko (1968) menciona questões relativas ao armazenamento e tratamento, algo oriundo da influência francesa, ou seja, fisicista, o tratar, o técnico, porém acrescenta em seus estudos a utilização da informação. Neste cenário abre a questões de usabilidade e função, surgindo novas percepções a respeito da palavra. É a partir deste período que a informação passa a estar cada vez mais disponível e quase que imediatamente pública, ainda que por uma década, permanecem estudos voltados à estrutura e controle (BELKIN, 1978; ROBERTSON, 1979) e timidamente surgem novas abordagens, ao que tange a ambiente social, cultural e efeito causado por esta. (SHERA, 1971; ROBERTSON, 1979).

Entretanto é na década de 80 que a informação é relacionada a transformações. Brookes (1980), Saracevic e Wood (1986), refletem acerca da alteração que a informação pode acarretar em determinadas estruturas, influenciando na tomada de decisões e assim, a função da informação passa a ser destacada. Saracevic (1986) descreve a informação, sob um contexto amplo, envolvendo mensagens, textos, além de associar para a tomada de decisão. A informação como parte do processo decisório é apontada por Moreno (2009) como fundamental para se obter um resultado eficaz, no entanto a autora destaca em seu estudo o valor da informação e não a conceitualização como abordada por Saracevic (1986).

⁹ “comunicado, mensagem ou comunicação; notícia tornada conhecimento público e geral; 2. dado ou notícia recebida ou dada; 3. explicação ou esclarecimento prestado [...]” (LÉXICO, 2019).

A década seguinte é marcada por importantes conceituações, Buckland (1991, p. 351) caracteriza a informação a partir de três significações:

1. Informação-como-processo : Quando alguém é informado, o que ele sabe é alterado. Nesse sentido, 'informação' é 'O ato de informar' [...]
2. Informação-como-conhecimento : 'Informação' é também usada para denotar aquilo que é percebido em 'informação-como-processo' [...]
3. Informação-como-coisa : é usado atributivamente para objetos, tais como dados e documentos, que são referidos como 'informação' porque são considerados informativos [...]

Buckland (1991), em suas considerações, detalha cada uma das significações, a informação-como-processo refere-se a informar, contar algo, notificar, “fazer com que se torne conhecido; tomar conhecimento sobre” (LÉXICO, 2019); no âmbito informação-como conhecimento o autor se refere a algo intangível, que não pode ser tocado e, finalmente, a informação-como-coisa é ter a qualidade de transmitir conhecimento, algo instrutivo.

Em meados de 1992 Peter Ingwersen realiza um estudo adicional ao conceito de Belkin (1978). O autor incorpora análises cognitivas, algo iniciado por ele em 1984, e traça a trajetória de conceitos e suas teorias (matemática, informática, cibernética, filosófica) para então formular sua consideração. Para Ingwersen (1992, p.22) o conceito de informação pode “se aplicar à comunicação em geral, compreensão da fala ou arqueologia e outras ciências históricas em que várias formas de transformações de estados de conhecimento fazem parte do estudo.”. Nota-se que o entendimento passa a ser mais completo, com o passar dos anos suas conceituações abrangem indícios sensoriais e particulares dos indivíduos. Neste mesmo período são destacados também outros autores como Wersig (1993), Le Coadic¹⁰ (1994) McGarry (1999).

Com o passar dos anos, estudiosos como Capurro (2003), Frohmann (2005), Barreto (2002) e Bates (2005) descrevem a informação voltada ao sentido de impacto social. Neste cenário ocorrem conceitualizações mais complexas, onde os autores, além de definirem o objeto, enfocam seu papel social, importância não somente no que tange a recuperação, mas como o acesso.

Capurro (2003), por meio de seus paradigmas físico, cognitivo e social, discorre a respeito do desenvolvimento da CI e procura identificar a informação. No paradigma

¹⁰ Le Coadic, faz as abordagens em 1994, porém a obra que se teve acesso foi a de 1996 e segunda edição de 2004, como consta nas referências.

físico o enfoque é idealista e individualista (admite um objeto físico/mensagem ou sinal), no cognitivo considera o ser humano cognoscente que busca conhecer e reconhecer o seu redor, evoluindo para um caráter social onde iniciam-se relações sócio-cultural, o conhecimento passa a ser disseminado. Para o pesquisador, a

informação não é algo que comunicam duas cápsulas cognitivas com base em um sistema tecnológico, visto que todo sistema de informação está destinado a sustentar a produção, coleta, organização, interpretação, armazenamento, recuperação, disseminação, transformação e uso de conhecimentos e deveria ser concebido no marco de um grupo social concreto e para áreas determinadas. Só tem sentido falar de um conhecimento como informativo em relação a um pressuposto conhecido e compartilhado com outros, com respeito ao qual a informação pode ter o caráter de ser nova e relevante para um grupo ou para um indivíduo. (CAPURRO, 2003, p.10).

Na percepção de Capurro (2003), a informação evolui juntamente com a CI como pode-se observar por meio da história que a informação, no princípio, era apenas algo agregado a um dado qualquer, era algo que precisava ser armazenado. Com a evolução das tecnologias, a proliferação de dados e acontecimentos, a informação passa a ter outro papel como o de transmitir e disseminar alguma coisa que cause efeitos em seu receptor.

Outra fundamentação bastante relevante é de Frohmann (2004, 2005, 2006), o qual aborda outros autores nas suas obras além de apontar sua percepção a cada um deles. Em 2004 o autor busca ressaltar princípios básicos e noções preliminares para o entendimento da informação. Frohmann (2004, 2005, 2006) aponta a versão da fenomenologia da informação, ou seja, a descrição imediata, abandonando a teoria filosófica do termo. Na sequência menciona jogos de linguagem ou práticas de linguagem. No entanto, é em 2006 que o estudioso apresenta ao meio científico a informação materializada, fruto de uma palestra de abertura do ENANCIB (2006). Neste documento o autor buscou mostrar diferentes modos de pensar a informação, a qual está ligada a diversas áreas e envolvida em variados contextos, neste caso, traz luz às práticas sociais, públicas, políticas, econômicas e culturais. Frohmann (2004, 2005, 2006) procurou conciliar o conceito de informação com as práticas públicas e sociais por meio da materialidade, pois menciona que se pensar em informação como abstrato e imaterial, seu estudo torna-se limitado. Para o autor o conceito de materialidade “traz um entendimento muito mais rico do caráter público e social da informação em nosso tempo.” (FROHMANN, 2006, p.21), pois se limitarmos

o conceito do termo a um único indivíduo e seu receptor, sua disseminação e compreensão é mais restrito que o âmbito social.

Em estudos anteriores o autor já mencionava a materialização da informação por meio dos documentos, com base nas pesquisas de Otlet (1934) e Briet (1951) onde apontam o teor do documento e seu efeito, assim concebe sua teoria da materialidade da informação. Para exemplificar, usa da teoria dos enunciados de Foucault (1972). Esclarece que os enunciados para Foucault (1972)¹¹ abordam a sua existência e não o seu significado, ou seja, a forma como surge e evolui. O conceito de enunciado estimula a investigação dos efeitos causados por eles. Frohmann (2006) fundamenta-se na abordagem de Foucault (1972) para repensar a documentação, observar a circulação, criação de documentos institucionais e para onde seguem, que práticas se referem e como os substituir. A abordagem associa a teoria de Foucault para facilitar a compreensão da materialidade. Destaca ainda que o enunciado, assim como o documento, não é meramente um meio de comunicação e sim um transmissor da informação.

Percebe-se que Frohmann (2004, 2005, 2006), antes de caracterizar a informação, busca em outros autores a explicação de fenômenos, comparando-os com a materialidade para enfim conceituar a palavra, de maneira a dar mais crédito às suas correntes; esse acontecimento pode ser observado em suas obras, onde baseia-se em Foucault (1972), Nunberg (1996), Buckland (1991,1997).

A materialidade proposta por Frohmann (2006) refere-se ao impacto causado pela informação propriamente dita, e este passa a seu significado. Para Frohmann (2006) a materialidade da informação está conectada ao documento, pois possui massa, inércia, de forma que possa configurar a vida social por meio de seus efeitos; o autor ainda pontua que “a informação é materializada não apenas por meios institucionais, mas também por meios tecnológicos.” (FROHMANN, 2006, p.26). O autor é um dos precursores no sentido de impacto da informação como conceito, já abordado em outros estudos por diferentes pesquisadores, para apontar percepções fora da ontologia e epistemologia. Capurro (2003) e Barreto (2002) abordam questões sociais, porém falam das fases da informação, dependendo do período em que a sociedade vive são divergentes as menções de Frohmann (2006).

¹¹ A teoria dos enunciados de Foucault, é uma publicação de 1972, no entanto o trecho lido para este estudo está na tradução *A arqueologia do saber*.

De forma semelhante a esta concepção Le Coadic (2004, p.4) ressalta que “informação é um significado transmitido a um ser consciente por meio de uma mensagem inscrita em um suporte espacial-temporal [...]”. Mesmo anterior aos estudos de Frohmann (2006), Le Coadic (2004) concebe uma conceituação evoluída e diferente das demais existentes no mesmo período. Os autores supracitados apontam em seus estudos as bases conceituais de Nunberg (1996), o qual descreve a informação como substância, sua interdisciplinaridade inerente ao fenômeno informação. Nunberg (1996, p.230, tradução nossa) se volta à informação abstrata, imaterial, como conteúdo de uma mensagem ou documento. Para ele, “a informação é inerente aos documentos ou mentes que os compreendem; como a substância intencional está relacionada à matéria inerente, inanimada e sem vida e como pode ser por ela transmitida [...]”.

Nota-se por meio de observações dos relatos de Nunberg (1996) que Frohmann (2006) e Le Coadic (2004) utilizam-se das ideias para formular suas teorias, o conceito evolui com a ciência e sua utilização varia de cada ambiente inserido.

Após o ano de 2000, a investigação em torno da palavra permanece e outras abordagens semelhantes as ideias de Capurro (2003), Frohmann (2005, 2006) são retomadas no que tange a parte social da significação. Novos apontamentos são sugeridos como Barreto (2002) e Bates (2005).

Barreto (2002) aponta três tempos da CI, semelhante às abordagens de Capurro (2003). O autor menciona: tempo da gerência de informação (1945 a 1980), tempo da relação informação e conhecimento (1980 a 1995), o tempo do conhecimento interativo e o tempo (1995 – até os dias de hoje). Em cada um dos tempos a informação possui um diferente papel no âmbito científico e social. “A condição da informação passou a ser sua ‘intensão’ para gerar o conhecimento no indivíduo e conseqüentemente em sua realidade.” (BARRETO, 2002, p.72).

A informação, como indicado até o momento, apresenta conceituações consistentes e complexas devido as suas múltiplas significações e aplicações na ciência. Inúmeros apontamentos são indicados no meio científico, teorias novas, outras baseadas em autores já renomados, no entanto nota-se a maioria de pesquisas de origem estrangeira e poucos estudos no âmbito nacional.

Na contínua busca em conceituar e explicar o termo informação, Bates (2005, p.4) menciona seus padrões teóricos com uma ressalva diferente dos autores descritos. Para a autora “informação é definida como padrão de organização da

matéria e da energia.” A pesquisadora elucida que os conceitos ou ideias são extraídos de outros autores, e aponta sua inclinação às ideias de Edwin Parker (1974), no entanto acrescenta a situações atuais reformulando a ideia central do autor, para concluir seu conceito.

Acompanhando a mensagem de Bates (2005) e autores supracitados, percebe-se que o sentido fundamental de informação abarca questões voltadas às pessoas, processos, mensagens, no objetivo e subjetivo, enfim, em um universo de atores, propostas e possibilidades. Nesse sentido

a informação não é, portanto, apenas a forma exterior, a forma ou o padrão de algo interpretado pelos seres humanos; em vez disso, inclui padrões físicos e biológicos de organização não sentida por nós também, do atômico ao galático, do vírus ao ecossistema. A informação, como aqui definida, inclui todos os padrões físicos de organização, todos os padrões biológicos de organização das formas de vida e todos os padrões construídos (e emergentes) de organização como extraídos, armazenados e usados pela vida. (BATES, 2006, tradução nossa).

Analisando os autores mencionados no quadro de Silva (2017) e outros pesquisados para o estudo em questão, fica evidente o processo de construção teórica da informação. Ela é perpassada por caracterizações mais simplistas (armazenagem e tratamento) para algo complexo e que envolve várias outras influências (sociais, culturais, físicas e outras), para enfim buscar o entendimento do contexto atual, no qual a informação é considerada um organismo vivo e que está disponível e acessível a todo e qualquer indivíduo, independentemente de sua localização geográfica, nível cultural e/ou social. Para Moreno (2009, p.110), “A informação é um ativo que precisa ser administrado da mesma forma que os outros tipos de ativos representados pelos seres humanos: capital, propriedades e bens materiais.”

Acredita-se que todos os estudos e pesquisas buscam evidenciar o quão importante faz-se o ato de compreender o todo e não apenas um fragmento. O fato de ser acessível e recuperável por meio das novas tecnologias, a questão de seus efeitos e impactos que são causados, levam a consequências que impactam uma sociedade. Cientistas e pesquisadores, como visto, buscam formas de explicar a informação para que seu uso seja eficiente nas mais variadas áreas do conhecimento humano e em seus canais de aprendizagem, como a educação de ensino superior. Nota-se por fim que a compreensão a respeito do que seja informação pode ser

apontada como uma das incertezas da CI, fortalecendo assim a premissa de examinar e dar continuidade as pesquisas e estudos relacionados ao termo.

Com a identificação e noções conceituais da palavra informação, segue o estudo focando-se a Arquivologia e Biblioteconomia. As questões abordadas até o presente momento são essenciais para o estudo em questão, são a base para sua fundamentação. O tópico seguinte apresenta de forma resumida, a história do ensino superior no Brasil, bem como a identificação do que é um projeto pedagógico de curso (ferramenta analisada nesta pesquisa), bem como o percurso de desenvolvimento da Arquivologia e Biblioteconomia no cenário brasileiro.

4 ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

Previamente à identificação dos cursos de Arquivologia e Biblioteconomia, objetos de análise deste estudo, os quais estão inseridos no ensino superior no Brasil, buscou-se traçar um panorama da história deste cenário.

A educação superior no Brasil iniciou-se com a chegada da Corte Portuguesa em 1808, neste mesmo ano foram criadas algumas escolas como de Cirurgia e Anatomia em Salvador, a qual se tornou a Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia; a escola de Anatomia e Cirurgia, no Rio de Janeiro, atual Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro e a Academia da Guarda Marinha, também no Rio. (TEIXEIRA, 1969).

O Brasil anterior às universidades teve várias escolas superiores além das mencionadas, Teixeira (1969, p.70) aponta:

1810, a Academia Militar, que se transformou em Escola Central, depois Escola Politécnica, hoje Escola Nacional de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro; em 1814 o Curso de Agricultura, e em 1816, a Real Academia de Pintura, Escultura e Arquitetura. Depois da Independência, cria o Imperador D. Pedro I em 11 de agosto de 1827 os Cursos Jurídicos em São Paulo e em Olinda, Pernambuco. Durante a regência, na menoridade de D. Pedro II, criam-se em 1832 a Escola de Minas e Metalurgia em Ouro Preto, Minas Gerais, em 1839 a Escola de Farmácia, também em Ouro Preto, e em 1837, no Rio de Janeiro, o Imperial Colégio Pedro 11. O Imperador D. Pedro 1 somente instalou a Escola de Minas 34 anos após a criação.

Percebe-se que a criação de escolas superiores foi em número considerável, no entanto, mesmo após a independência, o Brasil permanecia sem universidades, foi em 1915 com a Reforma Carlos Maximiliano¹², por meio do Decreto nº 11.530, que é mencionado a respeito da instituição de uma universidade. Neste cenário Fávero (2006, p.22) explica que foi em 7 de setembro de 1920, “por meio do Decreto nº 14.343, o Presidente Epitácio Pessoa institui a Universidade do Rio de Janeiro (URJ)”, sendo esta a primeira universidade brasileira, na sequência, em 1927, a criação da Universidade de Minas Gerais.

¹² A Reforma C. Maximiliano ocorreu durante a Primeira República no Brasil. Dentre outras providências, retirou o grego das línguas clássicas, restando apenas o estudo do latim, estipulado em três anos com 10h/semanais. Manteve os anos das línguas modernas (totalizando seis anos), como estipulado pela Reforma Rivadávia Corrêa, porém aumentou em uma hora semanal o estudo do francês, totalizando 20h/semanais de estudo. (HELB, 2019).

Teixeira (1969) explica que com a revolução na década de 1930, ocorreram algumas mudanças sociais e assim surgiram dois novos projetos de universidades: a Universidade de São Paulo, em 1934, e a do ex-Distrito Federal, em 1935, a qual logo foi extinta; o autor ainda completa que em 1937 ocorre uma reorganização na Universidade do Rio de Janeiro como Universidade do Brasil. É neste contexto que foi criada a primeira lei referente à universidade, a Lei nº 452, de 5 julho de 1937 que em seu capítulo I, institui:

Art. 1º A Universidade do Brasil é uma comunidade de professores e alunos, consagrados ao estudo.

Art. 2º A Universidade do Brasil terá por finalidades essenciais:

- a) o desenvolvimento da cultura filosófica, científica, literária e artística;
- b) a formação de quadros donde se recrutem elementos destinados ao magistério bem como às altas funções da vida pública do país;
- c) o preparo de profissionais para o exercício de atividades que demandem estudos superiores. (BRASIL. LEI Nº 452, DE 5 DE JULHO DE 1937, 2019)

Martins (2019), Teixeira (1969) e Fávero (2006) esclarecem que o crescimento do ensino superior no Brasil teve dois períodos, sendo o primeiro o surgimento das grandes escolas profissionais e o segundo a expansão destas e outras escolas como filosofia, ciências, letras entre outras.

É a partir de 1945 que o ensino superior se expande no Brasil, porém seu foco é o predomínio na formação profissional sem preocupação com produção de ciência (FÁVERO, 2006), e é em 1960 que o crescimento das universidades ocorre de forma acelerada (TEIXEIRA, 1969).

Em 1961, após 14 anos de tramitação no Congresso Nacional, foi sancionada a lei nº 4.024, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira que, de aspecto geral, diz que o ensino superior: é de competência da União, podendo ser oferecido por Estados e Municípios, desde que estes já tenham atendido os níveis pelos quais é responsável em sua totalidade, desta forma cabe a União autorizar e fiscalizar as instituições privadas de ensino superior, ou seja, as universidades.

Entre 1962 e 1966 as universidades elaboraram novos estatutos, criaram numerosos institutos de pesquisa, diversificaram seus cursos, incorporaram numerosas novas unidades docentes, executaram grandes programas de construção e aumentaram os seus respectivos corpos docentes e discentes. (TEIXEIRA, 1969, p. 18?).

É a partir deste contexto que as universidades brasileiras se expandem e passam a ter sua identidade, novos estudos, pesquisas, fugindo apenas do ensino profissionalizante.

Chauí (2001, p. 216) propõe uma definição que resume as universidades brasileiras na atualidade:

a universidade é uma instituição social que aspira à universalidade e que tem a sociedade como seu princípio e sua referência normativa e valorativa, a qual se percebe inserida na divisão social e política e busca definir uma universalidade (imaginada ou desejada) que lhe permita responder às contradições impostas por esta divisão. Logo, a universidade é um devenir, uma construção constante que está amparada numa concepção de possibilidade de destruir os fins capitalistas pelo que até agora ela atuou e de construir uma nova história como resultante de ações de seres humanos conscientes.

Percebe-se por meio da afirmação da pesquisadora que o papel atual na sociedade da universidade não está apenas em formar profissionais e sim colaborar com o desenvolvimento de toda uma sociedade com ações, cultura, incentivos à pesquisa, entre outros.

O atual modelo de Ensino Superior no Brasil é fundado no tripé ensino-pesquisa-extensão. A Constituição da República Federativa do Brasil, em seu artigo 207, dispõe que as “universidades gozam de autonomia didático-científico, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, serão subordinadas ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 1988). Santos (2010, p. 12) reflete que o “ensino, pesquisa e extensão constituem assim as três funções básicas da universidade, as quais devem ser equivalentes e merecer igualdade em tratamento por parte das instituições de educação superior, pois, ao contrário, estarão violando esses preceitos legais.”

Para entender e conceituar estas unidades Frantz e Silva (2002, p. 217) dispõem que o ensino, a pesquisa e a extensão são sistemas de posições específicas e possuem relação uns aos outros:

- a) o *ensino*: articular as ciências existentes, conhecer seus produtos e formar profissionais. Legitima-se no espaço social pela quantidade e qualidade dos diplomas concedidos;
- b) a *pesquisa*: construir novos, confirmar ou contestar conhecimentos existentes. Legitima-se junto à sociedade pela produção de tecnologias úteis a ela e pela orientação científica na resolução dos seus problemas;
- c) a *extensão*: articula os interesses do ensino e da pesquisa com os interesses sociais. Legitima-se pela presença de agentes universitários nos setores sociais, executando ações de serviços, assistências, projetos culturais, ensino de extensão etc.

O relacionamento entre este tripé educacional das universidades – públicas ou privadas – proporcionam trocas legítimas com o setor econômico, político, social e cultural, como já mencionado.

Com um novo modelo de ensino, baseado no tripé ensino-pesquisa-extensão, as universidades são consideradas organizações complexas e diferentes de outras organizações “pois sua atenção principal está direcionada na formação e disseminação do conhecimento por meio de práticas educativas, fazendo contribuições diferentes à sociedade.” (MORENO, 2006, p.26).

Neste cenário a Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) completa que

A educação superior tem por finalidade:

I – estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II – formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira [...]

Ficou evidente por meios dos estudos de Chauí (2001), Frantz e Silva (2002), Moreno (2006) e a Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) a função social da universidade no contexto nacional.

Após a caracterização da trajetória histórica do surgimento das universidades, a mudança no estilo de ensino e a contextualização do modelo atual, torna-se relevante comentar a respeito da estrutura desta organização, pois é neste cenário que ocorre a pesquisa em questão.

Santos et al. (2019) mencionam que a estrutura organizacional é relevante para guiar, fornecer recursos para determinada instituição, também se refere a divisão de trabalho, tipos de coordenação, inclui relações hierárquicas, determina o fluxo informacional determina regras e normas de atuação.

Com a reforma universitária que ocorreu em 1968, as universidades tiveram modificações em sua estrutura seja administrativa como acadêmica, na Lei nº 5.540/68, é possível observar que os processos decisórios dos diretores das Universidades passam a contar com órgãos colegiados, onde possuem como base estatutos e regimentos.

As IES, sejam públicas ou privadas, possuem diferenças e semelhanças no que tange a sua organização administrativa e acadêmica. Como semelhanças podem ser

apontadas: reitor, vice-reitor, decanos, representantes docentes e discentes, diretores das unidades de ensino, representantes da comunidade acadêmica, conselhos de pesquisa e extensão, centros e departamentos. As diferenças seriam particularidades de nomenclaturas de cargos e/ou funções pertinentes a cada situação específica da IES, esses apontamentos não são relevantes ao estudo.

A Universidade atualmente, seja pública ou privada, possui várias instâncias decisórias em seu processo de tomada de decisão e entre esses os Colegiados de Cursos. “O Colegiado de Curso de Graduação é órgão administrativo normativo, deliberativo e de supervisão da organização acadêmica, constituído para cada um dos Cursos de Graduação [...]” (FACULDADE, 2019).

Percebe-se que os Colegiados de Cursos são responsáveis em fixar diretrizes e orientações didáticas para os cursos e esses também possuem a incumbência de formular o Projeto Pedagógico de Curso – PPC, o qual “representa a linha pedagógica que a instituição norteia para o gerenciamento dos cursos de graduação, pós-graduação e extensão da instituição.” (SIMOES, 2019, p.1).

O PPC reflete o curso e demonstra a intenção de profissionais que deseja formar, é neste documento que as bases de formação são definidas, desde a teórica até a prática.

De acordo com a Universidade Federal de Minas Gerais (2019)

O PPC, Projeto Pedagógico de Curso, é o instrumento de concepção de ensino e aprendizagem de um curso e apresenta características de um projeto, no qual devem ser definidos os seguintes componentes:

1. Concepção do Curso.
2. Estrutura do Curso: Currículo, corpo docente, corpo técnico administrativo e infra-estrutura.
3. Procedimentos de avaliação dos processos de ensino e aprendizagem e do curso.
4. Instrumentos normativos de apoio (composição do colegiado, procedimentos de estágio, TCC, etc.).

Os cursos de graduação devem conter em seu PPC as diretrizes nacionais para a oferta de conteúdos obrigatórios e as disciplinas que serão trabalhadas, é o documento que aponta a intenção e o tipo de formação que a IES oferece.

O Projeto Pedagógico do Curso deve contemplar o conjunto de diretrizes organizacionais e operacionais que expressam e orientam a prática pedagógica do curso, sua estrutura curricular, as ementas, a bibliografia, o perfil profissiográfico dos concluintes e tudo quanto se refira ao desenvolvimento do curso, obedecidas as diretrizes curriculares nacionais, estabelecidas pelo Ministério da Educação. (SIMÕES, 2019, p.4).

Nota-se que o PPC é um importante instrumento dentro das universidades. Entre suas funções está o direcionamento do ensino, a definição da estrutura curricular e ementas, objetos abordados nesta pesquisa. É por meio deste instrumento, o PPC, que as investigações em torno da palavra informação se concretizaram nos cursos de graduação em Arquivologia e Biblioteconomia no cenário nacional. Ambos os cursos prepararam profissionais para agir diretamente com a informação e seu conteúdo, devem ser capacitados para gerir a organização e as novas tecnologias que surgem diretamente no tratamento, análise, recuperação e acesso à informação.

Neste contexto o tópico que se inicia discorre a respeito da Arquivologia e Biblioteconomia, seu crescimento e desenvolvimento no Brasil.

4.1 ARQUIVOLOGIA E BIBLIOTECONOMIA

A Arquivologia e a Biblioteconomia são dois cursos de graduação considerados como subáreas da CI, como apontado na introdução deste estudo. Ambos possuem a informação registrada como um de seus objetos de estudo.

O Bacharel em Arquivologia é um profissional que tem na sua formação acadêmica os requisitos necessários que lhe dão a condição de compreender o complexo contexto da sociedade da informação na qual as habilidades devem se voltar para o planejamento do processo de informatização e para a administração da informação arquivística como recurso estratégico e econômico. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO, 2019).

Nota-se que a profissão arquivística está inteiramente ligada ao trato informacional, os profissionais desta área devem possuir consciência da amplitude da função da informação na sociedade e assim disponibilizá-la de forma ética e competente.

No que se refere ao bibliotecário o Conselho Federal de Biblioteconomia (2019) aponta que:

A atuação do bibliotecário é na gestão de informações. Em qualquer espaço que tenha informações o bibliotecário pode atuar: centro de referência, centro de documentação, hospital, escritório jurídico, seguradora, ouvidoria, instituição financeira, instituto de pesquisa, agência de publicidade, editora, provedores de internet etc.

Percebe-se o quanto é abrangente a profissão do bibliotecário, a Universidade Federal do Espírito Santo (2019) ressalta ainda que “Biblioteconomia tem como objetivo de estudo e trabalho a Informação.”

Identificado brevemente a atuação destes profissionais e o seu estreito vínculo com a informação, pretende-se, na sequência, ilustrar um pouco do caminho destes cursos no Brasil, iniciando pela Arquivologia, no tópico seguinte, a Biblioteconomia.

4.1.1 Arquivologia

Neste tópico apresenta-se a trajetória da Arquivologia no Brasil. Por se tratar de um tema amplo e não contemplar especificamente o objetivo principal deste estudo, buscou-se limitar alguns eventos relevantes da área para melhor compreensão e entendimento do percurso histórico arquivístico no Brasil, bem como sua atuação.

Diversos autores como Crivelli e Bizello (2012), Tanus e Araújo (2013), Belotto (2002), Schimidt (2012) afirmam que o ponto de partida da Arquivologia no país foi a criação do Arquivo Público do Império em 1838, pelo regulamento n.2, de 2 de janeiro, indicado na Constituição de 1824. A partir deste acontecimento a valorização da importância do armazenamento e organização de documentos públicos torna-se mais efetiva no Brasil, pois, com a vinda da Família Real e seus pertences (documentos, manuscritos, objetos de arte e outros) distribuídos em navios, fez se necessário a criação de espaços para preservação dessas relíquias oficiais. Neste primeiro momento o arquivo “tinha por objetivos o recolhimento e preservação dos documentos do governo, e auxiliar na construção da história [...]” (CRIVELLI; BIZELLO, 2012, p. 47).

No início o Arquivo Nacional possuía uma grande influência francesa, seja na preocupação de armazenar, guardar e principalmente nas técnicas utilizadas para realização destes processos. Na época a França era a principal referência intelectual e, portanto, as formas de armazenamento eram baseadas no princípio da proveniência e não sistemática por assunto como na Biblioteconomia. De acordo com o arquivista francês, Natalis de Wailly em 1841, precursor desse método específico da Arquivologia,

a organização dos arquivos segundo a proveniência dos documentos, [dá] [...] a noção de fundos, os quais não poderia ser misturados com documentos de outros fundos.[...] Tal princípio é seguido pelos arquivos, até os dias de hoje e ensinado nos cursos de Arquivologia como princípio básico e distintivo da área. (TANUS; ARAÚJO, 2013, p.88).

Ao longo dos anos o Arquivo Público do Império passa por algumas mudanças estruturais e administrativas sendo em:

- 1876 o Arquivo Público do Império é reorganizado, contando com as seguintes seções: legislativa, administrativa, judiciária e histórica;
- 1877 Relatório do diretor Joaquim Pires Machado Portela declara que o Arquivo Público tem, sob sua guarda, um total de 420 caixas de documentos, distribuídas pelos períodos denominados Brasil-Colônia, Brasil-Reino Unido e Brasil-Império;
- 1886 É lançada a primeira publicação do Arquivo Público (ARQUIVO NACIONAL, 2018).

A mudança significativa ocorre após algumas décadas, em 1911, quando o arquivo passa a ser chamado de Arquivo Nacional e recebe um novo regulamento, voltado às questões administrativas, históricas, legislativas e judiciárias do país. Em decorrência, inicia-se a preocupação em realizar o tratamento, processo e recuperação dos dados, documentos e informações custodiados por diversos arquivos.

É neste cenário que é criado o primeiro curso de Tratamento de Arquivos, de caráter eminentemente técnico, voltado ao serviço público, com o objetivo de preparar e qualificar os profissionais que atuariam no Arquivo Nacional - AN, sendo este curso o precursor do pensamento arquivístico no Brasil. Percebe-se que com a reorganização interna do AN o acesso à informação passa a ser discutido no meio e inicia-se então uma nova linha de pensamento voltado à sua recuperação, armazenagem e acesso.

A informação está presente desde o início da história da Arquivologia, reforçando assim a importância do estudo sob seus conceitos e entendimento dentro da área.

Crivelli e Bizello (2012, p.48) esclarecem que “apenas em 1950 que a Arquivologia brasileira passa efetivamente a tomar mais consistência”, ocorre a “importação de conhecimentos arquivísticos e a aproximação do Brasil com instituições e práticas estrangeiras”, por meio do diretor geral na época José Honório Rodrigues.

A década de 1970 é marcada pela criação da Associação dos Arquivistas Brasileiros – AAB, em 20 de outubro de 1971, ainda neste período são dados os passos iniciais para o desenvolvimento dos cursos de graduação em Arquivologia

em 1972, o Conselho Federal de Educação (CFE) autoriza a criação de cursos de Arquivologia em nível superior. Cumprindo a recomendação do I Congresso Brasileiro de Arquivologia (CBA) [...] No ano seguinte, é firmado um acordo regulando o mandato universitário, concedido pelo Conselho da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), ao CPA (28 de setembro de 1973). [...] Em março de 1977 o CPA é transferido para a Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro (FEFIERJ), atual UNIRIO, com a denominação de *Curso de Arquivologia*, de acordo com o Decreto n. 79.329, de 02 de março de 1977. (ARQUIVO NACIONAL, 2018).

Percebe-se que a década de 1970 foi importante no desenvolvimento do ensino superior em Arquivologia, ressalta o aval do Conselho Federal de Educação em 1972 para implantar os cursos de graduação. No entanto o curso inicia apenas em 1973 na Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1976 é criado o segundo curso na Universidade Federal de Santa Maria – RS, em 1978 o terceiro na Universidade Federal Fluminense e assim sucessivamente.

Com a intensificação da área e a formação de profissionais, em 1978 foi sancionada a Lei n. 6.546, a qual dispõe a respeito da regulamentação das profissões de arquivista e técnico de arquivos, no mesmo ano é criado o Sistema Nacional de Arquivo – SINAR.

No pós-guerra, em meados do séc. XX, ocorre a demanda informacional e o crescimento de pesquisas científicas nas mais diversas áreas e, portanto, a necessidade de organizar e acessar informação se fortalece, evidenciando assim profissionais que atuam com a informação arquivística.

Diversos eventos fortalecem a área ao longo dos anos, entre eles a Lei dos Arquivos, de 1991, que estrutura a ação governamental e os arquivos do país, a criação do Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ em 1994, e nesta sequência de acontecimentos novos cursos de graduação vão surgindo ao longo da história arquivista brasileira.

Ao longo dos anos, o curso de Arquivologia sofre alterações e atualizações. Em 03 de abril de 2001 o Ministério da Educação, por meio do Conselho Nacional de Educação, aprova no Parecer CNE/CES 492/2001 as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação

Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia a qual está em vigor até os dias de hoje.

Neste documento são citadas as competências gerais e específicas da profissão, onde, nas específicas é descrito detalhadamente o trato com a informação:

compreender o estatuto probatório dos documentos de arquivo; identificar o contexto de produção de documentos no âmbito de instituições públicas e privadas; planejar e elaborar instrumentos de gestão de documentos de arquivo que permitam sua organização, avaliação e utilização; realizar operações de arranjo, descrição e difusão. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2001)

Os procedimentos apontados dizem respeito à manipulação e disponibilização do conteúdo do documento, ou seja, a informação.

Ainda no Parecer CNE/CES 492/2001 é descrito o “perfil dos formandos”, que de acordo com o Ministério da Educação (2001, grifo nosso)

O arquivista [deve] ter o domínio dos conteúdos da Arquivologia e estar preparado para enfrentar com proficiência e criatividade os problemas de sua prática profissional, particularmente as que demandem intervenções em arquivos, centros de documentação ou **informação [...]**.

Baseando-se nas premissas, reitera-se que o curso de Arquivologia e o profissional arquivista trabalham diretamente com a informação. Desta forma a compreensão desse termo em todos seus aspectos torna-se primordial ao entendimento e evolução da área.

De acordo com essa vertente fortalece-se ainda mais a estreita e profícua relação entre Arquivologia e informação e é neste sentido que se torna relevante a pesquisa em questão, a qual preocupou-se em identificar os conceitos de informação apresentados aos acadêmicos de Arquivologia no Brasil.

Atualmente são 16 cursos de graduação em Arquivologia (quadro 3) em todo território nacional, os quais formam Bacharéis em Arquivologia. Esses dados foram recuperados a partir do *site* do MEC (2018) apenas de cursos presenciais.

Quadro 3: Cursos de Arquivologia no Brasil – 2018

Ministério da Educação - Sistema e-MEC			
Relatório da Consulta Avançada			
Resultado da Consulta Por : Curso			
Relatório Processado : 20/11/2018 - 09:25:55 Total de Registro(s) : 16			
Instituição(IES)	Sigla	Nome do Curso	Grau
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	UNB	ARQUIVOLOGIA	Bacharelado
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS	UFAM	ARQUIVOLOGIA	Bacharelado
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA	UEL	ARQUIVOLOGIA	Bacharelado
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE	FURG	ARQUIVOLOGIA	Bacharelado
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO	UNESP	ARQUIVOLOGIA	Bacharelado
UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA	UEPB	ARQUIVOLOGIA	Bacharelado
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	UFPA	ARQUIVOLOGIA	Bacharelado
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	UFF	ARQUIVOLOGIA	Bacharelado
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO	UFES	ARQUIVOLOGIA	Bacharelado
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	UFMG	ARQUIVOLOGIA	Bacharelado
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	UFBA	ARQUIVOLOGIA	Bacharelado
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA	UFPB	ARQUIVOLOGIA	Bacharelado
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	UFRGS	ARQUIVOLOGIA	Bacharelado
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA	UFSM	ARQUIVOLOGIA	Bacharelado
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	UFSC	ARQUIVOLOGIA	Bacharelado
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	UNIRIO	ARQUIVOLOGIA	Bacharelado

Fonte: E-MEC (2018)

No Brasil anualmente formam-se em média 350 profissionais. No entanto sua atuação difere dos primórdios da Arquivologia, onde a visão era mais tecnicista e com ênfase na guarda, na posse, época da referência francesa. Com as diversas mudanças no âmbito da área, como no contexto social nacional/internacional, a atuação evolui de acordo com a necessidade e fluxo informacional.

Após a década de 1990 a tecnologia passa a ser uma importante ferramenta informacional. Os profissionais que atuam com a informação necessitam de

conhecimento e entendimento do termo (e de que se trata) para melhor compreensão de sua atividade propriamente dita.

Conhecer um pouco da história e evolução da Arquivologia auxilia na elaboração do mapeamento dos autores mais estudados pelos cursos de graduação, bem como as tendências particulares do curso. Vital (2015, p.24) já questionou o significado de informação na arquivística. Para a autora “a definição de informação precisa ser destacada [...] que faça sentido a alguém, possibilitando a tomada de decisão ou simples ato de informa-se [...].”

A Arquivologia, como visto, é uma área em desenvolvimento, seus pesquisadores buscam na ciência novas evidências para sua evolução. O questionamento e a busca por entendimentos de termos e novas técnicas enriquecem seu campo científico além de particularizar a atuação do profissional.

Após um breve relato da história da Arquivologia, bem como uma simples noção de seu campo de atuação, pretende-se da mesma forma caracterizar a Biblioteconomia e seu campo de atuação, para atingir os objetivos propostos no início deste estudo.

4.1.2 Biblioteconomia

Baseando-se na literatura pode-se afirmar que a Biblioteconomia está ligada intrinsecamente ao surgimento das bibliotecas. No Brasil as primeiras bibliotecas surgiram nos Colégios dos Jesuítas, naquela época todo o conhecimento e ensino era controlado pela igreja, após o descobrimento vieram caixas de livros contendo bíblias, livros litúrgicos, obras teológicas entre outras, que favoreceu a criação da primeira biblioteca brasileira em 1568, no Colégio da Bahia. (FONSENCA, 1979).

Outras ordens religiosas favorecem o crescimento de bibliotecas no país, como os Franciscanos, Carmelitas e Beneditinos. Fonseca (1979, p.16) explica que essas últimas ordens “tinham tradições bibliotecárias mais antigas que dos Jesuítas.” Nestas ordens os conventos já possuíam bibliotecas bem estruturadas.

Com a vinda da Família Real foi criada a Real Biblioteca em 1810 por D. João VI, com intuito de armazenagem de obras reais, livros, manuscritos e outros documentos em diferentes suportes.

A necessidade de organizar, conservar e divulgar os documentos, desde o início da escrita até a época moderna, levou as bibliotecas a criarem uma série de procedimentos e métodos que, apesar de possuírem caráter eminentemente técnico, visando à resolução de problemas práticos, formaram um conjunto de técnicas e de questões envolvendo a rotina dessas técnicas que, ao longo do tempo, se constituíram na base da futura disciplina Biblioteconomia. (SANTOS; RODRIGUES, 2013, p.116).

No decorrer dos anos variados acontecimentos influenciaram o funcionamento e desenvolvimento da Real Biblioteca, atual Biblioteca Nacional como, por exemplo:

- 1814 com 60.000 exemplares é aberta ao público para consultas;
- 1818 é publicado o primeiro catálogo de biblioteca brasileiro, na Bahia;
- 1822 alteração do nome para Biblioteca Imperial e Pública;
- 1825 com o reconhecimento da independência a Real Biblioteca passa a pertencer ao Brasil;
- 1900 importação de tecnologias;
- 1905 o início das obras para novo prédio. (BIBLIOTECA NACIONAL, 2019).

No período de expansão da atual Biblioteca Nacional, outras bibliotecas públicas foram inauguradas entre 1851 – 1865, entre elas a Biblioteca Pública de Sergipe, Pernambuco, Espírito Santo, Paraná, Paraíba, Alagoas e Ceará. (FONSENCA, 1979).

Porém o marco histórico da Biblioteconomia no Brasil acontece em 11 de julho de 1911, por meio do Decreto 8.835, que regula e aprova o regulamento da Biblioteca Nacional,

ORGANIZAÇÃO DA BIBLIOTHECA

Art. 1º A Bibliotheca Nacional comprehenderá uma secretaria e quatro secções, a saber: 1ª, de impressos; 2ª, de manuscriptos; 3ª, de estampas e cartas geographicas; 4ª, de moedas e medalhas.

Art. 2º A 1ª secção abrangerá livros, folhetos, impressos avulsos, músicas impressas e publicações periodicas; a 2ª manuscriptos e obras de paleographia e diplomatica; a 3ª estampas, chapas gravadas, desenhos, photographias e obras de iconographia, assim como capas e collecções geographicas, plantas e planos; a 4ª, moedas, cédulas, vales, títulos representativos de valor, medalhas, condecorações, distinctivos, jetons, reclamos metallicos, sinetes, sellos e obras de numismatica, siglographia e philatelia, além de outras obras que forem necessarias á consulta de taes objectos, o que tambem se entenderá com relações ás secções de mancriptos e estampas. (DECRETO 8.835, 1911, sic).

No artigo terceiro, o decreto descreve os profissionais capacitados para atuar em cada uma das seções criadas e mencionadas no Art. 1º. e 2º. É neste contexto que o bibliotecário é citado, sendo o responsável por três seções: impressos, manuscritos, de estampas e cartas e apenas a última referente a moedas e medalhas sugere um sub-bibliotecário. Baseando-se nas leituras pode-se mencionar que este sub-bibliotecário pode ser um “assistente ou técnico.”

O quarto artigo relata a função da secretaria, que deve estar atenta ao expediente e economia do local, menciona a coleta das obras, os registros de recebimentos, permutas e vendas das publicações. Observando os artigos criados e as atividades atribuídas a cada setor e profissionais é possível verificar que o trato técnico da informação é atribuída ao bibliotecário, algo tendencioso na época, assim como ocorreu na Arquivologia, visto no tópico anterior.

Ainda como na Arquivologia, após a criação de um órgão federal, as necessidades informacionais, de tratamento, armazenagem e disseminação de informação, tornam-se mais evidentes. A existência de documentos e relíquias já estava presente na história nacional, porém, com a criação destes órgãos, surge também a necessidade de padronização de técnicas de armazenagem, recuperação e acesso informacional.

O primeiro curso de Biblioteconomia inicia-se em 10 de abril de 1915 exatamente na Biblioteca Nacional, que na época possuía grande influência francesa, assim como ocorreu na Arquivologia. “O curso foi também o primeiro da América Latina e o terceiro no mundo. Seguiu o modelo da *École de Chartres*, na França, que era o melhor da época.” (BIBLIOTECA NACIONAL, 2019). Em 1922 o curso foi suspenso devido a projetos que buscavam algo técnico para atuantes tanto na Biblioteca Nacional como no Arquivo Nacional, as mudanças e projetos não foram executados, assim as atividades foram interrompidas e retornaram apenas em 1931.

Enquanto o curso da Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro passava por interrupções, em 1929 surge o segundo curso de Biblioteconomia na cidade de São Paulo no *Mackenzie College*, diferentemente da Biblioteca Nacional e a influência francesa, o curso paulista possuía influência americana. Os primeiros cursos da área eram voltados aos funcionários das próprias bibliotecas, bem como a professores e bibliotecários de outras instituições (ALMEIDA; BAPTISTA, 2012).

Percebe-se que a história da Biblioteconomia brasileira se inicia com duas fortes correntes: a francesa (humanística) e a americana (técnica), e desta forma os

profissionais que vão surgindo seguem as correntes de acordo com a instituição a qual estavam vinculados, tendo, portanto, no Brasil duas formas iniciais de conhecer a Biblioteconomia.

Ainda no cenário da Biblioteca Nacional, em 1944 a instituição passa por alterações na estrutura e por consequência o curso de Biblioteconomia,

a reforma implicou em uma mudança nos objetivos do curso, pois não mais se limitaria a formar profissionais para a Biblioteca Nacional, mas, oferecendo formação básica, estaria preparando pessoas para qualquer tipo de biblioteca. (MUELLER, 1985, p. 5).

Mesmo com a reforma e readequação tanto da BN como do curso ofertado no Rio de Janeiro, as disciplinas possuíam caráter técnico reforçando a corrente americana.

Em torno da década de 1940 já existiam no Brasil seis cursos de Biblioteconomia:

- Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro;
- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no Rio Grande do Sul;
- Departamento de Documentação e Cultura da Prefeitura, em Pernambuco;
- Universidade Federal da Bahia, na Bahia;
- Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas;
- Escola de Sociologia e Política, São Paulo.

Na década de 1950 ocorre a expansão de mais alguns cursos de Biblioteconomia e acontece o primeiro Congresso Brasileiro de Biblioteconomia – CBBD. O evento se torna um veículo de comunicação e atualização entre os profissionais, o qual acontece até os dias de hoje a cada dois anos.

O CBBD é promovido desde 1954, sendo considerado o mais importante do segmento. Nesses mais de 50 anos de trajetória tornou-se um espaço privilegiado para a apresentação de experiências, práticas e difusão da produção técnico-científica relativa a bibliotecas, unidades de informação, ensino e pesquisa. (CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2019).

Outro acontecimento relevante na década de 1950 foi a criação do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação – IBBD (atual IBICT), fundado em 1954 com auxílio da UNESCO,

A origem do IBICT remonta ao início da década de 50, quando a Unesco sugeriu à Fundação Getúlio Vargas (FGV), que promovesse a criação, no Brasil, de um centro nacional de bibliografia. A ação da Unesco, à época, foi decisiva para o surgimento de instituições do gênero em diferentes países. A escolha inicial da FGV deveu-se ao fato de aquela instituição estar realizando importantes atividades na área de bibliografia e documentação. Por essa época, estava sendo criado, também, o Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), que tinha, entre suas atribuições, ‘manter relação com instituições nacionais e estrangeiras para intercâmbio de documentação técnico-científica’. Por meio de proposta conjunta CNPq/FGV, foi criado, em 27 de fevereiro de 1954, pelo Decreto do presidente da República nº 35.124, o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), que passou a integrar a estrutura organizacional do CNPq. (IBICT, 2019).

Percebe-se que a década de 1950 foi marcada por fatores que aceleraram o crescimento científico da Biblioteconomia, além de fortalecer a área em território nacional, assim, em meados de 1958, iniciam-se projetos para a regulamentação da profissão de bibliotecário.

Neste contexto apenas em 1962, pela Lei 4.084/62, que a profissão de bibliotecário é regulamentada pelo Ministério do Trabalho, bem como seus cursos serem elevados a nível universitário. “Art 1º A designação profissional de Bibliotecário, a que se refere o quadro das profissões liberais, grupo 19, é privativa dos bacharéis em Biblioteconomia, de conformidade com as leis em vigor.” (BRASIL, 1962).

Com o reconhecimento do profissional e a definição de grade curricular mínima aos cursos de bacharéis em Biblioteconomia, o cenário biblioteconômico torna-se mais atrativo, onde segundo Mueller (1985), Almeida e Baptista (2013) havia em 1962 424 alunos.

Na década de 70 novos impulsos na área, com a abertura de cursos de mestrado, surgimentos de alguns periódicos científicos e novas oportunidades aos profissionais, seja no meio acadêmico como profissional, a Biblioteconomia se consolida e se fortalece, como visto em algumas leituras.

Assim como na Arquivologia, a Biblioteconomia passa por mudanças curriculares, influenciadas por acontecimentos sociais, pesquisadores e próprios docentes. A alteração significativa ocorre em 1982 onde o currículo mínimo envolve

três grupos: matérias de fundamentação geral, matérias instrumentais e matérias de formação profissional. (ALMEIDA; BAPTISTA, 2013; MUELLER, 1985).

Após uma década ocorre a criação da Lei 9.394/1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação, a qual assegurou às universidades autonomia para criar e extinguir cursos e programas de educação, mas as Diretrizes Nacionais específicas para a Biblioteconomia ocorreram por meio do parecer CNE/CES 492/2001, o mesmo documento que sinalizou para cursos como: Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia, a qual está vigor até os dias de hoje.

Neste novo cenário a Biblioteconomia não se prende mais apenas às técnicas de armazenamento, catalogação e particularidades de processos ligados diretamente aos diferentes materiais bibliográficos. As mudanças sociais e tecnológicas demandavam profissionais com habilidades de cunho interdisciplinares, com conhecimento de técnicas específicas da biblioteca, noções de informática e pesquisa e, principalmente, o auxílio na recuperação informacional desejada pelo usuário. “Ao bibliotecário compete não mais classificar e catalogar livros – operações realizadas por um serviço central e cooperativo devidamente computadorizado – e sim orientar usuários, fornecendo-lhes a informação que seja do interesse de cada um.” (FONSECA, 1992, p.60).

As diretrizes curriculares do curso presentes no parecer CNE/CES 492/2001, no que tange ao conhecimento que o bibliotecário deve possuir, segundo o documento,

A formação do bibliotecário supõe o desenvolvimento de determinadas competências e habilidades e o domínio dos conteúdos da Biblioteconomia. Além de preparados para enfrentar com proficiência e criatividade os problemas de sua prática profissional, produzir e difundir conhecimentos, refletir criticamente sobre a realidade que os envolve, buscar aprimoramento contínuo e observar padrões éticos de conduta, os egressos dos referidos cursos deverão ser capazes de atuar junto a instituições e serviços que demandem intervenções de natureza e alcance variados: bibliotecas, centros de documentação ou informação, centros culturais, serviços ou redes de informação, órgãos de gestão do patrimônio cultural etc. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2001).

Os cursos de Biblioteconomia se reformularam e suas estruturas curriculares foram adequadas ao novo contexto acadêmico e social do país, tornando-se mais interdisciplinar e dinâmico.

Atualmente o Brasil possui quarenta cursos de graduação em Biblioteconomia, os quais abrangem a categoria presencial e formam bacharéis em Biblioteconomia, como é apresentado no quadro 4.

Quadro 4: Cursos de Biblioteconomia no Brasil – 2018

Ministério da Educação - Sistema e-MEC			
Relatório da Consulta Avançada			
Resultado da Consulta Por : Curso			
Relatório Processado : 20/11/2018 - 09:37:08 Total de Registro(s) : 40			
Instituição(IES)	Sigla	Nome do Curso	Grau
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	UFMT	BIBLIOTECONOMIA	Bacharelado
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	UNB	BIBLIOTECONOMIA	Bacharelado
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	UFS	BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO	Bacharelado
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS	UFAM	BIBLIOTECONOMIA	Bacharelado
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS	UFSCAR	BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	Bacharelado
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA	UEL	BIBLIOTECONOMIA	Bacharelado
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE	FURG	BIBLIOTECONOMIA	Bacharelado
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS	PUC-CAMPINAS	BIBLIOTECONOMIA	Bacharelado
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA	UDESC	BIBLIOTECONOMIA	Bacharelado
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	USP	BIBLIOTECONOMIA	Bacharelado
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO	UNESP	BIBLIOTECONOMIA	Bacharelado
CENTRO UNIVERSITÁRIO ASSUNÇÃO	UNIFAI	BIBLIOTECONOMIA	Bacharelado
UNIVERSIDADE SANTA ÚRSULA	USU	BIBLIOTECONOMIA	Bacharelado
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	FABCI	BIBLIOTECONOMIA	Bacharelado
UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO	UFMA	BIBLIOTECONOMIA	Bacharelado
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	UFPA	BIBLIOTECONOMIA	Bacharelado
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	UFRN	BIBLIOTECONOMIA	Bacharelado

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	UFF	BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO	Bacharelado
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO	UFES	BIBLIOTECONOMIA	Bacharelado
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	UFMG	BIBLIOTECONOMIA	Bacharelado
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS	UFAL	BIBLIOTECONOMIA	Bacharelado
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	UFBA	BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO	Bacharelado
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA	UFPB	BIBLIOTECONOMIA	Bacharelado
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	UFPE	BIBLIOTECONOMIA	Bacharelado
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	UFRGS	BIBLIOTECONOMIA	Bacharelado
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	UFC	BIBLIOTECONOMIA	Bacharelado
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS	UFG	BIBLIOTECONOMIA	Bacharelado
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	UFSC	BIBLIOTECONOMIA	Bacharelado
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	UFRJ	BIBLIOTECONOMIA E GESTÃO DE UNIDADES DE INFORMAÇÃO	Bacharelado
FACULDADES INTEGRADAS CORAÇÃO DE JESUS	FAINC	BIBLIOTECONOMIA	Bacharelado
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	UNIRIO	BIBLIOTECONOMIA	Bacharelado
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA	UNIR	BIBLIOTECONOMIA	Bacharelado
CENTRO UNIVERSITÁRIO TERESA D'ÁVILA	FATEA	BIBLIOTECONOMIA	Bacharelado
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ	UESPI	BIBLIOTECONOMIA	Bacharelado
CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIVEL	-	BIBLIOTECONOMIA	Bacharelado
INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DA FUNLEC	IESF	BIBLIOTECONOMIA	Bacharelado
CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIC	-	BIBLIOTECONOMIA	Bacharelado
FACULDADE EDUCACIONAL DE DOIS VIZINHOS	FAED	BIBLIOTECONOMIA	Bacharelado
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE FORMIGA	UNIFORMG	BIBLIOTECONOMIA	Bacharelado
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI	UFCA	BIBLIOTECONOMIA	Bacharelado

Fonte: E-MEC (2018)

Em 2018, todos os cursos apresentados anteriormente estavam em andamento e referiam-se à modalidade presencial, pois devido à demanda, o país possui outros na modalidade à distância para atender outro perfil de acadêmicos.

Finalizando a base histórica da Biblioteconomia, que buscou um entendimento geral do surgimento no Brasil, trata-se no tópico seguinte dos procedimentos metodológicos adotados no presente estudo.

5 PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS

5.1 O PROCESSO CIENTÍFICO DA PESQUISA

Um dos objetivos da ciência é buscar explicações, soluções para agregar o conhecimento científico. Entretanto, Cervo e Bervian (1996, p.8) relatam que a “[...] ciência não é considerada como algo pronto, acabado ou definitivo. Não é a posse de verdades imutáveis.” De acordo com essa premissa, a intenção desta pesquisa é buscar na ciência, no meio científico, subsídios para apresentar as concepções acerca do termo “informação” empregadas nas áreas da Arquivologia e Biblioteconomia no cenário brasileiro.

Existem diversificados procedimentos, técnicas e tipos de pesquisas para a realização de um estudo e os escolhidos foram definidos a partir de conceituações da literatura que se enquadram na investigação que vem sendo realizada.

Uma prática selecionada a qual deve ser destacada é a triangulação metodológica que “refere-se ao uso de múltiplos métodos para obter os dados mais completos e detalhados possíveis sobre o fenômeno.” (AZEVEDO et al..., 2013,p.5).

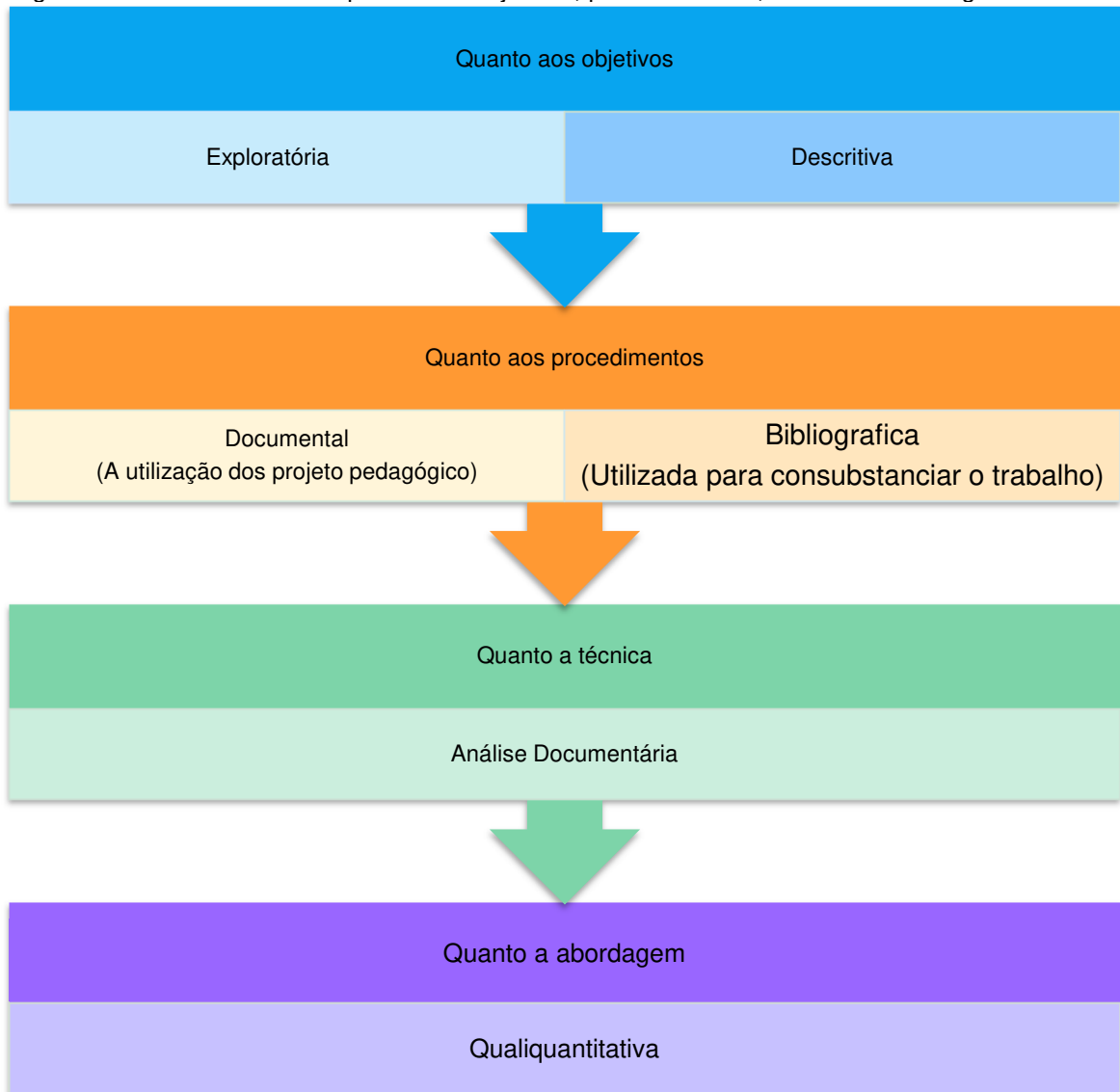
Esse tipo de técnica é adotado em três momentos, ou seja, no que tange aos objetivos, aos procedimentos e abordagens. A combinação de diversos métodos ajuda a compreender os diferentes aspectos do ambiente pesquisado. Denzin (1978 *apud* AZEVEDO et al., 2013) ressaltou a existência de três tipos e possibilidades de triangulação: a triangulação do investigador, da teoria e a metodológica, sendo a terceira utilizada no presente estudo. Minayo et al.(2005, p.71) afirmam que “a triangulação não é um método em si. É uma estratégia de pesquisa que se apoia em métodos científicos testados e consagrados, servindo e adequando-se a determinadas realidades, com fundamentos interdisciplinares.”

Percebe-se, por meio dos autores citados, que a triangulação metodológica é bastante útil para determinadas pesquisas dependendo do resultado esperado. Neste contexto Marcondes e Brisola (2014, p.206) reafirmam:

a opção pela [...] triangulação de métodos significa adotar um comportamento reflexivo-conceitual e prático do objeto de estudo da pesquisa sob diferentes perspectivas, o que possibilita complementar, com riqueza de interpretações, a temática pesquisada, ao mesmo tempo em que possibilita que se aumente a consistência das conclusões.

Com as definições e a percepção de pontos positivos optou-se em usar a triangulação de métodos em algumas etapas deste estudo, buscando complementar e enriquecer resultados. A seguir apresentam-se os métodos adotados bem como as etapas nas quais foram empregadas a triangulação.

Figura 2: Métodos adotados quanto aos objetivos, procedimentos, técnica e abordagens



Fonte: A autora (2019)

De forma a delinear o estudo a partir de seus objetivos, foram consultados autores como Gil (2002), Andrade (2002) e Santos (2007), os quais agrupam as pesquisas quanto aos objetivos em três tipos: exploratória, descritiva e explicativa.

Apoiando-se nos autores mencionados e nos objetivos propostos, a presente pesquisa é de caráter exploratória e descritiva, pois pretendeu esclarecer, constatar e

descrever qual a concepção de informação apresentada aos alunos de graduação dos cursos de Arquivologia e Biblioteconomia no Brasil.

Gil (2002, p.41) menciona que a pesquisa exploratória tem o “objetivo de proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses”. Este tipo de pesquisa oferece descobertas, possui um planejamento flexível e auxilia na compreensão do problema. Neste contexto, Cerro, Bervian e Silva (2007), seguem a ideia central de Gil (2002), onde afirmam que esse tipo de estudo busca informações de determinado assunto ou fenômeno, de maneira a obter uma nova percepção, além de redescobrir ideias. Categoricalmente Severino (2007, p.123) descreve que a “pesquisa exploratória busca apenas levantar informações sobre um determinado objeto, delimitando assim um campo de trabalho, mapeando as condições de manifestação desse objeto.” Santos (2007) completa ainda que esse tipo de pesquisa aponta o estágio em que se encontram as informações já disponíveis acerca do assunto abordado.

Pode-se afirmar que a pesquisa exploratória é vista como a etapa inicial de um estudo, pois proporciona mais informações do assunto investigado, neste caso a identificação de fenômenos conceituais em torno da palavra informação que ocorrem nos cursos de graduação em Arquivologia e Biblioteconomia. Portanto este tipo de análise adequa-se ao objetivo proposto. Sendo assim, e em busca de melhores detalhamentos dos dados, aliou-se ao caráter exploratório, o enfoque descritivo. Por sua vez, a pesquisa descritiva relaciona, registra e observa fatos e/ou fenômenos sem manipulá-los, “tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população.” (GIL, 2002, p.42). Ainda neste âmbito, esses estudos visam correlacionar fatos ou fenômenos,

procura descobrir, com a precisão possível, a frequência com que um fenômeno ocorre, sua relação e conexão com outros [...]. Busca conhecer as diversas situações e relações que ocorrem na vida social, política, econômica e demais aspectos do comportamento humano, tanto do indivíduo tomado isoladamente como de grupos e comunidades mais complexas. (CERVO; BERVIAN, 1996, p.49).

Para alcançar os objetivos, reforça-se a união da pesquisa exploratória e descritiva. Associadas, tornam-se relevantes, pois juntas permitiram a descoberta e a descrição dos conceitos do termo informação oferecidos aos acadêmicos egressos

dos cursos de graduação em Arquivologia e Biblioteconomia no Brasil, assim identificando as variáveis do assunto investigado.

No que tange aos procedimentos, o presente estudo enquadra-se em pesquisa bibliográfica e documental, novamente a junção de duas técnicas a fim de melhores resultados. A pesquisa bibliográfica foi empregada para fundamentar o trabalho e a documental na análise das informações. Na medida em que são considerados documentos os projetos pedagógicos das IES que serão analisados, os procedimentos característicos à pesquisa documental puderam oferecer o extrato daquilo que é ensinado no contexto nacional, no âmbito desta investigação.

Mioto e Lima (2007, p.38) explicam que a pesquisa bibliográfica “implica em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que por isso, não pode ser aleatório.” Ainda a respeito desta forma de pesquisa, Gil (2002) salienta algumas vantagens, pois permite uma cobertura de fenômenos muito mais ampla que uma pesquisa direta ou específica; segundo o autor, um pesquisador pode percorrer “todo o território brasileiro em busca de dados sobre população ou renda *per capita*; todavia, se tem a sua disposição uma bibliografia adequada.”

A pesquisa bibliográfica é diferente de um levantamento bibliográfico, a primeira é um processo investigatório de algo que ocorre em determinado contexto e o levantamento é caracterizado como primeira etapa da pesquisa bibliográfica. Os resultados obtidos com este processo permitem identificar conceitos e adquirir considerações relevantes para a compreensão do estudo.

Mioto e Lima explicam o detalhamento da investigação dentro da pesquisa bibliográfica. Para as autoras:

o percurso da investigação das soluções obedecem aos critérios definidos inicialmente pelo pesquisador (o material bibliográfico selecionado; as fontes; o período; os idiomas, etc). Desse modo, atentando para os procedimentos metodológicos escolhidos, pode-se dividir o percurso da investigação em três grandes etapas, a saber: o levantamento bibliográfico; teste do instrumento para levantamento das informações; levantamento das informações. (MIOTO; LIMA, 2007, p.42).

Percebe-se que o procedimento adotado pode aprimorar os resultados. O levantamento bibliográfico dos conceitos e termos, reiterar-se, é apenas uma das etapas da pesquisa, sendo composta por outros itens, como dito pelas autoras supracitadas. Desta forma, para descobrir os conceitos ensinados aos acadêmicos

dos cursos de graduação mencionados, deve-se primeiramente ter conhecimento da literatura existente em torno do assunto.

Finalizando a conceituação deste procedimento, ainda Mito e Lima (2007, p.43) reafirmam

a pesquisa bibliográfica como procedimento metodológico é importante na produção do conhecimento científico capaz de gerar, especialmente em temas pouco explorados, a postulação de hipóteses ou interpretações que servirão de ponto de partida para outras pesquisas.

Como pontuado, esse procedimento de pesquisa procura explicar um problema por meio de teorias já publicadas.

Assim como o procedimento de pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental é semelhante no quesito investigatório, o que diferencia uma da outra é a natureza das fontes, enquanto uma é de livros, periódicos, fontes publicadas, a outra é de materiais não publicados, ou que não receberam um tratamento analítico, podendo ser documentos de instituições públicas ou privadas, associações, entre outros.

Em relação à semelhança de ambas, Gil (2002, p.46) menciona que “nem sempre fica clara a distinção entre pesquisa bibliográfica e a documental, já que, a rigor, as fontes bibliográficas nada mais são do que documentos impressos para determinado público.”

A coleta de dados por pesquisa documental reduz a influência do pesquisador, este deve observar os fatos e fenômenos descritos nos documentos recuperados. Gil (2002) ainda menciona algumas vantagens da pesquisa documental, para o autor a pesquisa constitui uma fonte rica e estável de dados, baixo custo e a não necessidade de contato com sujeitos de pesquisa.

Severino (2007, p.122) ainda ressalta que a pesquisa documental “tem se como fonte documentos no sentido amplo, ou seja, não só de documentos impressos, mas, sobretudo, de outros tipos de documentos [...], são ainda matéria prima, a partir da qual o pesquisador vai desenvolver sua investigação e análise.”

Após o desígnio dos procedimentos e do método de pesquisa, define-se a técnica a ser utilizada para análise dos dados, a qual foi determinada sendo a análise documentária. Esse tipo de técnica permite coletar, tratar e analisar as fontes informacionais, ressaltando o poder informativo que é contido nos documentos.

Cunha (1987, p. 38) discorre que “[...] a análise documentária (AD) é definida como um conjunto de procedimentos efetuados com o fim de expressar o conteúdo de documentos, sob formas destinadas a facilitar a recuperação da informação.”

A análise documentária tem “por objetivos estabelecer uma ponte entre o usuário e o documento, fornecer subsídios ao processo de disseminação da informação, e gerar produtos documentários [...]” (GUIMARAES, 2003, p. 103). A análise permite distribuir e separar as partes mais relevantes do conteúdo para assim conhecer os elementos do documento.

Guimaraes (2003) divide a análise documentária (AD) em duas etapas: a analítica e a sintética, onde a primeira é responsável pela leitura técnica do documento bem como a identificação de conceitos. No que corresponde a análise sintética o autor menciona a seleção dos conceitos, a condensação e a representação.

Ainda na conjuntura de compreensão da AD, Kobashi (1996, p. 16) descreve que ela “preocupa-se com a identificação da estrutura informacional dos textos, ou seja, com o próprio texto, a fim de elaborar representações condensadas que permitam ao leitor identificar seu conteúdo informacional.”

Baseando-se nos autores mencionados, percebe-se que a análise documentária é a mais indicada para concretização dos resultados esperados, fundamentada em Cunha (1987) a AD vai expressar o conteúdo dos documentos com o fim de recuperar a informação.

Em relação à abordagem, buscou-se unir a investigação quantitativa e qualitativa para complementaridade de informações e resultados. Desta forma, quanto à sua abordagem, a pesquisa é constituída por aspectos quali-quantitativos, pois envolve ambos os métodos, onde a primeira descreve a interpretação dos resultados a partir da coleta e a segunda recorre à estatística para a apresentação destes dados. Castro (2006, p.108) menciona que a pesquisa quantitativa pergunta “o que acontece” enquanto a qualitativa “por que acontece”. O autor ainda menciona que a quantitativa busca isolar a causa do efeito, sempre tenta medir e quantificar e evita a influência do pesquisador. Aponta como diferenças para a qualitativa que começa com narrativas e não teorias; busca descobrir e não testar, possui ênfase nos significados e nas representações que as coisas tem.

Godoy (1995, p. 62) detalha que “a pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como instrumento fundamental. [...] têm

como preocupação fundamental o estudo e a análise do mundo empírico em seu ambiente natural.”

Os dois métodos de pesquisa possuem suas particularidades e formas diferenciadas de chegar ao resultado obtido. Por meio dos estudos dos autores supracitados ficam evidentes as diferenças entre ambos os métodos, porém isso não impede de serem utilizados em conjunto no mesmo estudo.

Para Castro (2006, p. 108) “a exploração qualitativa dá sentido e confiança à exploração quantitativa”. Embora sejam estudadas separadamente, as pesquisas quantitativas e qualitativas podem se completar, permitindo um cruzamento de dados e assim oferecendo maior relevância e validação dos resultados encontrados.

A relação entre quantitativo e qualitativo, entre objetividade e subjetividade não se reduz a um *continuum*, ela não pode ser pensada como oposição contraditória. Pelo contrário, é de se desejar que as relações sociais possam ser analisadas em seus aspectos mais “ecológicos” e “concretos” e aprofundadas em seus significados mais essenciais. Assim, o estudo quantitativo pode gerar questões para serem aprofundadas qualitativamente, e vice-versa (MINAYO; SANCHES, 1993, p. 247).

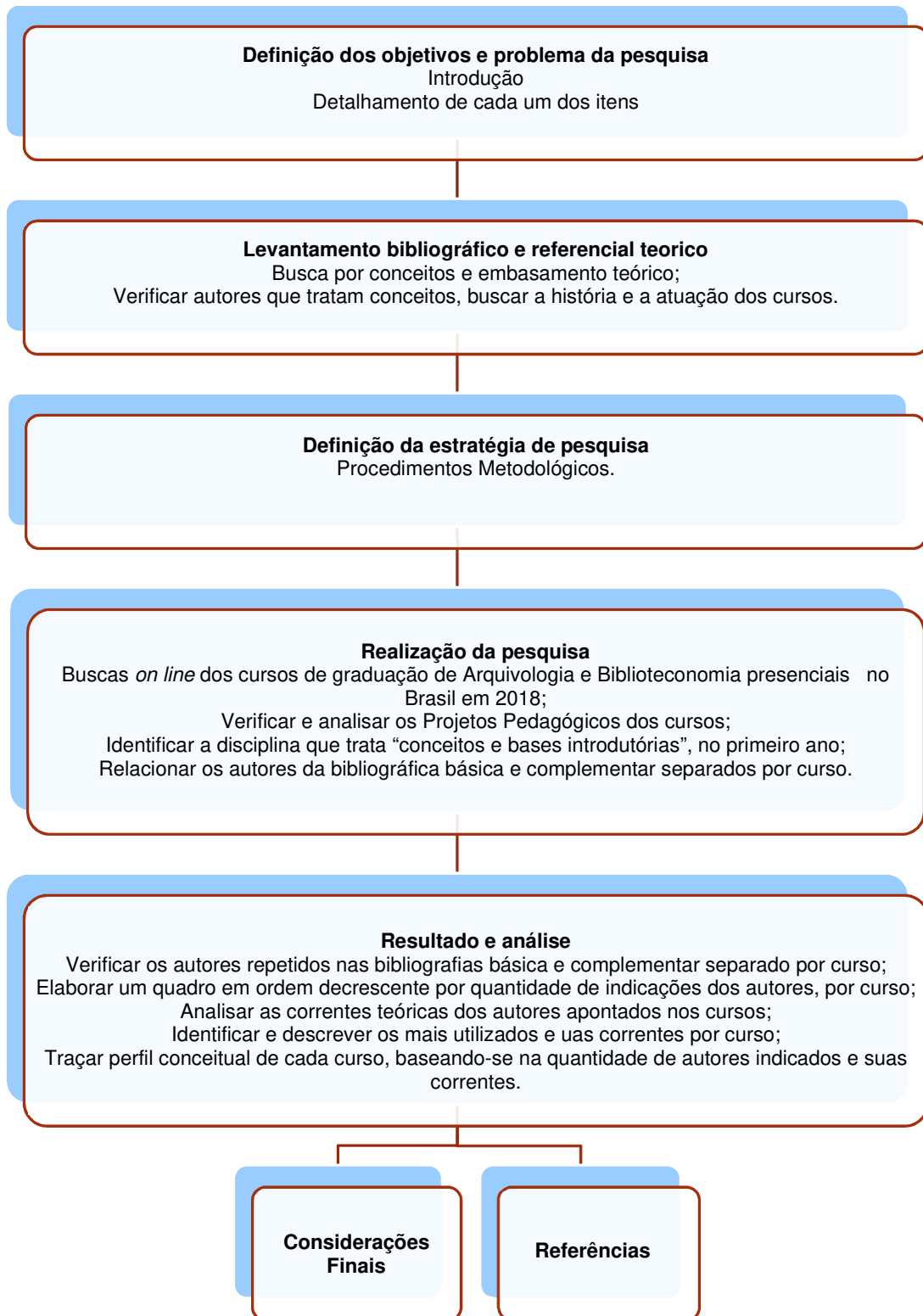
Diante do exposto, percebeu-se que a união dos métodos pode acrescentar mais detalhes aos resultados, além de apresentar as várias faces dos dados existentes na amostra selecionada. Partindo do pressuposto da não oposição entre quantidade e qualidade, optou-se em integrar as duas formas de análise de dados para a pesquisa aqui mencionada.

Com os procedimentos de coleta e análise definidos e esclarecidos, buscou-se apresentar a sistematização de todo o percurso do estudo, baseando-se nos processos selecionados e descritos anteriormente.

5.2 O PERCURSO PARA OBTENÇÃO DOS DADOS

O fluxograma a seguir demonstra processo que constituiu a realização desta pesquisa. Pretendeu-se detalhar o caminho percorrido, facilitando na compreensão de cada etapa, desde a definição dos objetivos, coleta de conceitos, a obtenção dos resultados e finalmente a análise e apresentação dos conceitos alcançados no âmbito dos cursos abordados. Nesta perspectiva cabe mencionar que o tópico em questão e o fluxograma (Figura 3), descrevem o estudo em todas as suas etapas.

Figura 3: Passo a passo para realização da pesquisa



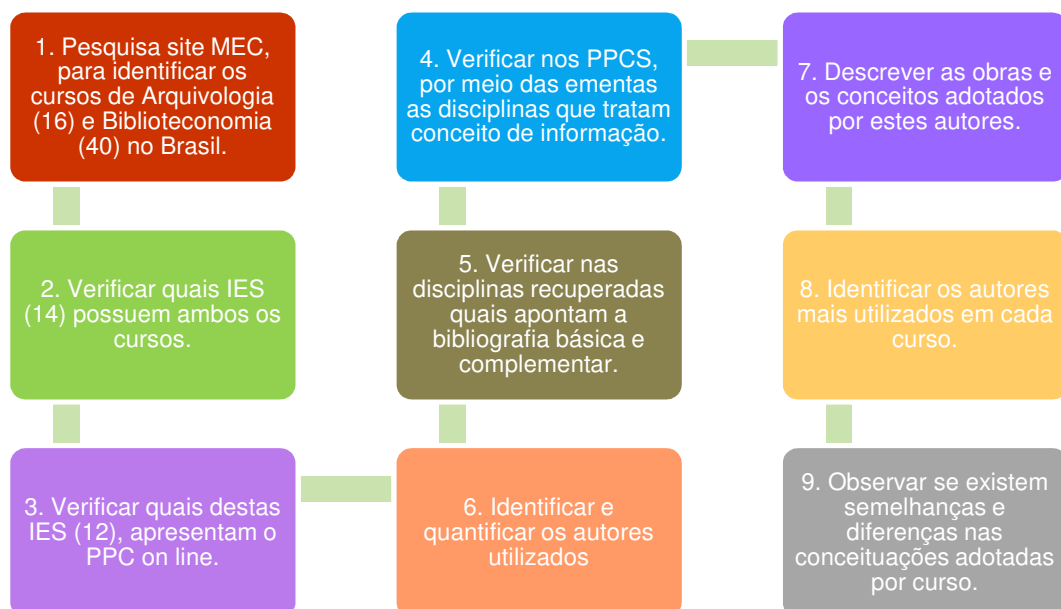
Fonte: A autora (2018)

A fase inicial de qualquer pesquisa se trata da definição dos objetivos, do problema em questão, da interação com o assunto a ser estudado, fatos apontados e detalhados no item introdutório. Os itens 2, 3 e 4, como já afirmado, consistem no referencial teórico, ou seja, um resumo de discussões já realizadas por outros autores em torno do assunto pesquisado. É ainda a busca e investigação dos conceitos básicos de informação, no contexto da Ciência da Informação, a partir de 1900, seja de autores nacionais como internacionais, de forma que identifique o termo, suas origens e evolução, tratando dos autores fundacionais e escolhidos pela autora da pesquisa. O levantamento foi realizado por meio de uma pesquisa bibliográfica, em bases de dados e bibliotecas, e os materiais utilizados foram artigos científicos, livros, sites e outros pertinentes ao estudo.

Com a base teórica e conhecimento adquiridos por meio da pesquisa exploratória-descritiva, buscou-se mapear os conceitos a respeito do termo informação apresentados nas disciplinas de graduação dos cursos de Arquivologia e Biblioteconomia no contexto nacional.

O item abaixo descreve os procedimentos adotados, o detalhamento das etapas percorridas para obtenção dos resultados.

Figura 4: Detalhamento da busca pelos dados da pesquisa



Fonte: A autora (2019)

A primeira etapa, como mencionado, foi a de realizar uma busca (exploração) no site do MEC (Figura 5), a fim de identificar os cursos presenciais ativos em 2018, no Brasil.

Figura 5: Pesquisa no site do MEC

Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior
Cadastro e-MEC

Bem vindo ao Cadastro e-MEC, regulamentado pela Portaria Normativa nº 21, de 21/12/2017, base de dados oficial dos cursos e Instituições de Educação Superior - IES, independentemente de Sistema de Ensino. Os dados do Cadastro e-MEC devem guardar conformidade com os atos autorizativos dos cursos e das IES, editados pelo Poder Público ou órgão competente das instituições nos limites do exercício de sua autonomia.

A regularidade dos cursos e instituições depende da validade dos respectivos atos autorizativos e da tempestividade de protocolo dos processos regulatórios de manutenção da autorização para o funcionamento da instituição e oferta dos cursos.

As informações inseridas pelas IES dos Sistemas Estaduais, reguladas e supervisionadas pelo respectivo Conselho Estadual de Educação, ou pelas IES do Sistema Federal, no âmbito da autonomia universitária, são declaratórias e a veracidade é de responsabilidade da respectiva instituição, nos termos da legislação.

Os dados dos cursos de Especialização possuem natureza declaratória, pertencendo às instituições a responsabilidade pela veracidade das informações inseridas no Cadastro, nos termos da legislação. (Art. 29, PN nº 21/2017)

Consulta Interativa Consulta Textual **Consulta Avançada** IES Extintas

Buscar por: Instituição de Ensino Superior Curso de Graduação Curso de Especialização

Nome, Sigla ou Código da Instituição:

Curso: Pesquisa Exata

Área OCDE: Seleccione Área Geral ▼
Seleccione Área Específica ▼
Seleccione Área Detalhada ▼

Fonte: E MEC (2018)

Com o resultado da quantidade de cursos e respectivas IES, foram selecionadas aquelas que oferecem tanto a Arquivologia como a Biblioteconomia, ou seja, ambos os cursos na mesma instituição. Portanto o universo da pesquisa é todo território nacional, sendo a amostra de estudo os cursos de graduação em Arquivologia e Biblioteconomia oferecidos em uma mesma IES no Brasil, ativos e presenciais, no ano de 2018.

De acordo com a delimitação mencionada, identificou-se 16 (dezesesseis) IES que ofertam o curso de Arquivologia e 40 (quarenta) de Biblioteconomia. As IES que oferecem tanto Arquivologia como Biblioteconomia foram 14 (quatorze) sendo esse o número inicial desta pesquisa.

Na sequência, utilizando-se do site das IES, buscou-se recuperar o projeto pedagógico dos referidos cursos. Nesse sentido foi analisado cada site minuciosamente na procura das informações desejadas.

Com o projeto pedagógico de cada IES, foi verificado no primeiro ano de cada curso quais as disciplinas apresentavam o conceito de informação. Esta fase foi concluída observando as ementas de todas as disciplinas do primeiro e segundo semestre. Verificou-se nas ementas se eram tratadas bases conceituais e teóricas da organização da informação e do conhecimento.

É no projeto pedagógico do curso (PPC) que estão descritas as ações e condução do processo de ensino-aprendizagem que se pretende adotar para a graduação em questão. O PPC é formulado por coordenadores de cursos de graduação, bem como a administração da IES, em parceria com docentes.

Com a relação das IES que possuíam ambos os cursos, em posse dos projetos pedagógicos e a identificação das disciplinas que tratam conceito de informação, iniciou-se a identificação dos autores mais citados nas bibliografias básicas e complementares, sendo este o primeiro objetivo proposto no estudo. Importa mencionar que toda esta etapa foi consubstanciada por dados quantitativos.

A partir dos dados recuperados buscou-se atender ao segundo objetivo, ou seja, identificar as concepções e os conceitos acerca da palavra informação apontados por estes autores, de uma perspectiva qualitativa.

Finalizadas estas etapas apresenta-se:

- a relação de autores mais utilizados em ambos os cursos;
- a identificação da corrente teórica destes autores;
- os autores mais utilizados na Arquivologia;
- os autores mais utilizados na Biblioteconomia.

Com os dados recuperados, por meio da coleta e verificação quali-quantitativa, buscou-se atender ao terceiro e último objetivo, isto é, estabelecer relações entre os conceitos apresentados nas duas áreas.

Em posse dos resultados recuperados realizou-se uma comparação entre ambas as áreas que atuam e possuem a informação como objeto de estudo. Desta forma foi possível reconhecer a linha de estudo de cada curso de graduação aludido, por meio do mapeamento dos autores mais adotados por cada curso, bem como as

preferências conceituais. De uma perspectiva metodológica vale mencionar que os dados quantitativos desta coleta, são indicados no item “Resultados”, e os qualitativos no item “Análise e Discussão dos Dados,” onde estarão detalhados de forma objetiva, para a melhor visualização do cenário nacional de conceitos de informação, adotados pelos cursos de graduação de Arquivologia e Biblioteconomia no Brasil.

6 RESULTADOS

A partir da proposta metodológica sugerida, neste tópico foram descritos e analisados os dados recuperados por meio da pesquisa em questão. A título de síntese, ressalta-se que se trata de uma pesquisa exploratória e descritiva quanto aos objetivos, bibliográfica e documental quanto aos procedimentos, no que se refere à técnica a análise documental e a abordagem foi quali-quantitativa.

Os dados coletados foram analisados de forma a cumprir os objetivos propostos no início deste estudo, o qual possui como objetivo geral apresentar as concepções acerca da palavra informação no contexto dos cursos de graduação em Arquivologia e Biblioteconomia no território brasileiro.

A *priori* foram identificadas todas as IES brasileiras as quais, no ano de 2018, possuíam os cursos de graduação em Arquivologia e Biblioteconomia no modo presencial, totalizando 42 (quarenta e duas) instituições, das quais 14 (quatorze), quadro 5, possuem tanto o curso de Arquivologia como de Biblioteconomia, sendo este o primeiro dos filtros aplicados para aplicação do estudo.

Quadro 5: 14 Instituições que possuem tanto Arquivologia como a Biblioteconomia

Instituição(IES)	Sigla
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	UNB
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS	UFAM
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA	UEL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE	FURG
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO	UNESP
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	UFPA
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	UFF
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO	UFES
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	UFMG
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	UFBA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA	UFPB
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	UFRGS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	UFSC
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	UNIRIO

Fonte: A autora (2019)

Destas 14 (quatorze) instituições, 12 (doze) são federais e 2 (duas) estaduais e nenhuma privada.

A segunda etapa foi averiguar quais IES apresentavam o PPC e/ou grade curricular dos cursos no modo *on line*. O resultado é descrito no quadro a seguir, onde observou-se que apenas duas universidades (UNESP e UFPA) não disponibilizavam essas informações nos sites dos cursos.

Quadro 6: Instituições que apresentam o PPC e/ou Grade curricular nos sites (*on line*)

INSITUIÇÕES	PPC / GRADE CURRICULAR <i>ON LINE</i>	
	ARQUIVOLOGIA	BIBLIOTECONOMIA
UNB	sim	sim
UFAM	sim	sim
UEL	sim	sim
FURG	sim	sim
UNESP	não	não
UFPA	não	não
UFF	sim	sim
UFES	sim	sim
UFMG	sim	sim
UFBA	sim	sim
UFPB	sim	sim
UFRGS	sim	sim
UFSC	sim	sim
UNIRIO	sim	sim

Fonte: A autora (2019)

O PPC apresenta o curso, aponta as direções de estudo, a área de atuação, as disciplinas, entre outras informações. Esses dados podem auxiliar um estudante na tomada de decisão por qual profissão seguir, bem como auxiliar professores e pesquisadores em obter informações a respeito do curso. A disponibilização deste documento *on line*, permite e facilita o acesso à informação.

O Projeto Pedagógico é uma proposta educativa produzida coletivamente no âmbito da unidade acadêmica, cuja finalidade é enunciar as diretrizes, os propósitos e os procedimentos adotados para a formação de profissionais em uma determinada área do conhecimento e, conseqüentemente, para as

ações político-pedagógicas do fazer universitário. Trata-se, portanto, do documento oficial de apresentação do curso. (UNIVERSIDADE, 2019b, p.6)

Com os dados obtidos na segunda etapa, 12 (doze) IES permanecem na pesquisa.

Devido aos diferentes nomes adotados em disciplinas de um mesmo curso, buscou-se observar as ementas dos planos de ensino que mencionavam abordagens conceituais em torno da palavra informação. Este procedimento foi adotado no terceiro momento, onde se identificou quais cursos tratam a conceituação no primeiro período de cada curso, os dados são apresentados nos quadros de número 7 e 8.

As universidades, com seus colegiados, estruturaram todo projeto pedagógico, grade curricular e nomenclatura de disciplinas, e possuem autonomia para tal tarefa.

Art. 53.

No exercício de sua autonomia, são asseguradas às universidades, sem prejuízo de outras, as seguintes atribuições:

I – criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior previstos nesta Lei, obedecendo às normas gerais da União e, quando for o caso, do respectivo sistema de ensino;

II – fixar os currículos dos seus cursos e programas, observadas as diretrizes gerais pertinentes;

III – estabelecer planos, programas e projetos de pesquisa científica, produção artística e atividades de extensão (BRASIL, 2019b, p.23)

A observação das disciplinas e ementas foi realizada no site de cada um dos cursos da mesma IES. Não foi usada dedução e/ou cópia de dados de um curso para outro, as informações descritas no site e/ou página do curso foram transcritas nos quadros.

Quadro 7: Cursos de Arquivologia que possuem uma disciplina que aborde conceito de informação

IES	NOME DA DISCIPLINA	EMENTA
UNB	Análise da Informação	Conceituação, fundamentação teórica, objeto e função da análise da informação. Contextualidade da informação no ciclo documentário. Subsídios interdisciplinares para a análise da informação: Lingüística, Semântica, Semiótica. Terminologia e Lógica. Métodos e técnicas da análise da informação. Métodos e técnicas de análise, síntese e representação da informação. O resumo documentário e a indexação
UFAM	Não tem	
UEL	Organização da Informação e do Conhecimento	Bases conceituais e teóricas da organização da informação e do conhecimento no âmbito Ciência da Informação. Introdução aos planos e estruturas de classificação.
FURG	Não tem	
UFF	Fundamentos teóricos em Informação	Não apresenta
UFES	Não tem	
UFMG	Não tem	
UFBA	Fundamentos da Informação	Não apresenta
UFPB	Representação e Análise da Informação	Não apresenta
UFRGS	Não tem	
UFSC	Não tem	
UNIRIO	Arquivologia e Ciência da Informação	Ciência da Informação: abordagem histórica e epistemológica. Os contextos científico, tecnológico, social e cultural do seu surgimento, constituição e desenvolvimento da área. Conceitos e abordagens de informação e a especificidade da informação arquivística. Enfoques atuais: ações e regime de informação. Ciência da Informação no Brasil: ensino, pesquisa, processo evolutivo e tendências atuais. Estudos e pesquisas sobre as relações interdisciplinares da Ciência da Informação especialmente no que se refere à Arquivologia.

Fonte: A autora (2019)

No que corresponde ao curso de Arquivologia, das doze instituições analisadas apenas três apresentavam uma disciplina no primeiro período que abordassem conceitos de informação na sua ementa, sendo elas: UNB, UEL e UNIRIO. As demais IES não possuem a disciplina e outras três, apesar de oferecerem-na, não apresentam

as ementas em seus sites. Desta forma a pesquisa em torno dos cursos de Arquivologia permaneceu voltada à análise das disciplinas da UNB, UEL e UNIRIO.

Na sequência, os dados avaliados na Biblioteconomia, da mesma forma que foi realizado na Arquivologia.

Quadro 8: Cursos de Biblioteconomia que possuem uma disciplina que aborde conceito de informação

IES	NOME DA DISCIPLINA	EMENTA
UNB	Análise da Informação	Conceituação, fundamentação teórica, objeto e função da análise da informação. Contextualidade da informação no ciclo documentário. Subsídios interdisciplinares para a análise da informação: Linguística, Semântica, Semiótica. Terminologia e Lógica. Métodos e técnicas da análise da informação. Métodos e técnicas de análise, síntese e representação da informação. O resumo documentário e a indexação
UFAM	Não tem	
UEL	Organização da Informação e do Conhecimento	Bases conceituais e teóricas da organização da informação e do conhecimento no âmbito Ciência da Informação. Introdução aos planos e estruturas de classificação.
FURG	Não tem	
UFF	Introdução a Teoria da Informação	Não apresenta
UFES	Não tem	
UFMG	Fundamentos da Organização da Informação	Teóricos e teorias da organização da informação. Campo teórico metodológico da organização da informação. Unidades de informação e sistemas de recuperação da informação. Objetivos da organização da informação. Processos, produtos instrumentos. Usos da representação documentária.
UFBA	Fundamentos da Informação	Conceitos de comunicação e informação. Caracterização da informação segundo sua função. O ciclo da comunicação da informação segundo sua natureza. Políticas de informação. Mecanismos de transferência da informação: o controle bibliográfico. Organismos, instituições, programas e produtos nacionais, regionais e internacionais. Redes e sistemas.
UFPB	Representação e Análise da Informação	Não apresenta
UFRGS	Não tem	
UFSC	Não tem	
UNIRIO	Não tem	

Fonte: A autora (2019)

No curso de Biblioteconomia, quatro IES, ou seja, UNB, UEL, UFMG e UFBA, oferecem disciplinas que tratam dos conceitos de informação no primeiro período descrito em suas ementas. As demais universidades UFAM, FURG, UFES, UFRGS, UFSC e UNIRIO não possuem a disciplina e outras duas UFF e UFPB não disponibilizam em seus sites as ementas. Baseando-se nesses argumentos as quatro universidades mencionadas a priori continuam a ser investigadas neste estudo. Com base nos quadros 7 (sete) e 8 (oito), fica evidente que são poucas as universidades que disponibilizam conteúdos informacionais relacionados aos cursos nos sites. A esse respeito cabe mencionar a relevância da encontrabilidade da informação nos sites das IES.

As organizações sejam com fins ou sem fins lucrativos constroem ambientes informacionais digitais na web como uma forma de disseminar seus produtos e serviços. [...] um ambiente informacional digital deve ser acessível e ser fácil de ser encontrado possibilitando o uso, bem como o planejamento deve estar voltado às necessidades informacionais do usuário de modo a favorecer o acesso e uso da informação. (SILVA; VECHIATO; VIDOTTI, 2017, p. 481).

A questão da encontrabilidade da informação não é foco deste estudo, porém não pode deixar de ser mencionada devido aos resultados obtidos.

A partir da identificação das IES que possuíam a disciplina e a ementa estudadas, seguiu-se a pesquisa em busca dos autores que foram mais utilizados pelos cursos, para definir, orientar e conceituar aos acadêmicos quanto à palavra informação.

Com o nome das IES, suas disciplinas e ementas, iniciou-se a busca pela bibliografia básica e complementar. Da mesma maneira que realizado anteriormente, foi observado no site de cada curso se junto à ementa estavam descritas as bibliografias a serem adotadas pelos docentes.

O quadro 9 apresenta o nome da IES, o curso, a disciplina e se disponibilizava ou não as bibliografias *on line*, para início da análise qualitativa.

Quadro 9: IES, curso, disciplina e bibliografias *on line*

CURSO	IES	DISCIPLINA	BIBLIOGRAFIAS
Arquivologia	UNB	Análise da Informação	Sim
	UEL	Organização da Informação e do Conhecimento	Não
	UNIRIO	Arquivologia e Ciência da Informação	Sim
Biblioteconomia	UNB	Análise da Informação	Sim
	UEL	Organização da Informação e do Conhecimento	Não
	UFMG	Fundamentos da Organização da Informação	Não
	UFBA	Fundamentos da Informação	Não

Fonte: A autora (2019)

O quadro acima apresenta o resultado final das IES que tiveram suas disciplinas analisadas qualitativamente. Das 12 (doze) universidades com PPC e/ou grade curricular *on line*, apenas 5 (cinco) ofereceram as ementas, sendo elas: UNB, UEL, UNIRIO, UFMG e UFBA. Entretanto, destas, apenas 2 (duas), UNB e UNIRIO, ofereceram as ementas com bibliografias adotadas. A UNB apresenta em seu site todo projeto pedagógico completo dos cursos de Arquivologia e Biblioteconomia, bem como as bibliografias básicas e complementares, a UNIRIO apresenta as mesmas informações apenas para o curso de Arquivologia. A partir deste cenário, foram avaliadas duas disciplinas do curso de Arquivologia da UNB e UNIRIO e uma disciplina da UNB para o curso de Biblioteconomia.

Apesar do baixo índice de documentos acessíveis de forma *on line*, a pesquisa foi mantida e os dados avaliados qualitativamente.

Ainda que não seja intuito desta pesquisa, essas averiguações comprovam que ainda no século XXI depara-se com a dificuldade na recuperação da informação, algo que interfere tanto na autonomia do pesquisador como no acesso informacional. A *web* atualmente é uma ferramenta de pesquisa, é pertinente que as IES reavaliem seus *sites*, buscando propiciar dados proeminentes aos sujeitos interessados, na CI é algo que atinge diretamente a organização e a disponibilização da informação. A facilidade de acesso e uso da informação é uma preocupação recorrente na CI desde sua fundação, como já mencionado por Borko (1968), essas pontuações ainda são reforçadas por Vechiatto (2013), que debate a encontrabilidade e usabilidade da informação a partir de seu acesso.

6.1 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

A partir dos resultados quantitativos obtidos até o presente, buscou-se neste tópico realizar a análise qualitativa dos dados, a fim de alcançar os objetivos específicos desta pesquisa.

No que está relacionado ao primeiro objetivo específico: “a identificação das disciplinas introdutórias e a menção dos autores mais citados em suas bibliografias básicas”, os dados foram obtidos por meio das pesquisas *on line* nos *sites* e nos documentos das IES. Ocorreu um baixo índice de IES que se enquadravam em todos os filtros aplicados (PPC *on line*, disciplinas com ementas, disciplinas com bibliografias), portanto foi avaliado tanto a bibliográfica básica como a complementar.

A UNB adota a mesma disciplina e ementa para o curso de Arquivologia como para o de Biblioteconomia, e não separa por bibliografia básica e complementar. Nesse sentido, disponibiliza uma lista única das obras utilizadas para alcançar a proposta do plano de ensino. O quadro 10 apresenta a disciplina utilizada pela IES, a ementa e suas bibliografias.

É possível observar no quadro mencionado, que tanto na ementa quanto na previsão de ensino, é abordado o conceito de informação. Assim sendo, é um assunto apontado logo na identificação da disciplina e o primeiro mencionado para aprendizado (módulo I), portanto está claramente dentro dos filtros escolhidos para pesquisa.

Quadro 10: UNB – Arquivologia e Biblioteconomia – Informações da Disciplina

<p>Disciplina: Análise da Informação</p> <p>Ementa: <u>Conceituação, fundamentação teórica</u>, objeto e função da análise <u>da informação</u>. Contextualidade da informação no ciclo documentário. Subsídios interdisciplinares para a análise da informação: Lingüística, Semântica, Semiótica. Terminologia e Lógica. Métodos e técnicas da análise da informação. Métodos e técnicas de análise, síntese e representação da informação. O resumo documentário e a indexação.</p> <p>Módulo I: <u>Conceituação da informação</u> 1- <u>Conceito de informação</u> 2- <u>Acepções da informação em diferentes contextos</u> 3- <u>Origem da Ciência da Informação</u> 4- <u>As visões orientadas da Ciência da Informação</u></p> <p>Módulo II: <u>A análise da informação no contexto do ciclo documentário</u> 1- <u>Ciclo documentário</u> 2- <u>Linguagens documentárias</u></p>
--

- 3- Análise documentária
- 4- Descrição temática da informação

Módulo III: Análise textual compreendendo aspectos interdisciplinares

- 1- Contribuição da lingüística
- 2- Índice de precisão
- 3- Mineração de dados
- 4- Mineração de textos

Módulo IV: Indexação e resumos como produtos de análise e insumos para a organização e recuperação da informação

- 1- Indexação
- 2- Resumos
- 3- Busca e recuperação da informação
- 4- Valor agregado à informação

ALCAIDE, Gabriel Santos et al. Análise comparativa e de consistência entre representações automática e manual de informações documentárias. *Trasinformação*, v.13, n.1, p.23-41, jan./jun., 2001.

ALVARENGA, L. A. A teoria do conceito revisitada em conexão com ontologias e metadados no contexto de bibliotecas tradicionais e digitais. *Data Grama Zero*, v.2, n.6, dez., 2001. Disponível em: <http://www.dgz.org.br>. Acesso em: 31/08/2007.

ARAÚJO JR. Rogério Henrique de. *Precisão no processo de busca e recuperação da informação*. Brasília : Thesaurus, 2007.

BARANOW, Ulf Gregor. *Perspectivas na contribuição da linguística e de áreas afins à ciência da informação*. *Ciência da Informação*, v.12, n.1, p.23-35, 1983.

CINTRA, Ana Maria Marques. *Elementos de linguística para estudos de indexação*. *Ciência da Informação*, v.12, n.1, p.5-22, 1983.

CINTRA, Ana Maria Marques et al. *Para entender as linguagens documentárias*. São Paulo: Polis, 2000.

CLEVERDON, C. W. *Report on testing and analysis of investigation into comparative efficiency of indexing systems*. Cranfield: Aslib, 1962.

DAHLBERG, Ingetraut. *Teoria do conceito*. *Ciência da Informação*, v.7, n.2, p.101-107, 1978.

GOMES, Henriette Ferreira. *Interdisciplinaridade e ciência da informação: de característica a critério delineador de seu núcleo principal*. *Data Grama Zero*, v.2, n.4, ago., 2001. Disponível em: <http://www.dgz.org.br>. Acesso em: 31/08/2007.

GUINCHAT, Claire & MENOUE, Michel. *As linguagens documentárias*. In: _____ *Introdução geral às ciências e técnicas da informação e documentação*. 2ª edição revista e ampliada. Brasília: IBICT, 1994, p.133-169.

_____ *A descrição de conteúdo*. In: GUINCHAT, Claire & MENOUE, Michel *Introdução geral às ciências e técnicas da informação e documentação*. 2ª edição revista e ampliada. Brasília: IBICT, 1994, p.121-155.

_____ *A indexação*. In: GUINCHAT, Claire & MENOUE, Michel. *Introdução geral às ciências e técnicas da informação e documentação*. 2ª edição revista e ampliada. Brasília: IBICT, 1994, p.175-185.

_____ *O resumo*. In: GUINCHAT, Claire & MENOUE, Michel. *Introdução geral às ciências e técnicas da informação e documentação*. 2ª edição revista e ampliada. Brasília: IBICT, 1994, p.189-195.

KIELGAST, Soeren & HUBBARD, Bruce A. Valor agregado à informação: da teoria à prática. *Ciência da Informação*, v.26, n.3, 1997. Disponível em: <http://www.ibict.br/cienciadainformacao/viewissue.php?id=420&layout=abstract>. Acesso em 31/08/2007.

KOBASHI, Nair Yumiko. Análise documentária e representação da informação. *Informare*, v. 2, n.2, p.5-27, jul./dez., 1996.

LANCASTER, F. W. Indexação e resumos: teoria e prática. 2ª edição. Brasília, DF: Briquet de Lemos Livros, 2004.

LARA, Marilda L.G. A representação documentária: em jogo a significação. São Paulo : USP, 1993. Dissertação de mestrado.

MARI, Hugo. Dos fundamentos da significação à produção do sentido. *Pespectivas em Ciência da Informação*, v.1, n.1, p.93-109, jan./jun., 1996.

McGARRY, Kevin. O contexto dinâmico da informação. Brasília : Briquet de Lemos Livros, 1999.

QUONIAM, Luc et al. Inteligência obtida pela aplicação de data mining em base de teses francesas sobre o Brasil. *Ciência da Informação*, v.30, n.2, maio/ago., 2001. Disponível em: <http://www.ibict.br/cienciadainformacao/viewissue.php?id=216&layout=abstract>. Acesso em 31/08/2007.

ROBREDO, Jaime. Documentação de hoje e de amanhã. Brasília : Edição de autor, 2005.

RODRIGUES, Georgete Medleg; LOPES, Ilza Leite (orgs.) Organização e representação do conhecimento na perspectiva da ciência da informação. Brasília : Thesaurus, 2003.

SMIT, Johanna W. A representação da imagem. *Informare*, v.2, n.2, p.28-36, jul./dez., 1996.

TAYLOR, Robert S. Value-added process in information systems. Norwood : Ablex, 1986.

WERSIG, Gernot ; NEVELING, Ulrich. Os fenômenos de interesse para a ciência da informação. Texto publicado originalmente em inglês no Periódico "Information Scientist", v.9, n.4, p.127-140, Dec., 1975. Disponível em: <http://www.cid.unb.br/M451/M4511012.ASP?txtID PRINCIPAL=446 - 8k->. Acesso em 29/08/2007.

Fonte: UNB (2019, grifo nosso)

O quadro 11 aponta os dados referentes à UNIRIO, tanto a ementa, os objetivos da disciplina e suas bibliografias, aqui separadas por básica e complementar, como na UNB, a questão conceitual de informação é destacada logo na ementa, reforçando a utilização desta disciplina e IES para pesquisa.

Quadro 11: UNIRIO – Arquivologia – Informações da Disciplina

<p>Disciplina: Arquivologia e Ciência da Informação</p> <p>Ementa: Ciência da Informação: abordagem histórica e epistemológica. Os contextos científico, tecnológico, social e cultural do seu surgimento, constituição e desenvolvimento da área. <u>Conceitos e abordagens de informação</u> e a especificidade da informação arquivística. Enfoques atuais: ações e regime de informação. Ciência da Informação no Brasil: ensino, pesquisa, processo evolutivo e tendências atuais. Estudos e pesquisas sobre as relações interdisciplinares da Ciência da Informação especialmente no que se refere à Arquivologia.</p>
--

Objetivos da Disciplina:

- Inserir os alunos na compreensão dos termos e conceitos de Disciplinaridade, Interdisciplinaridade, transdisciplinaridade, multidisciplinaridade seus conceitos e repercussões na realidade teórica e na prática profissional;
- Fazer o aluno entender as diferenças e semelhanças entre Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Centros de Documentação;
- Promover a reflexão dos alunos nos estudos relacionados às questões históricas, epistemológicas, teórico-metodológicas relacionadas à Arquivologia e à Ciência da Informação, às mudanças de seus paradigmas no tempo e no espaço acadêmico;
- Facilitar o entendimento do que é modernidade e pós-modernidade, e sua influência na Arquivologia;
- Levar os alunos ao entendimento da Ciência da Informação e Arquivologia no Brasil: ensino, pesquisa, processo evolutivo e tendências atuais, diante das Tecnologias da Informação; além de compreender a responsabilidade social e o papel contemporâneo dessas áreas na sociedade.

BIBLIOGRAFIA:**Básica:**

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. **Arquivologia, biblioteconomia, museologia e ciência da informação: o diálogo possível**. Brasília; São Paulo: Briquet de Lemos: associação brasileira de profissionais da informação, 2014. 200 p.

FONSECA, Maria Odila Kahl. **Arquivologia e ciência da informação** /. Rio de Janeiro: FGV editora, 2005. 121 p. Bibliografia: p.[103]-110.

LE COADIC, Yves-François. **A ciência da informação**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 1996. vi, 119 p., il.

Complementar:

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. O Que é Ciência da Informação? **Inf. Inf.**, Londrina, v. 19, n. 1, p. 01 – 30, Jan. /abr. 2014. Disponível em: < <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/15958/14205>>. Acesso em: 20 jul 2017

COOK, Terry. Arquivologia e Pós-modernismo: novas formulações para velhos conceitos. **Informação Arquivística**: Rio de Janeiro, RJ, v. 1, n. 1, p. 123-148, jul./dez. 2012. Disponível em: <http://www.aaerj.org.br/ojs/index.php/informacaoarquivistica/article/view/9/20> Acesso em: 02 ago 2017.

SCHMIDT, Clarissa Moreira dos Santos. Arquivologia e a construção do seu objeto científico: concepções, trajetórias, contextualizações. (**Tese de Doutorado em Ciência da Informação**) São Paulo: Escola de Comunicações e Artes – ECA, 2012. Disponível em: file:///C:/Users/brend/Downloads/ClarissaMSSchmidt_revisada.pdf Acesso em: 02 ago 2017

SILVA, Eliezer Pires da. A trajetória da arquivologia: três visões sobre os arquivos. In: CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA, 3., 2008. Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos... ENARA/AAERJ**, 2008, 1 CD-Rom. Disponível em: < <http://www.aaerj.org.br/wp-content/uploads/2012/08/Anais-III-CNA.pdf>> Acesso em: 31 jul 2017.

TOGNOLI, Nathalia Bolfarini. A Construção teórica da Diplomática: Em busca dos seus marcos teóricos como subsídios aos estudos arquivísticos. São Paulo: **Cultura Acadêmica**, 2014. Disponível em: < http://www.culturaacademica.com.br/_img/arquivos/A-construcao-teorica-da-diplomatica-WEB.pdf>. Acesso em: 31 jul 2017

Comparando os dois quadros nota-se que nenhum autor é utilizado em ambas as disciplinas. Cada IES e curso adotaram diferentes autores para conceituar a informação. Na lista de referências apresentadas, constam obras que não abordam diretamente o termo em análise, isso ocorre, pois a disciplina possui, além da parte conceitual de informação, outras intenções de ensino, como identificado nos planos de ensino.

Para continuidade da observação dos dados foram selecionados os autores fundacionais dos conceitos de informação, ou seja, os precursores de ideias com forte influência na construção teórica, e os atuais que tratam o assunto em questão, excluídas as obras que abordam temas fora do direcionamento da pesquisa.

Com base nas pontuações acima, o quadro 12 apresenta a lista de autores utilizados por curso para conceituar a palavra informação. Vale ressaltar que foi observada cada referência citada no plano de ensino da bibliografia, a obra citada foi localizada na web ou física, lida, para, a partir disto, ser descartada ou não da análise.

Quadro 12: Obras utilizadas pela Arquivologia e Biblioteconomia para conceituar informação - UNB

McGARRY, Kevin. **O contexto dinâmico da informação**. Brasília : Brique de Lemos Livros, 1999.
 WERSIG, Gernot ; NEVELING, Ulrich. Os fenômenos de interesse para a ciência da informação. **Information Scientist**, v.9, n.4, p.127-140, dez., 1975.

Fonte: A autora (2019)

A Disciplina “Análise da Informação”, da UNB indica em seu plano de ensino 25 (vinte e cinco) referências, no entanto apenas 2 (duas) são específicas para conceituar e definir a palavra informação, as demais tratam linguagens documentárias, descrição temática, indexação, recuperação, uso e valor agregado da informação. Esse resultado é válido tanto para Arquivologia como para Biblioteconomia da UNB por se tratar de uma mesma disciplina para ambos os cursos.

No que diz respeito à UNIRIO e o curso de Arquivologia, são indicadas 8 (oito) referências no plano de ensino, onde 4 (quatro) abordam conceito de informação.

Quadro 13: Obras utilizadas pela Arquivologia para conceituar informação - UNIRIO

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. **Arquivologia, biblioteconomia, museologia e ciência da informação: o diálogo possível**. Brasília; São Paulo: Bricquet de Lemos, 2014.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. O Que é Ciência da Informação? **Inf. Inf.**, Londrina, v. 19, n. 1, p. 1 – 30, jan. /abr. 2014.

FONSECA, Maria Odila Kahl. **Arquivologia e ciência da informação**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

LE COADIC, Yves-François. **A ciência da informação**. Brasília: Bricquet de Lemos, 1996.

Fonte: A autora (2019)

Com as informações colhidas, atingiu-se o primeiro objetivo específico onde: foram identificadas duas disciplinas em Arquivologia e uma em Biblioteconomia que abordam o conceito informação, e seis obras indicadas pelas IES para promover o estudo do conceito, quadro 14.

Quadro 14: Identificação das disciplinas e autores utilizados pelos cursos de Arquivologia e Biblioteconomia no Brasil.

CURSO	IES	DISCIPLINA	BIBLIOGRAFIA
Arquivologia	UNB	Análise da Informação	McGARRY, Kevin. O contexto dinâmico da informação. Brasília : Briquet de Lemos Livros, 1999. WERSIG, Gernot; NEVELING, Ulrich. Os fenômenos de interesse para a ciência da informação. Information Scientist , v.9, n.4, p.127-140, dez., 1975.
	UNIRIO	Arquivologia e Ciência da Informação	ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Arquivologia, biblioteconomia, museologia e ciência da informação: o diálogo possível . Brasília: São Paulo: Briquet de Lemos, 2014. ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. O Que é Ciência da Informação? Inf. Inf. , Londrina, v. 19, n. 1, p. 1–30, jan. /abr. 2014. FONSECA, Maria Odila Kahl. Arquivologia e ciência da informação . Rio de Janeiro: FGV, 2005. LE COADIC, Yves-François. A ciência da informação . Brasília: Briquet de Lemos, 1996.
Biblioteconomia	UNB	Análise da Informação	McGARRY, Kevin. O contexto dinâmico da informação. Brasília : Briquet de Lemos Livros, 1999. WERSIG, Gernot; NEVELING, Ulrich. Os fenômenos de interesse para a ciência da informação. Information Scientist , v.9, n.4, p.127-140, dez., 1975.

Fonte: A autora (2019)

Partindo ao segundo objetivo, buscou-se expor as concepções, os conceitos em torno da palavra informação apontado pelos autores, após aplicação de todos os filtros e definição do universo da pesquisa obtiveram-se seis indicações de bibliografia, sendo cinco autores, pois Araújo (2014) foi indicado com duas de suas obras.

No quadro 15, foi assinalado o nome dos autores em ordem alfabética, o título de sua obra e brevemente a conceituação sugerida no documento mencionado nas bibliografias.

Quadro 15: Conceitos de informações apontados no estudo (ordem alfabética)

AUTOR	OBRA	CONCEITO
ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila	Arquivologia, biblioteconomia, museologia e ciência da informação: o diálogo possível	Apresenta o percurso conceitual de informação em vários momentos da história, a consolidação de teorias, as influências sofridas.
ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila.	O Que é Ciência da Informação?	“A informação é a medida da alteração que os dados provocam numa estrutura de conhecimento.”(2014b, p.16)
FONSECA, Maria Odila Kahl	Arquivologia e ciência da informação	“A informação [...]como consequência do documento de arquivo, que por sua vez é visto como um elemento do arquivo” (2005, p.10)
LE COADIC, Yves- François	A ciência da informação	“A informação é um conhecimento inscrito (gravado) sob a forma escrita (impressa ou numérica), oral ou audiovisual. A informação comporta um elemento de sentido. É um significado transmitido a um ser consciente por meio de uma mensagem inscrita em um suporte espacial-temporal: impresso, sinal elétrico, onda sonora, etc.”(1996, p.5)
McGARRY, Kevin	O contexto dinâmico da informação	“Considerada como um quase sinônimo do termo fato; um reforço do que já se conhece; a liberdade de escolha ao selecionar uma mensagem; a matéria-prima da qual se extrai o conhecimento; aquilo que é permutado como o mundo exterior e não apenas recebido passivamente; definida em termos de seus efeitos no receptor; algo que reduz a incerteza em determinada situação.” (1999, p.4)
WERSIG, Gernot; NEVELING, Ulrich	Os fenômenos de interesse para a ciência da informação.	Aponta seis tipos de abordagens principais de informação. Baseando-se na abordagem estrutural, do conhecimento, da mensagem, do significado, do efeito, e do processo. <ul style="list-style-type: none"> • “A informação é [...] independente de sua apreensão pelo ser humano” (abordagem estrutural); • “A informação como sinônimo de mensagem” (abordagem da mensagem); • “O significado da mensagem é informação” (abordagem do significado); • “A informação somente ocorre como um efeito específico de um processo específico (abordagem do efeito); • “A informação como processo e não parte de um processo” (abordagem do processo).(1975, p.134-135)

Fonte: A autora (2019)

Ressalta-se que no quadro acima foram mencionados, sinteticamente, os conceitos de informação sugeridos pelos autores do universo da pesquisa, na sequência um breve relato de cada obra, com destaque em torno do assunto em questão. Todas as obras inseridas nas bibliografias tratam de assuntos variados desde a CI, Arquivologia, Museologia, Biblioteconomia, panorama histórico das áreas, bem como apontamentos sob a ótica informação. É neste contexto final que foram analisadas as informações pertinentes à temática estudada.

A primeira obra mencionada é de Araújo (2014a), um livro que é dividido em três capítulos principais:

- Capítulo 1: Arquivologia, biblioteconomia e museologia: traços históricos e teóricos comuns;
- Capítulo 2: Ciência da informação: origem e evolução;
- Capítulo 3: A proposta de aproximação entre as áreas;

O capítulo 1 aborda questões das três áreas que o nomeiam, traços históricos e comuns, a consolidação no cenário global, estudos de usuários, pensamentos e perspectivas. O capítulo 3 trata da aproximação entre as três áreas, a complementaridade entre elas, as atividades comuns, atuação dos profissionais e também as divergências.

O aspecto de interesse para esta pesquisa consta no capítulo 2, onde o autor realiza um mapeamento no campo da CI, ao identificar o início das correntes teóricas e a sistematização dos diferentes conceitos de informação que surgem em torno da área. Menciona desde a documentação com Otlet (1934), o espaço ocupado pela biblioteconomia, os primeiros cientistas da informação, a preocupação em recuperar a informação, os estudos de usuários da informação, a gestão da informação e do conhecimento e evolução tanto da CI como de conceito de informação.

Araújo (2014a) discorre algumas concepções, como, por exemplo, a teoria desenvolvida por Claude Shannon e Warren Weaver (1979), onde a informação faz parte de um processo de comunicação, descreve a visão cognitiva proposta por Brookes (1980), aponta a informação como coisa de Buckland (1991) entre outras teorias. O autor menciona que a partir de 1920 iniciam teorias buscando o conceito de informação separando-a do suporte, ou seja, o documento. O autor preocupa-se em

mostrar a ação de cientistas no que diz respeito à informação, não apenas em relação às características, mas também função e uso.

Nesta obra o autor não cria uma conceituação. Ele apresenta o percurso conceitual de informação em vários momentos da história, a consolidação de teorias e as influências sofridas.

Outra obra de Araújo (2014b) “O que é Ciência da Informação” exhibe um mapeamento da CI, desde seu surgimento, sua consolidação na década de 1960 e as influências sofridas de diferentes áreas. O autor inicia apontando as dificuldades em compreender a CI, faz toda uma reflexão histórica, o foco do estudo é de fato a CI.

Para conceituar informação menciona o *The Copenhagen Conference Theory and Application of Information Research*, que aconteceu em 1977, na Dinamarca que define dado – informação – conhecimento, distinguindo os três itens, onde dado é algo sem valor (um registro, um documento, um material), a informação é o que contém (a mensagem, o conteúdo) e que ambos unidos geram o conhecimento, ou seja, aquilo que está na mente das pessoas. Para Araújo (2014b, p.16) “a informação é a medida da alteração que os dados provocam numa estrutura de conhecimento.” O autor ainda completa que “a informação é a medida da alteração que os dados provocam numa estrutura de conhecimento.” (ARAÚJO, 2014b, p.16) menciona autores fundacionais e a evolução conceitual de informação.

A obra de Fonseca (2005), por sua vez, menciona em cinco capítulos o panorama histórico da CI e Arquivologia no Brasil, discorre acerca dos paradigmas da área e atuação no cenário brasileiro. No que reflete a informação tratada no primeiro capítulo, dedicamos algumas páginas a uma base conceitual da palavra informação e sua participação na CI. Em seu livro a autora (2005) não apresenta uma definição própria de informação, preocupa-se em descrever algumas conceituações de autores fundacionais como Belkin (1978), Farradame (1976), Mikhailov (1980), que fortificam suas percepções do termo. A autora afirma que “a informação não tem sido considerada como objeto privilegiado da arquivologia, aparecendo na literatura clássica da área como uma consequência do documento de arquivo, que por sua vez é visto como um elemento do arquivo.” (FONSECA, 2005, p. 10), ou seja, não conceitua a informação, mas trata como uma parte do arquivo, remetendo as ideias de Otlet (1934), onde inicia os questionamentos daquilo que consta no documento. Assim, direcionando o papel da informação para a Arquivologia e, a partir disto, iniciando os apontamentos de outros autores para a conceituação, sistematiza as

contribuições de Belkin (1978), para apresentar entendimentos de informação. Belkin (1978) refere-se à informação como parte da comunicação, efeito entre emissor e receptor, efeito das mensagens, ou seja, assemelha-se a menção feita por Fonseca (2005), quando ressalta a informação como parte ou elemento de um arquivo, utiliza-se de Belkin (1978) para fundamentar suas percepções.

A autora indica ainda opiniões de Gilyaresvsky (19--), que sugere o efeito da informação, Mikhailov et al.(1980), Farradane (1976) que afirma a informação como uma representação do que se deseja comunicar, discorre os conceitos, as concepções de forma descritiva situando o leitor das variedades da literatura, no entanto passa a sugestão de informação como elemento/parte de algo, o arquivo.

Le Coadic (1996) conceitua objetivamente a informação, traz como um conhecimento disponível em variadas formas e suportes, sugere algo que comunica e transmite mensagens, é uma das conceituações mais citadas segundo dados do Google Acadêmico (2019), seu índice H é 11 e possui 1719 citações da obra indicada na disciplina da UNB.

Nesta obra a autora trata primeiramente em definir e conceituar informação, compara com termos que discute ser confundidos com a mesma, como o conhecimento e a comunicação. Traz as primeiras disciplinas que atuavam diretamente com informação como a biblioteconomia, documentação, museologia e jornalismo, em cada uma delas discorre brevemente a atuação e o papel da informação. Diferentemente de Fonseca (2005), Le Coadic (1996) descreve suas próprias ideias baseando-se em acontecimentos históricos da sociedade e áreas envolvidas com o trato da informação. Faz menções ao surgimento da CI, sua interdisciplinaridade, seus conceitos, as profissões em torno da área sempre refletindo a informação.

A quinta obra utilizada pelas IES para explicar e conceituar informação é de Kevin McGarry (1999), entre as citadas é a que trata o assunto do início ao fim. No seu capítulo inicial assinala sobre conhecimento e informação, onde aponta as confusões históricas entre os termos e descreve a representação da informação. Segue o livro com os aspectos psicológicos do termo, conceitos, linguagem, organização. No terceiro capítulo comenta a questão do armazenamento e transmissão, menciona até mesmo Gutenberg com a invenção da imprensa e a influência na disseminação da informação. No capítulo quatro novamente o

armazenamento agora alinhado à recuperação, a organização social no quinto capítulo e os aspectos éticos e profissionais da informação.

McGarry (1999) aborda a relevância no contexto social e cultural da informação, abrange em várias vertentes o uso, o acesso e as barreiras dos profissionais que atuam com ela.

No que reflete a conceito de informação, o autor menciona a priori as definições dadas por dicionários, onde aparece desde a raiz da palavra até seu uso. Assim como demais obras traça um relato de conceitos já existentes na história desde Wiener (1960) que foi fundador da cibernética, aponta Claude Shannon e Warren Weaver(1979), com a teoria matemática e outras definições influenciadas pelas teorias existentes na época como da comunicação. Reforça a informação como transmissora de algo. O autor, após os apontamentos desta primeira fase de conceitos, menciona que a informação pode ser:

considerada como um quase sinônimo do termo fato; um reforço do que já se conhece; a liberdade de escolha ao selecionar uma mensagem; a matéria-prima da qual se extrai o conhecimento; aquilo que é permutado com o mundo exterior e não apenas recebido passivamente; definida em termos de seus efeitos no receptor; algo que reduz a incerteza em determinada situação. (MCGARRY, 1999, p.4)

Percebe-se que o autor se apoderou de partes de conceitos já existentes para criar sua definição para o termo, afirma ainda que a informação é “algo que altera a natureza ou as relações.” (MCGARRY, 1999, p.4).

Em continuidade a sua obra McGarry (1999) o autor discorre em diversos momentos acerca da informação, detalha sua representação, a importância de sua transmissão e como pode ser feito, compara com linguagem, comunicação fazendo vários vieses de maneira após conceituação demonstrar sua importância, uso, acesso e disseminação.

Wersig e Neveling (1975) abordam informação de uma maneira bem ampla em sua obra. Primeiramente apontam a origem da CI e a relação desta com a informação (capítulo 2), para num segundo momento interagir a conceituação do termo sugerido pelos autores como “possível objeto da ciência da informação.” As obras dos autores mostram uma abordagem completa e comparam diversos outros autores no que tange ao significado da palavra, não definem apenas um conceito, mas defendem que existem abordagens influenciadoras para a criação do conceito. Neste contexto

apontam seis abordagens que podem auxiliar na formação da definição ou conceito da palavra, onde discorrem a respeito:

- Abordagem estrutural: nesta percepção os autores mencionam que a informação é orientada pela matéria e citam ainda outros autores defensores da ideia, como Montogmomery (1968), Plushikin (1963) e Vogel (1963);
- Abordagem do conhecimento: onde sugerem a interação entre conhecimento e informação, onde o conhecimento é informação adquirida, novamente aponta nomes que tratam a informação neste contexto como Kinder (1960), Holm (1968), Yovits (1961), Costello Jr (1961), afirmam que “é uma abordagem mais aceita entre os autores preocupados com a teoria da decisão” (WERSIG; NEVELING, 1975, p.132);
- Abordagem da mensagem: onde descrevem a informação como mensagem, onde seu conteúdo pode ser descrito por símbolos em um suporte físico, neste ponto citam autores ligados a matemática da comunicação;
- Abordagem do significado: diferente da abordagem anterior, nesta o significado da mensagem é dado como informação;
- Abordagem do efeito: nesta situação a informação passa a ter relação com um receptor e não apenas com um comunicador, como anteriormente mencionado, é o efeito causado em algo ou alguém;
- Abordagem do processo: a última mencionada por Wersig e Neveling (1975), veem a informação como processo e com fim específico, para algo, seja na transmissão, na armazenagem ou busca.

Após breve explanação das seis obras indicadas nas bibliografias e a definição conceitual de informação tanto da UNB quanto da UNIRIO, cumpre-se o segundo objetivo (Quadro 15).

Percebeu-se que a UNB traz autores de renome como Wersig e Neveling (1975), os quais criam abordagens para conceituar a informação, a obra explica suas teorias, servindo também como uma retomada histórica aos primeiros conceitos surgidos sobre o termo. Ainda a UNB completa sua lista de bibliografias com McGarry

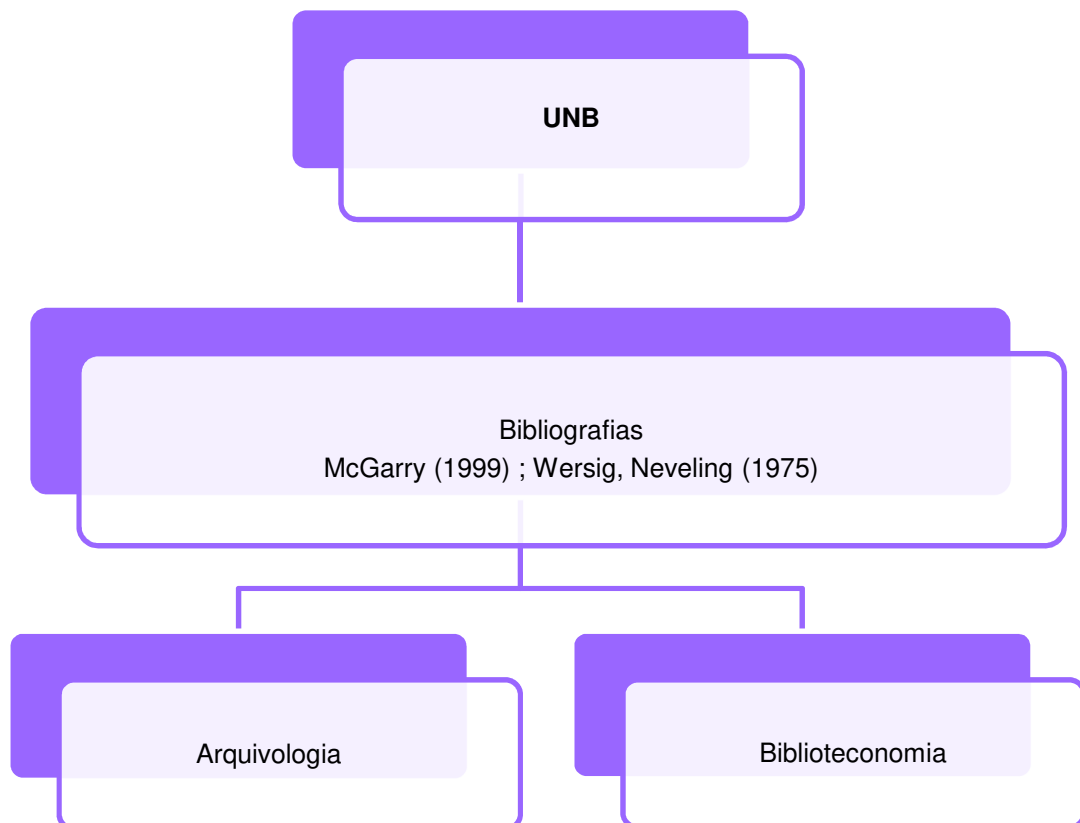
(1999), uma obra recente com várias abordagens onde faz um panorama conceitual, trazendo outros autores fundacionais, teorias já existentes e completa com suas percepções baseando-se na literatura já existente.

A UNIRIO aponta em suas indicações obras mais atuais e com uma tendência à Arquivologia, devido a bibliografia fazer parte do curso mencionado. Aponta Le Coadic (1996), apresentando a CI, sua origem, importância e o conceito e papel da informação, uma obra rica em situar o leitor tanto sobre a grande área como o objeto informação. As demais obras trazem autores extremamente relevantes à história conceitual de informação, os autores escolhidos não são fundacionais, mas contemporâneos que se utilizam de definições existentes para apontar e fortalecer suas próprias ideias de conceito.

Chegando ao terceiro e último objetivo buscou-se estabelecer as relações entre os conceitos apresentados nas duas áreas.

A UNB adota, tanto para Arquivologia como para Biblioteconomia, a mesma disciplina e obras bibliográficas, como demonstra a figura 6.

Figura 6: UNB - o que ensina como informação



Fonte: A autora (2019)

A IES, como visto, apresenta aos seus estudantes tanto de Arquivologia como de Biblioteconomia a mesma noção conceitual de informação, sem preferências de autores de uma ou outra área. Aponta fundamentos de conceito com forte relevância histórica com Wersig e Neveling (1975) e acrescenta com uma visão ampla por meio de outros autores inseridos na obra de McGarry (1999), o qual conclui com uma percepção mais contemporânea, ou seja, passa para ambos os cursos a mesma mensagem de conceito, baseando-se em teorias fundacionais e interdisciplinares de conceito de informação.

A UNIRIO tratou do curso de Arquivologia, buscou em seu plano de ensino oferecer um panorama geral de CI, com Le Coadic (1996) e Araújo (2014b), uma percepção de áreas com atuação semelhantes no que se refere a informação com Araújo (2014a).

No contexto destas três obras oferece ao estudante primeiramente a percepção da grande área CI, seguido de conceituações de informação, por exemplo, Le Coadic (1996) que é bastante utilizado na literatura com seu conceito (GOOGLE ACADÊMICO, 2019), Araújo (2014b) que possui também um índice H de ótimo reconhecimento (GOOGLE ACADÊMICO, 2019), completa o ensino da “informação” com obras mais direcionadas a área com Fonseca (2005) e Araújo (2014a), a IES preocupou-se em apresentar os primórdios conceituais, surgimento da CI, surgimento das discussões sobre informação, apontou todo o mapeamento histórico literário, completa com autores recentes e finaliza com a interlocução com a área do curso, algo de grande relevância, pois o acadêmico tem a noção do todo afunilando até seu universo de estudo.

Figura 7: UNIRIO - o que ensina como informação



Fonte: A autora (2019)

Em se tratando da Arquivologia as bibliografias utilizadas são:

- Araújo (2014a);
- Araújo (2014b);

- Fonseca (2005);
- Le Coadic (1996);
- McGarry (1999);
- Wersig; Neveling (1975).

No que tange a Biblioteconomia, as bibliografias foram:

- McGarry (1999);
- Wersig; Neveling (1975).

Quadro 16: Comparativo entre os dois cursos:

COMPARAÇÃO ENTRE CURSOS	
Arquivologia:	Biblioteconomia:
McGarry (1999);	McGarry (1999);
Wersig; Neveling (1975);	Wersig; Neveling (1975).
Araújo (2014a);	
Araújo (2014b);	
Fonseca (2005);	
Le Coadic (1996).	

Fonte: A autora (2019)

O autor mais utilizado é Araújo (2014ab), devido sua indicação em duas obras da UNIRIO. Os demais autores aparecem apenas uma vez em cada plano de ensino.

Na comparação entre Arquivologia e Biblioteconomia, os autores se repetem apenas na UNB, visto que a mesma bibliografia é adotada para ambos os cursos, além do que foi o único curso avaliado no estudo, devido aos filtros adotados.

A relação conceitual entre as áreas existe, como foi possível averiguar, nos cursos estudados da UNB, a base de conceitos, o panorâmica histórico é ensinado nos dois da mesma forma.

Algumas IES, como a UNIRIO, adotaram, além do panorama geral, algumas obras que direcionem ao curso, neste caso a Arquivologia

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conceito da palavra informação começa a ser investigado com mais frequência a partir da década de 1950, como já apontado, devido ao cenário da época como a Segunda Guerra Mundial, a ansiedade por informação, o desenvolvimento tecnológico e o crescimento acelerado da sociedade. No passado e ainda nos dias de hoje são diversificadas as áreas da ciência que investigam o termo, que buscam a compreensão e entendimento desta palavra de uso interdisciplinar. Pode-se afirmar como interdisciplinar, pois, como visto, é um mix de saberes, é abrangente e atua em diferentes disciplinas com variados significados e funções. Entretanto, por mais que suas conceituações sejam diferentes, constatou-se que existe um consenso nas duas áreas investigadas.

A Arquivologia e a Biblioteconomia são duas subáreas da CI que trabalham com a informação, seja em acervos ou fundos documentais, cada uma com sua especificidade no que se refere a metodologias de organização entre outros aspectos, mas operam diretamente com a informação, ou seja, por mais que as técnicas adotadas possuam formas diversificadas e/ou particulares de recuperar, acessar, armazenar e disponibilizar, o contexto geral é semelhante.

A informação é o tesouro, e este deve ser de, alguma forma, encontrado, guardado e deve estar disponível quando necessário. Le Coadic (1996, p. 27) argumenta que “a informação é o sangue da ciência. Sem informação a ciência não pode se desenvolver e viver. Sem a informação a pesquisa seria inútil e não existiria o conhecimento.”

Dada sua relevância na sociedade atual, os acadêmicos dos cursos de Arquivologia e Biblioteconomia devem ter clareza quanto ao seu significado, o papel transformador que possui, sua função e a relação que se estabelece com suas profissões. Nessa perspectiva, ter conhecimento acerca dos aspectos mencionados trará importantes contribuições em suas *práxis* informacionais.

Durante o percurso do estudo, principalmente na busca pelos resultados, observou-se algumas ocorrências que devem ser destacadas: a dificuldade em encontrar as páginas (web) dos cursos nos *sites* das IES; a dificuldade de localizar os PPCs, dentro das páginas; os PPCs quando encontrados, apresentavam-se incompletos, ou seja, faltavam informações da grade curricular, ementas, bibliografias básicas e complementares; vários *links* inativos, ao clicar remetiam a “erro”, não

abrindo tanto as páginas como os documentos; cursos com mais de uma página, sendo uma ativa e outra inativa e com dados ultrapassados, nestes casos foi-se necessário uma observação detalhada para averiguar qual página está em uso e sendo alimentada pela IES.

As situações encontradas relacionam-se aos estudos da CI, sob a ótica da Arquivologia e Biblioteconomia. Em outras palavras, pode-se apontar que as dificuldades encontradas se pautam na organização e disseminação da informação, pois tem um caráter de produção e uso da informação registrada.

Outras fragilidades não menos importantes que foram identificadas e apontadas acima são aspectos relacionados a encontrabilidade, a arquitetura e a disseminação da informação, os quais não são pontos focais deste estudo, porém devem ser elencados, por sua importância e relevância à CI.

A encontrabilidade foi percebida no momento das buscas, seja dos PPCs, da identificação dos cursos ofertados pelas IES, da identificação das disciplinas e suas bibliografias, toda a pesquisa foi realizada em ambiente virtual, e ocorreu uma dificuldade em ter acesso às informações necessárias para o estudo. A encontrabilidade “contribui para o desenvolvimento de ambientes que interferem significativamente nas relações sociais [...], interferem no desenvolvimento das tecnologias que permeiam esses ambientes e os modificam conforme as necessidades dos sujeitos.” (VECHIATO, 2013, p.21). No quesito encontrabilidade da informação, pode-se dizer que esta possibilita o funcionamento de alguns ambientes, como por exemplo, o virtual, Vechiato (2013) ainda confirma que trata da recuperação, uso e acesso de informações.

Após a situação referida depara-se com a arquitetura da informação, ou seja, as informações devem, além de estar disponíveis, estar organizadas de forma que otimize sua localização.

A arquitetura da informação é vista como uma ciência capaz de criar instruções para espaços organizados em espaços de informação (WURMAN, 2002), ou seja, a organização das informações nos *sites* das IES, desta maneira caracterizando a dificuldade dentro dos *ciberespaços* pesquisados. As IES possuem liberdade em criar e alimentar suas páginas, no entanto a organicidade das informações foi percebida como confusa e complexa de se localizar, devido a excessos de subpáginas. Reforçando a arquitetura da informação Rosenfeld e Morville (2006) descrevem que

é “a arte e a ciência de estruturação e classificação de *sites web* e intranets de forma a ajudar as pessoas a localizarem e a gerenciarem a informação”.

A internet e as novas tecnologias viabilizam a busca e o acesso a informação se os *sites* forem alimentados por suas organizações, caso contrário, muitas das pesquisas tornam-se exaustivas, inexecutáveis além da restrição do universo da busca.

Neste cenário ressalta-se sobre a disseminação da informação, onde “disseminar informação supõe tornar público a produção de conhecimentos gerados ou organizados por uma instituição.” (LARA, CONTI, 2003, p.26), ou seja, difundir e divulgar algo, portanto é relevante destacar o papel da encontrabilidade, arquitetura e disseminação da informação dentro deste estudo. O ponto focal mais que dito foi investigar o conceito da informação no cenário dos cursos de graduação em Arquivologia e Biblioteconomia no Brasil, no entanto o eixo do estudo permeia a organização da informação e tais apontamentos são pertinentes a área de pesquisa.

Os aspectos teóricos mencionados recentemente nas considerações são identificados, pois, das quatorze IES que ofereciam os dois cursos de graduação, doze apresentavam seus PPCs *on line*, ou seja, 86%, um valor expressivo, algo positivo se verificarmos a disponibilização de informação aos interessados por dados dos cursos ofertados, sejam acadêmicos, pesquisadores e/ou docentes. Neste cenário fica evidente o tempo do conhecimento interativo mencionado por Barreto (2006), como o ápice da internet, onde ocorre a comunicação e acesso da informação sem barreiras. Da mesma forma Capurro (2003) menciona em seu paradigma social, é a informação interagindo com a sociedade, modificando as estruturas.

No que se refere à identificação das IES com ambos os cursos e a recuperação dos PPCs, a informação estava acessível ao usuário permitindo o início da pesquisa, esses dois momentos devem ser elencados à encontrabilidade e arquitetura da informação, pois os dados estavam disponíveis, porém de forma confusa e complexa de ser descoberta.

Após as percepções descritas, o resultado em si surpreendeu por sua baixa quantidade de IES que possuíam as informações necessárias para enquadrarem-se no universo da pesquisa. Posteriormente à aplicação dos filtros restaram-se duas IES (UNB, UNIRIO), onde ambas apresentaram os dados referentes à Arquivologia e apenas uma à Biblioteconomia, de fato pasmoso, pois se os PPCs já estavam

disponíveis em formato *on line*, poderiam estar “completos”¹³, com todos os detalhes de ementas e bibliografias, novamente o gancho da disponibilização informacional. Faz-se uma ressalva que alguns dados estavam acessíveis e outros não, o que acarretou na redução do universo pesquisado.

Assim sendo, concluiu-se a pesquisa mesmo com uma quantidade inferior de IES a serem analisadas, algo incoerente, visto que vivencia-se a era da informática, da internet, da disponibilização e acesso rápido à informação, algo até mesmo contraditório, pois ao mesmo tempo que algumas informações estão acessíveis, outras não estão.

No que se refere à Biblioteconomia, um curso foi verificado, o qual pertence a UNB, neste, os autores utilizados apresentam uma visão panorâmica e histórica no contexto conceitual de informação, utilizando Wersig e Nevelig (1975), vistos como autores fundacionais e que apresentam suas próprias percepções da palavra, ainda acrescenta McGarry (1999) que além de uma ideia própria do termo faz um mapeamento de outras conceituações. Desta forma a IES alcança a proposta de sua ementa que busca: “conceituação, fundamentação teórica, objeto e função da análise da informação. Contextualidade da informação no ciclo documentário” (UNB, 2019).

A Biblioteconomia é sim semelhante à Arquivologia, no que diz respeito a UNB, até porque adotam a mesma disciplina com mesmas bibliografias, sendo assim ambos os acadêmicos de um ou outro curso possuem a mesma formação no que tange a base conceitual de informação.

A Arquivologia foi investigada em duas IES (UNB, UNIRIO), assim como a Biblioteconomia tem semelhança no ensinamento do termo, e atinge a proposta da ementa da disciplina na UNB, porém, no que se refere à UNIRIO, outros autores são adotados, dentro do ensino na própria Arquivologia. A UNIRIO, além da trajetória histórica conceitual da palavra apresentado por Le Coadic (1996) e Araújo (2014a), aponta conceituações recentes do próprio Araújo (2014b) e Fonseca (2005), trazendo viés a própria Arquivologia. Este último fato está presente na disciplina “Arquivologia e Ciência da Informação”, onde, na proposta de sua ementa, fortalece esse viés conceitual a Arquivologia, onde discorre “conceitos e abordagens de informação e a especificidade da informação arquivística.” (UNIRIO, 2019).

¹³ Refere-se às ementas, disciplinas com suas bibliografias básicas e completares, dados que fazem parte do conteúdo do PPC, conforme visto no tópico quatro.

De fato foi averiguado que existem semelhanças no ensino da conceituação da palavra informação tanto na Arquivologia como na Biblioteconomia no cenário nacional, circunstância percebida na UNB que adota a mesma disciplina e bibliografia para os dois cursos. No entanto as IES adotam diferentes autores para conceituar o termo. Os autores mais utilizados foram: Araújo (2014ab), McGarry (1999) e Wersig e Nevelig (1975).

Percebeu-se ainda uma tendência a autores do período de 1950 a 2000, fato esse, tanto nas obras sugeridas, como no conteúdo destas obras, que remetem a outros autores dessas épocas para fundamentar suas ideias e conceituações.

A informação é conceituada aos acadêmicos de maneira parecida e em diversificadas percepções, oferecendo assim um aprendizado rico e variado. No entanto sugere-se às IES pesquisadas atualizar suas informações *on line*, no que tange aos cursos, de maneira mais completa (ementas e bibliografias), ou seja, a atualização e inserção de dados nos PPCs.

O PPC pode ser visto como o documento de identidade do curso, nele é definido as políticas pedagógicas que serão adotadas, tanto na formação do profissional como na orientação humana dos acadêmicos. É no PPC que se determina a matriz curricular onde se identifica o curso, as disciplinas obrigatórias e/ou optativas, ementas, dados imprescindíveis aos sujeitos interessados.

Os colegiados, por sua vez, com sua autonomia e grande equipe de docentes e pesquisadores, poderiam rever suas indicações à medida que novas percepções e opiniões sejam também apresentadas aos estudantes, buscando diversidade e pluralidade no ensino da graduação.

A evolução das pesquisas em torno da palavra informação trouxe novas percepções, como observado na revisão de literatura, outros apontamentos a partir de 2000, feitos por Capurro (2003), Frohmann (2005), Barreto (2002) e Bates (2005) direcionam a informação a “ação” e “consequências” algo mais próximo da atualidade e a velocidade informacional em que vivemos.

Com sua finalização o estudo acrescentou elementos no que se refere ao ensino da Arquivologia e Biblioteconomia, no contexto brasileiro bem como:

- a confirmação de semelhança no ensino conceitual de informação entre os dois cursos, com os autores McGarry (1999) ; Wersig, Neveling (1975);

- a averiguação de que, apesar da mesma IES ofertar os dois cursos, as páginas e dados disponibilizados aos interessados são diferentes, acredita-se que devido a diferença de colegiados e profissionais responsáveis em alimentar esses dados;
- apesar de atuarem com informação, ocorrem algumas falhas nos *sites* da IES no que se refere a encontrabilidade, arquitetura e disseminação da informação;
- identificou-se a ausência de dados relevantes nos PPC.

As situações identificadas caracterizam o cenário pesquisado, sendo surpreendente na ausência informacional das IES e confirmatório nas semelhanças de ensino.

É proeminente registrar a preocupação das IES em mapear a trajetória histórica conceitual da informação em ambos os cursos, apresentando uma percepção ampla de autores fundacionais de diferentes áreas no início dos estudos relacionados à informação, presente na obra de Wersig e Neveling (1975), MCGarry (1999) e Araújo (2014ab), algo característico dos cursos devido a suas origens renascentistas mencionadas. No entanto a informação pode também ser exposta sob novas perspectivas, com autores contemporâneos e teorias atualizadas ao novo cenário da sociedade. A informação emblemática e interdisciplinar, investigada e pesquisada desde o século passado, não pode continuar a ser apresentada exclusivamente por sua história, é relevante evoluir seus conceitos, aprimorar seus entendimentos com novos olhares de pesquisadores modernos. A informação é movimento, é algo que leva alguma coisa para alguém, seja um dado, seja a consequência de uma ação, a base para uma decisão.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, N. **Dicionário de filosofia**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- ALMEIDA, N. B. F.; BAPTISTA, S. G. Breve histórico da Biblioteconomia brasileira: formação do profissional. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., 2013, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, 2013. Disponível em: <file:///C:/Users/nadia.ficht/Downloads/1508-1521-1-PB%20(1).pdf>. Acesso em: 4 fev. de 2019.
- ARAÚJO, C. A. A. **Arquivologia, Biblioteconomia, museologia e ciência da informação: o diálogo possível**. Brasília: Briquet Lemos, 2014a.
- ARAÚJO, C. A. Á. O Que é Ciência da Informação? **Informação & Informação**, Londrina, v. 19, n. 1, p. 1–30, jan. /abr. 2014b.
- ARAÚJO, V. M. R. H. Sistemas de informação: nova abordagem teórico-conceitual. **Ciência da Informação**, v.24, n.1, 1995. Disponível em: <file:///C:/Users/nadia.ficht/Downloads/610-613-1-PB.pdf>. Acesso em: 4 fev. 2019.
- ARQUIVO NACIONAL. Ministério da Justiça. **Histórico**. Disponível em:< <http://www.arquivonacional.gov.br/br/institucional.html>>. Acesso em: 8 nov. 2018.
- ANDRADE, M. M. **Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação: noções práticas**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- AZEVEDO, C. E. et al...A estratégia de triangulação: objetivos, possibilidades, limitações e proximidades com o pragmatismo. In: ENCONTRO DE ENSINO EM ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE, 4., 2013, Brasília. **Anais...**Brasília, 2013.
- BARRETO, A. A. A condição humana da informação. **São Paulo em Perspectiva**, v. 16, n.3, p. 67-74, 2002. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/spp/v16n3/13563.pdf>>. Acesso em: 2 jun. 2018
- BARROS, T. H. B.; MARTINS, W. R. A informação orgânica enquanto um objeto interdisciplinar: as relações entre a Arquivística e a Ciência da Informação no âmbito da representação em arquivos. **Ágora**, v.25, n. 51, p.132-149, jul./dez. 2015.
- BATES, M. J. The invisible substrate of information science. **Journal of the Association for Information Science and Technology**, v. 50, n. 12, p. 1043, 1999.
- BATES, M. J. Information and knowledge: anevolutionary framework for information science. **Information Research: an international electronic journal**, v. 10, n. 4, p. 4, 2005.
- BELLOTTO, H. L. **Arquivística: objetos, princípios e rumos**. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2002.

BELKIN, N. J. Information concepts for Information Science. **Journal of Documentation**, v. 34, n. 1, p.55-85, 1978. Disponível em: <<https://doi.org/10.1108/eb026653>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

BIBLIOTECA NACIONAL. **Histórico**. 2019. Disponível em: <<https://www.bn.gov.br/sobre-bn/historico>>. Acesso em: 11 fev. 2019.

BORKO, H. Information Science: What is it? **American Documentation**, v.19, n.1, p.3-5, Jan. 1968. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3433774/mod_resource/content/1/Oque%C3%A9CI.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3433774/mod_resource/content/1/Oque%20%C3%A9CI.pdf)>. Acesso em: 10 dez. 2018.

BRASIL. Assembleia Nacional Constituinte. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Atualizada até a Emenda Constitucional n.38, de 12/06/2002. Brasília: Diário Oficial da União, 1988.

BRASIL. **Lei nº 452, de 5 de Julho de 1937**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/L0452.htm>. Acesso em: 21 nov. 2017.

BRASIL. República Federativa do Brasil. **Lei n.4.084, de junho de 1962**. Dispõe sobre a profissão de bibliotecário e regula seu exercício. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L4084.htm>. Acesso em: 2 fev. 2019a.

BRASIL. **Lei nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf>>. Acesso em: 19 out. 2019b.

BROOKES, B. C. The foundation of Information Science. **Journal of Information Science**, v.2, n.1, 1980. p.125-133.

BRUGGER, W. **Dicionário de filosofia**. 2. ed. São Paulo: Herder, 1969.

BUCKLAND, M. K. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science**, v.45, n.5, p.351-360, 1991. Disponível em: <<https://translate.google.com/translate?hl=pt-BR&sl=en&u=http://people.ischool.berkeley.edu/~buckland/thing.html&prev=search>>. Acesso em: 12 jan. 2019.

BUCKLAND, M. K. What is a “document”? **Journal of the American Society for Information Science**, v. 48, n.9, p.804 – 809, 1997

CASTRO, C. M. **A prática da pesquisa**. 2. ed. São Paulo: Pearson, 2006.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Tabelas de áreas de conhecimento/avaliação**. 2018. Disponível em: <<https://www.capes.gov.br/avaliacao/instrumentos-de-apoio/tabela-de-areas-do-conhecimento-avaliacao>>. Acesso em: 10 maio 2019.

CAPURRO, R. Epistemology and Information Science. Stockholm: Royal Institute of Technology Library, 1985. Report TRITA-LIB-6023. Disponível em: <<http://www.capurro.de/trita.htm>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

CAPURRO, R. Epistemologia e Ciência da Informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais eletrônicos...** Belo Horizonte: ANCIB, 2003.

CAPURRO, R.; HJØRLAND, B. The concept of information. **Annual Review of Information Science and Technology**, v. 37, p. 343-411, 2007.

CAPURRO, R. Epistemology and information science. **ACIMED**, v.21, n.2, jan. 2010. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/287183741_Epistemology_and_information_science>. Acesso em: 10 jul. 2018.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. São Paulo: Makron Books, 1996.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson, 2007.

CHAUÍ, M. de S. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Editora da UNESP, 2001.

CRIVELLI, R.; BIZELLO, M. L. A história da Arquivologia no Brasil (1838-2012). **Funentes**, La Paz, v.6, n.21, ago. 2012.

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA. **Além de bibliotecas, há outros espaços em que o bibliotecário pode atuar? 2019**. Disponível em: <<https://www.cfb.org.br/perguntas-frequentes/>>. Acesso em: 16 abr. 2019.

CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – CBBDD. **Apresentação**. Disponível em: <<https://www.cbbd2019.com/apresentacao>>. Acesso em: 11 fev. 2019.

CUNHA, I. M. R. F. Análise documentária. In: ANÁLISE DOCUMENTÁRIA: a análise da síntese. Brasília: IBICT, 1987,

DECRETO nº 8.835, de 11 de Julho de 1911. **Aprova o regulamento da Bibliotheca Nacional**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8835-11-julho-1911-502890-republicacao-102224-pe.html>>. Acesso em: 2 fev. 2019.

DURIGAN, G. M.; MORENO, N. A. Fluxo e a demanda de informação: a busca pelo ponto de equilíbrio na sociedade da informação. **Ponto de Acesso**, v.7, n.2, p.89-106, ago. 2013.

E-MEC. **Instituições de educação superior e cursos cadastrados**. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em: 8 nov. 2018.

FACULDADE PRESBITERIANA MACKENZIE RIO. Regulamento do colegiado do curso de graduação. Disponível em: <https://www.mackenzie.br/fileadmin/OLD/62/ARQUIVOS/PUBLIC/SITES/RIO/normas_e_regulamentos/Regulamento_do_Colegiado_de_Curso_de_Graduacao.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2019.

FÁVERO, M. L. A. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006.

FEISTEL, R. A. B.; MAESTRELLI, S. R. P. Interdisciplinaridade na formação de professores de ciências naturais e matemática: algumas reflexões. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS, 7, 2000, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, 2000.

FRANTZ, W.; SILVA, E. W. **As funções sociais da universidade**: o papel da extensão e a questão das comunitárias. Ijuí: UNIJUÍ, 2002.

FREIRE, G. H. A.; SILVA, J. L. C. A configuração do campo da ciência da informação: marcas de uma identidade. *Informação & Sociedade*, João Pessoa, v.22, nesp., p. 161-174, 2012.

FREIRE, G. H. A.; FREIRE, I. M. **Introdução à Ciência da Informação**. João Pessoa: Universitária da UFPB, 2010.

FROHMANN, B. Documentation redux: prolegomenon to (another) philosophy of information. *Libraries Trends*, v.52, n.3, p.387-407, 2004. Disponível em: <http://www4.unirio.br/morpheusonline/numero14-2012/artigos/frohmann_lg.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2018.

FROHMANN, B. O caráter social, material e público da informação. In: FUJITA, M. S.; MARTELO, R. M.; LARA, M. L. G. (orgs) **A dimensão epistemológica da informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação**. 2006. Disponível em: <<http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/handle/123456789/829?show=full>>. Acesso em: 30 maio 2018.

FROHMANN, B. **Multiplicity, materiality, and autonomous agency of documentation**. 2007. Disponível em: <https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/38190685/Norway_restored.1.1.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1529068712&Signature=kNPMYRTKSYnio%2BQE3ko7ucZ3%2Fs4%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DDocumentation_materiality_and_autonomou.s.pdf>. Acesso em: 30 maio 2018.

FROHMANN, B. A documentação rediviva: prolegômenos a uma (outra) filosofia da informação. **Morpheus: Revista Eletrônica em Ciências Humanas**, v.9, n.14, p.

250-269, 2012. Disponível em: <http://www4.unirio.br/morpheusonline/numero14-2012/artigos/frohmann_lg.pdf>. Acesso em: 30 maio 2018.

FONSECA, E. N. **A Biblioteconomia brasileira no contexto mundial**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1979.

FONSECA, E. N. **Introdução à Biblioteconomia**. São Paulo: Pioneira, 1992.

FONSECA, M. O. **Arquivologia e ciência da informação**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Rae: Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar./abr. 1995. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n2/a08v35n2.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2018.

GOOGLE ACADÊMICO. Yves-François Le Coadic. Disponível em: <<https://scholar.google.com.br/citations?hl=pt-BR&user=BeGPwbgAAAAJ>>. Acesso em: 30 out. 2019.

GUIMARAES, J. A. C. A análise documentária no âmbito do tratamento temático da informação: elementos históricos e conceituais. In: RODRIGUES, G. M.; LOPES, I. L. (orgs). **Organização e representação do conhecimento na perspectiva da ciência da informação**. Brasília: Thesaurus, 2003.

HELB. História do ensino de línguas no Brasil. Disponível em: <http://www.helb.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=168:reform-a-c-maximiliano-&catid=1101:1915&Itemid=2>. Acesso em: 19 nov. 2019.

HOUAISS, A. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

HJORLAND, B. Domain analysis in information science: Eleven approaches - traditional as well as innovative. **Journal of Documentation**, Bradford, v. 58, n. 4, p. 422, 2002. Disponível em: <<https://search.proquest.com/docview/217957176/fulltext/984BF166A359478BPQ/1?accountid=40690#center>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

INGWERSEN, P. Information and information in context. **Libri**, v.42, n.2, p.99-135, 1992.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO E CIÊNCIA E TECNOLOGIA – IBCT. **Histórico**. Disponível em: <<http://www.ibict.br/sobre-o-ibict-1>>. Acesso em: 2 fev. 2019.

KOBASHI, N. Y.; TÁLAMO, M. F. G. M. Informação: fenômeno e objeto de estudo da sociedade contemporânea. **Transinformação**, v.15, p.7-21, set./dez. 2003

KOBASHI, N. Y. Análise documentária e representação da informação. **Informare**, Rio de Janeiro, v.2, n.2, p.5-27, jul./dez. 1996.

LALANDE, A. **Vocabulário técnico e crítico da filosofia**. São Paulo: Martins fontes, 1999.

LE COADIC, Y. **A ciência da informação**. Brasília: Briquet Lemos, 1996.

LE COADIC, Y. **A ciência da informação**. 2. ed. Brasília: Briquet Lemos, 2004.

LÉXICO. **Dicionário de português *on line***. Disponível em: <<https://www.lexico.pt/>>. Acesso em: 15 fev. 2019.

MARCONDES, N. A. V.; BRISOLA, E. M. A. Análise por triangulação de métodos: um referencial para pesquisas qualitativas. **Revista Univap**, São José dos Campos, v.20, n.35, p. 201-208, jul. 2014.

MARTINS, A. C. P. Ensino superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais. **Acta Cirúrgica Brasileira**, v. 17, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/acb/v17s3/15255.pdf>>. Acesso em: 19 nov. 2019.

MCGARRY, K. **O contexto dinâmico da informação**. Brasília: Briquet Lemos, 1999

MINAYO, M. C. S et al...Métodos, técnicas e relações em triangulação. In: MINAYO, M. C. S.; ASSIS, S. G.; SOUZA, E. R. **Avaliação por triangulação de métodos**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

MINAYO, M. C. S; SANCHES, O. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-262, jul./set.1993.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CES 492/2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>>. Acesso em: 2 nov. 2018.

MIOTO, R. C. T.; LIMA, T. C. S. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katál**, Florianópolis, v. 10, n. esp., p.37-45, 2007.

MORAES, R. P. T. **A representação do conhecimento em espaços multidimensionais**: uma investigação de princípios teóricos a partir de autores fundacionais da organização do conhecimento. 2018. 283 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

MORENO, N. A. **A informação arquivística no processo de tomada de decisão em organizações universitárias**. 2006. 220f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

MORENO, N. A. A informação nossa de cada dia na decisão organizacional. **Pesquisa Brasileira de Ciências da Informação**, v.2, n.1, p.104-114, jan./dez. 2009.

MUELLER, S. P. M. O ensino da Biblioteconomia no Brasil. **Ciência da Informação**, Brasília, v.14, n.1, p.3-15, jan./jun. 1985

NOGUEIRA, E. C. T.; JOVANOVIĆ, E. M. S.; ALBUQUERQUE, A. C. Ciência da informação: momentos históricos no Brasil e em Portugal. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 6., 2015, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa, 2015.

NUNBERG, G. **Farewell to the Information Age**. 1996. Disponível em: <<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.488.8792&rep=rep1&type=pdf>>. Acesso em: 4 fev. 2019.

ORTEGA, C. D. Surgimento e consolidação da Documentação: subsídios para compreensão da história da Ciência da Informação no Brasil. **Perspectivas em Ciências da Informação**, Belo Horizonte, v.14, p.59-79, 2009

OXFORD DICTIONARIES. **Information**. Disponível em: <<https://en.oxforddictionaries.com/definition/information>>. Acesso em: 18 jul. 2018.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. Gênese da Ciência da Informação ou sinais anunciadores da nova área. In: AQUINO, Miriam de Albuquerque (Org.). **O campo da Ciência da Informação: gênese, conexões e especificidades**. João Pessoa: UFPB, 2002. Disponível em: <<http://repositorio.ibict.br/bitstream/123456789/17/1/LenaGeneseUFPB-2.pdf>>. Acesso em: 2 nov. 2019.

PINHEIRO, L. V. R. Processo evolutivo e tendências contemporâneas da ciência da informação. **Informação e Sociedade**, João Pessoa, v. 15, n.1, p.13-48, jan./jun. 2005. Disponível em: <<http://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/23/1/l%26SPinheiro2005.PDF>>. Acesso em: 5 jun. 2018.

ROBREDO, J. **Da ciência da informação revisitada aos sistemas humanos de informação**. Brasília: Thesaurus, 2003.

ROSENFELD, L.; MORVILLE, P. **Information architecture for the world wide web**. 3. ed. Sebastopol: O'Reilly, 2006.

SARACEVIC, T.; WOOD, J. B. **Consolidation of information: guide pour l'évaluation, la reorganization et le reconditionnement de l'information scientifique et technique: version provisoire**. Paris: UNESCO, 1986. Disponível em: <<file:///C:/Users/nadia.ficht/Downloads/047738freo.pdf>>. Acesso em: 4 fev. 2019.

SANTOS, A. R. **Metodologia científica: a construção do conhecimento**. 7. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SANTOS, A. P. L.; RODRIGUES, M. E. F. Biblioteconomia: gênese, história e fundamentos. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v.9, n.2, p.116-131, jul./dez. 2013.

SANTOS, M. R. et al. Estrutura Organizacional e Funcionamento das Universidades Brasileiras: revisão de literatura. In: SIMPÓSIO DE METODOLOGIAS ATIVAS: INOVAÇÕES PARA O ENSINO E APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO BÁSICA E SUPERIOR. Disponível em: <<http://pdf.blucher.com.br.s3-sa-east-1.amazonaws.com/educationproceedings/sma2016/013.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2019.

SANTOS, M. P. Contributos da extensão universitária brasileira à formação acadêmica docente e discente no século XXI: um debate necessário. **Revista Conexão UEPG**, v. 6, n.1, P.10-15, jan./dez., 2010.

SCHIMIDT, C. M. S. **Arquivologia e a construção de seu objeto científico: concepções, trajetórias, contextualizações**. 2012. 320 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SETZER, V. W. **Dado, informação, conhecimento e competência**. 2015. Disponível em: <<https://www.ime.usp.br/~vwsetzer/dado-info.html>>. Acesso em: 10 maio. 2019.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, J. L. C. **Fundamentos da informação I: perspectivas em ciência da informação**. São Paulo: ABECIN, 2017. Ebook.

SILVA, N. B. P.; VECHIATO, F. L.; VIDOTTI, S. A. B. G. Encontrabilidade da Informação no ambiente Technology, Entertainment and Design. **Informação & Informação**, Londrina, v. 22, n. 2, p. 481 – 496, maio/ago., 2017.

SIMÕES, S. P. **O Projeto Pedagógico Institucional e Projeto Pedagógico do Curso**. Disponível em: <http://cont.aedb.br/seget/artigos07/809_painel_do_simped.pdf>. Acesso em: 2 maio 2019.

SHANNON, C. E. A Mathematical theory of communication. **The Bell System Technical Journal**, v. 27, p. 379–423, 1948. Disponível em: <<http://math.harvard.edu/~ctm/home/text/others/shannon/entropy/entropy.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

SMIT, J. W. Arquivologia/Biblioteconomia: interfaces das ciências da informação. **Informação & Informação**, v.8, n.1, jun./dez. 2003

TANUS, G. F. S. C.; ARAÚJO, C. A. Á. O ensino da Arquivologia no Brasil: fases e influências. **Encontro Bibli**, v.18, n.37, p.83-102, 2013.

TEIXEIRA, A. **O ensino superior no Brasil**: análise e interpretação de sua evolução até 1969. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1969. Disponível em: <http://www.bvanisioiteixeira.ufba.br/livros/chama_introducao.htm> . Acesso em: 10 out. 2019.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB. **Faculdade de Ciência de Informação**. Disponível em:< <http://www.fci.unb.br/>> . Acesso em: 19 out. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA - UFU. **Orientações gerais para elaboração de projetos pedagógicos de cursos de graduação**. Disponível em: <http://www.prograd.ufu.br/sites/prograd.ufu.br/files/media/arquivo/guiaorientacoesgerais_elab_projetos_ped_2018_digital.pdf>. Acesso em: 19 out. 2019b.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. **Projeto pedagógico de curso – PPC**. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/prograd/arquivos/destaque/ppc.pdf>>. Acesso em: 19 nov. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO. Arquivologia. Disponível em: <<http://www.unirio.br/arquivologia>>. Acesso em: 19 out. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO - UFES. **O que é Arquivologia**. 2019. Disponível em:< <http://www.Arquivologia.ufes.br/o-que-%C3%A9-Arquivologia>>. Acesso em: 16 abr. 2019a.

VECHIATO, F. L. **Encontrabilidade da informação**: contribuindo para uma conceituação no campo da ciência da informação. Tese (Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista, 2013.

VITAL, L. P. Discutindo o termo informação arquivística. **Ágora**, Florianópolis, v.25, n.50, p.19-34, jan./jun. 2015.

WERSIG, G.; NEVELING, U. The phenomena of interest to Information Science. **Journal of the Institute of information Scientist**, v.9, n.4, 127-140, 1975. Disponível em: <<http://sigir.org/files/museum/pub-13/18.pdf>>. Acesso em: 5 jun. 2018.

WURMAN, R. S. **Ansiedade de informação**: como transformar informação em compreensão. São Paulo: Cultura Editors Associados, 2002.